



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO - PPP -

2015 - 2019

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo -
IFSP

Câmpus Caraguatatuba



Projeto Político Pedagógico do IFSP

Câmpus Caraguatatuba

Documento apresentado ao Conselho de Câmpus (CONCAM) para aprovação e posterior divulgação.

Aprovado em _____ de _____ de 2018.

Tânia Cristina Lemes Soares Focesi
Diretora Geral do IFSP Caraguatatuba

Mariana Ricatieri
Presidente da Comissão do Projeto Político Pedagógico



Comissão do Projeto Político-Pedagógico (PPP)

Mariana Ricatieri (Presidente) – Pedagoga

Kalebe Monteiro Xavier – Pedagogo

Natália Nassiff Braga – Docente

Patrícia Teixeira Tavano – Docente

Samir Costa Fagury - Docente

Sumário

Capítulo 1 – Dos objetivos e princípios.....	7
1.1 – Breve histórico do IFSP.....	7
1.2 – Função social, objetivos e metas.....	9
1.3 – Princípios norteadores.....	9
Capítulo 2 – Caracterização da Unidade.....	16
2.1 - Câmpus Caraguatatuba.....	16
2.2 – Histórico da cidade.....	17
2.3 – IDH do município de Caraguatatuba.....	21
2.4 – Característica da região.....	24
2.5 – Condições de vida.....	25
2.6 – Aspectos econômicos e culturais.....	27
2.7 – IFSP – Estrutura.....	29
2.8 – Contexto escolar.....	29
2.9 – Recursos humanos.....	31
2.9.1 – Corpo Docente.....	31
2.9.2 – Corpo Administrativo.....	38
2.10 – Coordenadorias – Organograma.....	41
Capítulo 3 – Pressupostos pedagógicos do Câmpus.....	42
3.1 – Concepção de inclusão escolar para as necessidades educacionais especiais.....	
3.2 – Concepção de educação para o mundo do trabalho.....	44
3.3 Concepção de gestão democrática.....	49
3.4 – Pressupostos de ensino, aprendizagem e avaliação escolar.....	54
3.5 – Concepção de educação para os direitos humanos, cidadania, diversidade e inclusão social.....	58
3.6 – Concepção de Educação Ambiental.....	61
3.7 – Pressupostos de pesquisa, extensão, criticidade e inovação.....	62
Capítulo 4 – Estrutura e Organização dos cursos.....	65
4.1 – Cursos técnicos.....	65
4.1.1 – Curso técnico integrado ao Ensino Médio.....	66
4.1.1.1 – Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio.....	66
4.1.1.2 – Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA).....	67
4.1.2 – Técnico Concomitante/Subsequente.....	67
4.1.2.1 – Técnico em Administração.....	67
4.1.2.2 – Técnico em Edificações.....	68
4.1.2.3 – Técnico em Informática para Internet....	68
4.1.2.4 – Técnico em Meio Ambiente.....	68
4.1.2.5 – Técnico em Aquicultura (EaD).....	69
4.1.2.6 – Técnico em Administração (EaD Rede	69

e-Tec Brasil)	69
4.2 – Graduação.....	70
4.2.1 – Licenciatura.....	70
4.2.1.1 – Licenciatura em Matemática.....	71
4.2.1.2 – Licenciatura em Física.....	71
4.2.2 – Tecnologia.....	72
4.2.2.1 – Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.....	72
4.2.2.2 – Tecnologia em Processos Gerenciais....	72
4.2.3 – Bacharelado.....	73
4.2.3.1 – Bacharelado em Engenharia Civil.....	73
4.3 – Pós Graduação Lato Sensu.....	74
4.3.1 - Especialização em Gestão Financeira.....	74
Capítulo 5 – Políticas e Ações.....	75
5.1 – Coordenadoria Sociopedagógica.....	75
5.2 – Política de Assistência Estudantil.....	75
5.3 – Política de permanência e êxito.....	77
5.3.1 – Projeto de acompanhamento da frequência.....	77
5.4 – NAPNE – Ações Inclusivas.....	78
5.5 – Formação continuada.....	79
5.6 – Políticas e ações de extensão.....	79
5.7 – Políticas e ações de pesquisa, inovação e pós-graduação....	81
5.8 – Bolsa Discente.....	85
5.9 – Órgãos colegiados.....	86
5.10 – CPA.....	87
5.11 – Movimento Estudantil.....	90
5.12 – Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.....	91
5.13 – Semana de Tecnologia da Construção Civil – SETECO... 5.13.1 – Concursos na Semana de Tecnologia da Construção Civil – SETECO.....	92 93
5.14 – Semana Cultural.....	94
5.15 - Ações dos cursos Técnico de Edificações e Bacharelado em Engenharia Civil	94
5.16 – Cinedebate e atividades de educação científica e cultural.	99
Capítulo 6 – Diagnóstico, Metas e Ações.....	111
6.1 – Dimensão: Ensino.....	111
6.2 – Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.....	115
6.3 – Dimensão: Extensão.....	116
6.4 – Dimensão: Administrativa.....	118
Referências.....	120

Capítulo 1 – Dos objetivos e princípios

1.1-Breve histórico do IFSP

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) que busca oferecer um ensino público, gratuito e de qualidade apresenta mais de 100 anos de história. No decorrer dessa longa trajetória, o Instituto teve diversas denominações, sendo a primeira delas a de **Escola de Aprendizes Artífices** (Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909) presente em cada uma das capitais dos Estados da República. Nesse início de funcionamento, eram ofertados os cursos de tornearia, de eletricidade e de mecânica, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas.

O ensino no Brasil passou por uma nova estruturação administrativa e funcional no ano de 1937, quando passou a ser chamada de **Liceu Industrial de São Paulo** (Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937). Na área educacional, foi criado o Departamento Nacional da Educação que, por sua vez, foi estruturado em oito divisões de ensino: primário, industrial, comercial, doméstico, secundário, superior, extraescolar e educação física.

Novas reformas na educação profissional ocorreram em 1942, época em que se tornou premente a formação de pessoal técnico qualificado. Neste mesmo ano, através do Decreto-Lei n. 4.073, foi definida a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que fixou as bases de organização e de regime do ensino industrial.

Cabia ao ensino industrial formar profissionais aptos ao exercício de ofício e técnicas nas atividades industriais. Além disso, tinha como finalidades dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumentasse a eficiência e a produtividade; aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados e, por fim, divulgar conhecimentos de atualidades técnicas.

Em 1942, diante das bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial surge a **Escola Técnica de São Paulo** (Decreto-Lei n. 4.127), com o objetivo de oferecer “os cursos técnicos e os cursos pedagógicos, e bem assim os cursos industriais e os cursos de mestría, de que trata o regulamento do quadro dos cursos de ensino industrial”. Esse decreto, porém, condicionava o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo à construção de novas instalações próprias, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições. Em 1946, a escola

paulista recebeu autorização para implantar o curso de construção de máquinas e motores e o de pontes e estradas.

Em 20 de agosto de 1965, foi sancionada a Lei n. 4.759, que transformou a Escola Técnica de São Paulo em **Escola Técnica Federal**, abrangendo todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal. Os cursos técnicos de Eletrotécnica, de Eletrônica e Telecomunicações e de Processamento de Dados foram, então, implantados no período de 1965 a 1978, os quais se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos.

Ainda sobre Escola Técnica Federal, a LDB de 1971 trouxe grandes implicações, pois possibilitou a formação de técnicos através de cursos integrados ao ensino médio (técnico e médio), completados em quatro anos e cuja carga horária média era de 4.500 horas/aula (PDI-IFSP, 2014-2018, p.40).

Em 1994, a Lei n. 8.948, de 08 de dezembro, transformou as Escolas Técnicas Federais em **Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs)**, que com o Decreto nº 5.224, de 01 de outubro de 2004 foi autorizado a “ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica” (Artigo 4º, V).

No ano de 2008, com a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foram criados os **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Os Institutos Federais, implantados num total de 38 através desta lei, são definidos em seu Art. 2 como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (...)”.

Comprovando a abrangência de sua atuação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, antigo CEFET-SP, além de investir fortemente na realização de pesquisas aplicadas e no desenvolvimento de atividades de extensão, oferece: cursos técnicos, tanto na forma de cursos integrados ao ensino médio (para aqueles que concluíram a educação fundamental), quanto na forma concomitante ou subsequente (para alunos que concluíram a educação fundamental e para aqueles que concluíram o ensino médio ou estejam cursando no mínimo o 2º. ano desse nível de ensino); cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e superiores de tecnologia); cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*). Por fim, pensando em proporcionar oportunidades de estudos para aqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio na idade regular, o IFSP **investe também no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)**.

1.2 – Função social, objetivos e metas

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP), historicamente, constitui-se como espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante, acompanhando os processos de transformação no mundo do ensino e do trabalho, com a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Neste sentido, busca construir uma *práxis* educativa que contribua para a inserção social, para a formação integradora e para a produção do conhecimento.

O IFSP tem como objetivo central agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho, discutindo os princípios das tecnologias a ele relativas. Compreende-se, para isso, que seja preciso derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana.

A partir da compreensão da relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, a organização e desenvolvimento curricular, em seus objetivos, conteúdos e métodos, baseia-se a concepção do trabalho como princípio educativo. Com isso, a Educação Profissional deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Entre seus aspectos fundadores, os Institutos Federais (PACHECO, 2011), tem como principais metas: 1) expandir a oferta de educação profissional pública e de qualidade; 2) estar aberto à comunidade por meio da verticalização da oferta de cursos (da modalidade EJA até a pós-graduação e cursos de curta duração) e do acesso facilitado pela ampliação da rede em todas as regiões do país; 3) formar cidadãos para o mundo do trabalho e não somente para o “mercado” de trabalho, por meio de uma Educação crítica e reflexiva.

1.3 – Princípios norteadores

A lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-IFSP 2014-2018) são importantes documentos que fundamentam as ações do Instituto Federal de São Paulo. Neste sentido, com base nestes documentos, destacamos abaixo algumas concepções e princípios norteadores do IFSP.

O IFSP objetiva levar em conta o fato de que o **desenvolvimento humano** é um processo de construção contínua e que se estende ao longo da vida dos indivíduos e das sociedades de forma indissociável.

Ao compreender o sujeito como um ser sócio-histórico, ou seja, resultado de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação. O IFSP acredita que o desenvolvimento de capacidades, potencialidades, habilidades, competências, valores e atitudes especificamente humanos perpassa diretamente por uma ação educativa (PDI-IFSP 2014-2018). Neste sentido, a instituição de ensino tem em si a responsabilidade de levar o estudante ao pleno desenvolvimento enquanto cidadão através do conhecimento construído visando uma formação geral e universal no sentido amplo.

Nossa instituição se identifica e se compromete com um projeto democrático de sociedade que compreende e pratica a educação como um compromisso de transformação, capaz de dar sentido cada vez maior tanto à nossa prática social enquanto instituição, como também a cada sujeito individual, que se encontra envolvido com este processo.

Neste sentido, a **educação** assume papel cada vez mais imprescindível no processo de desenvolvimento social e também econômico. Compreende-se a educação como processo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

A educação, com isso, é fator importante e indispensável no processo de transformação dessa realidade social. Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade de o sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

Assim sendo, a proposta pedagógica do IFSP vincula-se à ideia de que o ensino não se limita à transmissão de informações e/ou ao desenvolvimento de capacidades técnicas para um exercício profissional específico, mas, ao contrário, a formação de seus alunos deve contemplar a chamada “cultura geral” - saberes cujo sentido formativo não se confundem necessariamente com uma aplicação imediata – e o engajamento político – por meio do desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes.

O vínculo da educação com o contexto social e cultural leva a questionamentos e a revisão de modelos educacionais estabelecidos para atender os anseios e necessidades da sociedade, apresentando desafios acentuados e problematizados. No mundo globalizado e em constantes transformações, o conceito de educação vem sendo revisto e ampliado, assumindo

uma perspectiva processual que não se encerra ao final da escolarização, mas se prolonga ao longo da vida do indivíduo para permitir que ele possa responder aos desafios da provisoriedade do conhecimento, num contexto em constante mudança. (DELLORS, 1999)

O IFSP reconhece a formação técnica e tecnológica como um dos elementos estruturantes capazes de contribuir para o desenvolvimento humano tanto do ponto de vista individual como coletivo. A proposta educacional dos Institutos Federais está pautada, atualmente, em uma concepção humanista de educação, buscando integrar ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e desenvolver a capacidade de investigação científica para a construção da autonomia intelectual:

O modelo dos Institutos Federais surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. (BRASIL, 2010, p. 19)

O objetivo principal passa pela formação profissional técnica e tecnológica de qualidade, isso só se torna possível na medida que o processo educativo contribua com a construção de cidadãos através de novos saberes. Ora se o que se busca é a formação do cidadão para o mundo do trabalho, superando o conceito da mera formação do profissional para o mercado é preciso esforços para “derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos”. (BRASIL, 2010, p. 10)

Nesta perspectiva, nos aproximamos da compreensão do trabalho como princípio educativo (RAMOS, 2004 e FRIGOTTO, 2004) na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a educação deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Assim, insere-se no contexto a **educação profissional**, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva, focando-se o trabalho como primeiro fundamento da educação como prática social.

Assim, a educação profissional e tecnológica trata-se de uma política pública, por seu compromisso social, tanto por contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, quanto por ser fator de fortalecimento do processo de inserção cidadã. O objetivo da formação profissional não é formar um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho:

Assim, a educação exercida no IFSP não estará restrita a uma formação estritamente profissional, mas contribuirá para a iniciação à ciência e a promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo e as tecnologias (PDI 2009-2013, p. 41)

Neste sentido, a escola, como instituição educativa da sociedade, é o espaço privilegiado da educação formal, lugar de cultura e sistematização do saber científico, que possibilita a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos para análise e compreensão da realidade, do mundo em que vivemos, a fim de que haja uma interação consciente das pessoas consigo mesmas, delas entre si, delas com o conhecimento, com o meio ambiente e com outros produtos da cultura, ampliando, dessa forma, sua visão de mundo.

É como uma instituição educativa muito maior que uma “escola”, que se situa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, esta instituição pode protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o.

Tais diretrizes reafirmam o compromisso dos IFs com a formação humanística de docentes e discentes, que precede a qualificação para o trabalho e enxerga a educação profissional e tecnológica baseada na integração entre ciência, tecnologia e cultura.

No contexto da educação profissional, a concepção de **conhecimento** articula as ciências naturais, humanas e tecnológicas com o mundo do trabalho, partindo da premissa da construção desse conhecimento baseado nos seguintes eixos: trabalho, ciência, tecnologia, cultura.

Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que necessariamente devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento (BRASIL, 2010, p. 34).

A ciência envolve conceitos e métodos que, ao mesmo tempo em que são estabilizados e transmitidos de geração em geração, podem e devem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Esses conhecimentos, produzidos e legitimados socialmente ao longo da história, são resultado de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e da transformação dos fenômenos naturais e sociais, no movimento do ser humano como produtor de sua realidade que, por isso, precisa apropriar-se dela para poder transformá-la.

A transformação da Ciência foi correlata com uma transformação no conhecimento técnico. Esse conhecimento passou a ter outro caráter. Deixou de ser um conhecimento sem nexos e sem formalização. Pode-se creditar a esse momento o surgimento de um novo conhecimento, o conhecimento tecnológico, que significa um conhecimento produtivo articulado e consciente. Esse novo saber que constitui a Tecnologia não é um saber sem significado e conexões.

Como apontado por alguns autores, a Tecnologia surge como um aprofundamento de um processo de racionalização da civilização que repercute na técnica. Essa racionalização pode ser entendida como identificação das causas dos fenômenos e, nesse sentido, constitui uma efetiva cientifização da Técnica.

Assim, ao buscar-se a transformação da ciência em força produtiva, marca-se a noção de tecnologia, que se caracteriza como uma extensão das capacidades humanas, ao visar a satisfação das necessidades, mediando o conhecimento científico e a produção. É possível compreender o processo histórico de transformação da ciência em atividade produtiva por meio do desenvolvimento tecnológico.

A Tecnologia tem dinâmica própria e, embora interagindo com a Ciência, ela busca conhecimentos específicos. A Tecnologia é estilo de trabalho, de pesquisa, que incorpora metodologias e conceitos da pesquisa científica, porém também é um campo do conhecimento cuja aplicação passa por outros critérios como eficácia e viabilidade técnico-econômica e social. (PDI-IFSP, 2014-2018, p. 147)

Considerando esta visão de escola articulada com o trabalho e com a formação integrada do estudante temos a construção do conhecimento como algo dinâmico e significativo e não fragmentado e descontextualizado. Nesse sentido o IFSP em seu PPI, afirma que o fazer pedagógico deve trabalhar “na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática [...], tentando estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e

humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho” (PDI-IFSP, 2014-2018, p.157).

O conhecimento para o mundo do trabalho vai além da técnica e da produção, envolvendo relações sociais, culturais e científicas. A Educação nesse viés estaria ligada a um movimento constante, em que o conhecimento produzido historicamente retorna à sociedade por meio do indivíduo que articula esse conhecimento com a realidade, transformando-o. (BRASIL, 2010)

Diante disso a concepção de conhecimento está articulada ao conceito de processo educativo como dialógico integrando trabalho, ciência e cultura. No contexto da educação profissional o trabalho é o primeiro foco da educação enquanto prática social, que juntamente com a ciência e a cultura contribui para uma formação integrada do estudante. Nessa vertente o conhecimento ocorre em uma prática interativa com a realidade, que além de propiciar sua transmissão de geração em geração, o questiona, visando sua superação historicamente em um movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Podemos afirmar então que o conhecimento não é algo estático, pelo contrário, trata-se de um processo de construção e reconstrução contínuo voltado a formação plena do educando (PDI-IFSP, 2014).

Partindo do princípio da autonomia e a gestão democrática que fazem parte da própria natureza do ato pedagógico, identifica-se a importância e a necessidade de se estabelecer relações democráticas que criem um ambiente institucional propício ao diálogo e a participação. Dessa forma, as práticas educativas devem levar em conta os diversos públicos presentes numa instituição em função das diferenças de gênero, de classe social, de etnia e de religiosidade.

Para tanto, o desafio cotidiano para a **prática pedagógica** docente é o desenvolvimento de ensino de qualidade junto à ampla gama de públicos que procuram por profissionalização e inserção do mercado de trabalho, mas sem perder de vista a formação integrada – para o mundo do trabalho.

Uma formação integrada, além de possibilitar o acesso a conhecimentos, promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais, sobre as referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, e incorpora os valores ético-políticos.

Integrando, com isso, a ciência e a cultura, a formação profissional deve objetivar a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais mais elevadas, apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Assim, contribui-se para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e dessa forma atuar nele por meio

do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade, ao mesmo tempo em que cuida da preservação.

No processo de ensino, entendemos que é importante priorizar uma metodologia que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, a participação efetiva do estudante na construção de seu conhecimento. Uma das possibilidades metodológicas é trazer, para a sala de aula, os problemas do mundo atual e/ou situações-problema que simulem a realidade, a fim de que os alunos possam sugerir propostas de resolução ou de possíveis encaminhamentos, promovendo-se o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

O **currículo** deve contribuir para a construção do pensamento crítico e para a formação integral do indivíduo. Além disso, deve ter como alicerce as questões éticas, respeitar a diversidade cultural e regional e proporcionar uma formação para a cidadania.

Para garantir a formação plena do educando, o currículo deve possibilitar construções intelectuais elevadas e a apropriação de conceitos, habilidades e atitudes necessários para a intervenção consciente na realidade.

Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica.

Vale destacar que, a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica supera o conceito de escola dual e fragmentada, estabelecendo o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho.

Em consonância com esse entendimento, o currículo se torna um poderoso instrumento de mediação para atingir o conhecimento científico, o desenvolvimento do raciocínio lógico, construtivo e criativo, para que se estabeleça uma consciência crítica e reflexiva no indivíduo ao ponto de transformar atitudes e convicções, levando este a participar de forma efetiva e responsável da vida social, política, cultural e econômica de seu país.

Capítulo 2 – Caracterização da Unidade

2.1 Câmpus Caraguatatuba

O câmpus Caraguatatuba é uma unidade educacional ligada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, autorizada pela Portaria nº. 1714 de 20 de outubro de 2006. É uma instituição capaz de sistematizar e produzir conhecimentos que respondam às exigências de seu entorno, desafiadas pela função antecipada de preparar recursos humanos qualificados e competentes para intervirem no desenvolvimento social e econômico e no mercado de trabalho de nossa região. Constitui-se num centro regional de estudos, agregando as cidades do litoral norte: Caraguatatuba, Ubatuba, São Sebastião e Ilhabela. Está localizado na Avenida Rio Grande do Norte, nº 450, no bairro Indaiá, na cidade de Caraguatatuba, litoral Norte do Estado de São Paulo

A unidade descentralizada do CEFET-SP ocupou as instalações do CEPROLIN - Centro Profissionalizante do Litoral Norte, financiada pelo PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional, cuja administração era realizada pela FUNDACC - Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba. Com atividades desde o ano de 2007, a unidade (UNED) fez parte do primeiro plano de expansão da Rede Federal. Inicialmente foram oferecidos os seguintes cursos: Técnico em Programação e Desenvolvimento de Sistemas e Técnico em Gestão Empresarial. Em fevereiro de 2008, iniciou-se o Curso Técnico de Construção Civil com habilitação em Planejamento e Projetos.

Por intermédio da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, instituiu-se a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica da qual fazem parte os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No ano de 2009, já como IFSP – câmpus Caraguatatuba, além dos cursos já citados, o Curso Técnico em Administração passou a ser oferecido na modalidade EaD por intermédio da Rede e-Tec Brasil em cinco Polos nos municípios de Araraquara, Barretos, Jaboticabal, Franca e Itapeví. Em 2010, o câmpus ofereceu os cursos Técnico em Edificações (área de Construção Civil), Técnico em Administração e Técnico em Comércio (área de Gestão Empresarial), além dos cursos Técnico em Informática e Técnico em Informática para Internet (área de Informática). No ano de 2011 foram ofertados os primeiros cursos superiores do Câmpus, a saber, Licenciatura em Matemática, Tecnologia em Processos Gerenciais e

Tecnologia em Análise de Desenvolvimento de Sistemas e foram mantidos os mesmos cursos técnicos do ano anterior.

No ano de 2012, por força de um termo de cooperação entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP e a Secretaria de Estado de Educação – SEE-SP para o desenvolvimento de cursos técnicos integrados, o Câmpus recebeu duas turmas de alunos matriculados no primeiro ano do ensino médio na EE Thomaz Ribeiro de Lima para ingresso nos cursos Técnicos em Comércio e Informática para Internet. No ano de 2013, apenas os cursos Técnico integrado em Informática para internet e Técnico em Administração não ofereceram novas vagas. Houve continuidade na oferta dos demais cursos.

Após aprovação do Conselho Superior, no ano de 2017, iniciaram-se os seguintes cursos: Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Licenciatura em Física, Bacharelado em Engenharia Civil e Pós-Graduação Lato Sensu em Finanças.

Atualmente estão em andamento os seguintes cursos técnicos: Administração, Edificações, Informática para Internet, Aquicultura, na modalidade ensino à distância - EaD, Meio Ambiente e Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; além dos cursos superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Física Tecnologia em Processos Gerenciais e Bacharelado em Engenharia Civil. O curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio na modalidade de educação de Jovens e Adultos (PROEJA) está aprovado para início no primeiro semestre de 2019.

O câmpus Caraguatatuba atualmente está instalado numa área de 5.197,11m², sendo 3.515m² de área construída. Possui 12 laboratórios, sendo sete de Informática, um laboratório de Construção Civil, um laboratório de Gestão, um laboratório de Sistemas Digitais Programáveis, um laboratório de Ciências Naturais e um laboratório de ensino de Matemática. Possui, também, sete salas de aulas teóricas e uma sala de desenho, além dos espaços da administração, coordenadoria de registros acadêmicos, biblioteca, atendimento ao aluno, setor sócio pedagógico, auditório e pátio. O corpo de servidores é composto por 70 professores concursados e 43 técnicos administrativos.

2.2 Histórico da Cidade

A história de Caraguatatuba se mistura com a do Brasil. Ocupada pelos índios Gueromimis, do grupo Tapuia. A região de Caraguatatuba, em carta geográfica do século XVII, era conhecida como “Enseada dos Guaromomins”.

Os primeiros sinais de povoamento, no período colonial surgiram após 1534, quando o rei Dom João III de Portugal, com o objetivo de facilitar a administração e acelerar a colonização das terras brasileiras, dividiu o Brasil em Capitânicas Hereditárias e as entregou a nobres, militares e navegadores ligados à Corte. Foi criada então a Capitania de Santo Amaro, que se estendia da foz do Rio Juqueriquerê, em Caraguatatuba, até o município de Bertioga.

No entanto, a origem do povoado remonta aos anos de 1653 e 1654, época em que o Império de Portugal criou um instituto jurídico chamado Sesmarias para a distribuição de terras a particulares para a produção de alimentos. Então, em meados de 1664 surgiram sinais de povoamento, com a construção dos primeiros prédios.

Durante a sua história Caraguatatuba foi afligida por diversos surtos, entre eles o mais mortífero ocorreu em 1693, quando a varíola dizimou boa parte da população, na época os sobreviventes fugiram para as vilas próximas, Ubatuba e São Sebastião. A doença fez o crescimento retornar à estaca zero, o que atrasou o desenvolvimento do povoado em alguns anos.

Em 1770, o Governador da Capitania de São Paulo determinou ao comandante do destacamento da Vila de São Sebastião que, na paragem chamada Caraguatatuba, fossem juntados os moradores e se procedesse o arruamento, a construção de edifícios públicos necessários para seu desenvolvimento. Dessa forma, o povoado foi elevado à condição de Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba em 27 de setembro de 1770. Nestes idos o povoado desenvolveu-se por meio do comércio dos produtos do litoral com a região das minas e o Porto do Rio de Janeiro. Por isso, o Édito de Lorena, que proibia o comércio dos produtos das vilas do Litoral Norte com o Porto do Rio de Janeiro, causou-lhe grande estagnação. Com a abertura dos portos brasileiros em 1808 e o fim desse Édito, a Vila de Caraguatatuba voltou a crescer. Também contribuiu para seu desenvolvimento o fato de ser passagem obrigatória no escoamento do café do Vale do Paraíba para os portos exportadores.

No século 19, mais precisamente em 16 de março de 1847, o presidente da Província de São Paulo, Manuel da Fonseca Lima e Silva, ordenou que a vila passasse a ser denominada Freguesia. E em 20 de abril de 1857, com a designação reduzida para Caraguatatuba recebeu sua emancipação política e administrativa.

A população caraguatatubense ainda teve de superar um surto de malária, em 1884, e outro de gripe espanhola, em 1918. Epidemias que causaram um grande número de mortos no município.

O ressurgimento e, posteriormente, o crescimento do povoado só veio com a chegada de famílias de estrangeiros, que se instalaram na Fazenda dos Ingleses. A propriedade se

estabeleceu em 1927 e trouxe benefícios como o aumento da população, a formação de trabalhadores agrícolas e artesãos, o surgimento do comércio e o crescimento substancial da arrecadação municipal.

O progresso da Freguesia de Santo Antônio de Caraguatatuba levou o Governo do Estado de São Paulo a reconhecê-la como Estância Balneária em 30 de novembro de 1947.

Os moradores da cidade também superaram a catástrofe de 1967 e reconstruíram o município até transformá-lo em um polo de desenvolvimento.

Atualmente Caraguatatuba tem boa infraestrutura, composta por shoppings, supermercados, grandes lojas, escolas técnicas e universidades. Hoje a cidade é o polo comercial mais importante do Litoral Norte, e sua economia baseia-se, principalmente, no turismo.

Mapa do Município de Caraguatatuba



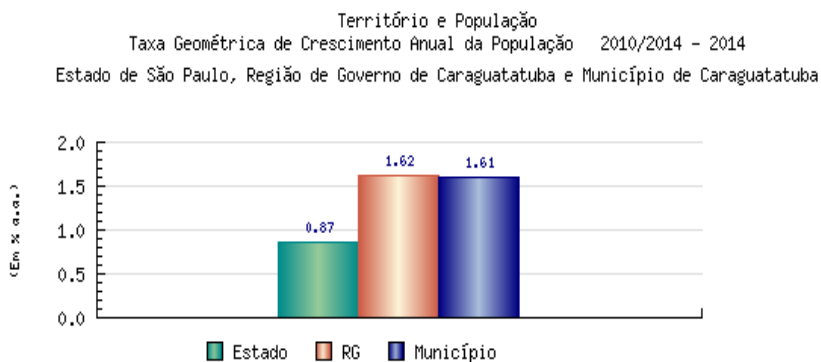
Figura 1 - Mapa geográfico do Estado de São Paulo.



Evolução Populacional			
Ano	Caraguatatuba	São Paulo	Brasil
1991	52.878	31.588.925	146.825.475
1996	66.669	33.844.339	156.032.944
2000	78.921	37.032.403	169.799.170
2007	88.815	39.827.570	183.987.291

Figura 2 - Mapa geográfico do Município de Caraguatatuba

Gráfico de crescimento da população da cidade



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
Fundação Seade.

2010	100.840	41.262.199	190.755.799
-------------	---------	------------	-------------

Gráfico de evolução da população da cidade

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010.

2.3 IDH do município de Caraguatatuba

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (PNUD/ONU) dispõe que o conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Nesse sentido, aduz que ao contrário da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, o desenvolvimento humano busca contemplar as pessoas, suas oportunidades e capacidades. De forma que a renda é importante, contudo deve ser um meio de desenvolvimento e não o produto final. Assim, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano em si.

Segundo PNUD/ONU o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso em longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Assim, seguem os dados coletados no sitio institucional do

IBGE¹ referente ao município de Caraguatatuba nos anos 1991, 2000 e 2010 com as respectivas médias de IDH²:

Evolução do IDH da Cidade de Caraguatatuba

ANO	IDH
1991	0,519
2000	0,685
2010	0,759

A seguir estão dispostos quadros do Ranking Nacional³ de IDH dos municípios brasileiros, sendo considerados os anos de 1991, 2000 e 2010:

Ranking IDH Municipal 1991	Município	IDHM 1991	IDHM Renda 1991	IDHM Longevidade 1991	IDHM Educação 1991
521°	Caraguatatuba (SP)	0,519	0,673	0,708	0,293

Ranking IDH Municipal 2000	Município	IDHM 2000	IDHM Renda 2000	IDHM Longevidade 2000	IDHM Educação 2000
228°	Caraguatatuba (SP)	0,685	0,709	0,810	0,560

Ranking IDH Municipal 2010	Município	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
383°	Caraguatatuba (SP)	0,759	0,735	0,845	0,705

O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). Interessante destacar que em relação ao ano de 1991 o município teve uma melhora

¹ <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=351050&idtema=118&search=sao-paulo/caraguatatuba%C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm-> . Acesso em: 19/09/2014

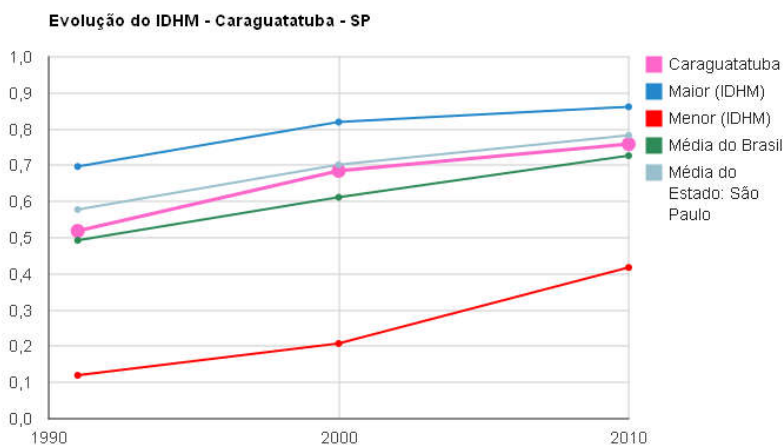
² Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

³ Fonte: [Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013](#) (Com dados dos Censos 1991, 2000 e 2010).

significativa em seu IDH. Contudo, se analisarmos separadamente os anos 2000 e 2010 observamos que apesar da melhora da média a colocação no ranking caiu. No entanto, deve-se ressaltar o salto significativo que o Município teve em seu IDH, principalmente em Educação, que foi a dimensão que mais cresceu em termos absolutos, seguida por Longevidade e por Renda.

De acordo com informações obtidas no sítio institucional da Organização Não Governamental (Ong) Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013⁴ o município de Caraguatatuba ocupa a 383ª posição no ranking nacional de IDH, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 382 (6,86%) municípios estão em situação melhor e 5.183 (93,14%) municípios estão em situação igual ou pior. Ainda, em relação aos 645 outros municípios do Estado de São Paulo, Caraguatatuba ocupa a 169ª posição, sendo que 168 (26,05%) municípios estão em situação melhor e 477 (73,95%) municípios estão em situação pior ou igual.

Abaixo segue gráfico comparativo⁵ da evolução do IDH de Caraguatatuba em relação ao maior e menor IDH municipal, à média estadual e nacional.



Segue abaixo tabela⁶ com os principais dados, sobre o município de Caraguatatuba, obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Para uma melhor visualização dos principais itens da tabela, alguns foram suprimidos.

⁴ http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/caraguatatuba_sp

⁵ http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/caraguatatuba_sp

⁶ <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=351050&search=sao-paulo|caraguatatuba|infograficos:-informacoes-completas>. Acesso em 19/09/2014

Área da unidade territorial	485,097	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	23	estabelecimentos
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,759	
Matrícula - Ensino fundamental - 2012	16.073	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2012	5.115	matrículas
PIB per capita a preços correntes - 2011	15.117,69	reais
População residente	100.840	peessoas
População residente - Homens	49.959	peessoas
População residente - Mulheres	50.881	peessoas
População residente alfabetizada	87.947	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	29.477	peessoas
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	366,67	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	533,33	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	1.673,80	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	2.458,65	reais

2.4 Características da região

Caraguatatuba passou por grandes transformações nos últimos 30 anos, tanto na questão de urbanização quanto na questão econômica, impulsionada principalmente pelo turismo, pela construção civil e pelas instalações do Gasoduto, que contribuiram para o grande crescimento da cidade.

No mesmo sentido, o Litoral Norte como um todo, começou a ganhar maior importância por questões sociais e econômicas, então, em 09 de janeiro de 2012, por meio da Lei Estadual Complementar nº 1166, foi criada a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, com o intuito de desenvolver e integrar ainda mais as cidades da região.

É imperioso destacar que a costa marítima do Litoral Norte possui 479 quilômetros de extensão, com mais de 150 praias de todos os tipos: urbanas, selvagens, pequenas, extensas, cada uma com peculiaridades e belezas únicas. Isso contribui para que a região se destaque no cenário turístico nacional por seus atrativos naturais.

Ainda, existem projetos que têm movimentado a região, como a duplicação da Rodovia dos Tamoios, a Instalação do Gasoduto de Caraguatatuba e a Ampliação do Porto de São Sebastião.

2.5 Condições de vida

O município de Caraguatatuba tem apresentado grandes avanços na promoção da qualidade de vida de seus habitantes. Como já mencionado anteriormente, a cidade vivencia crescimento, mas que deve ser considerado com cautela. Vejamos os quadros⁷:

Nível	Número de escolas em 2011
Pré-escolar	39
Fundamental	55
Médio	23

Nível	Número de matrículas em 2011
Pré-escolar	2.686
Fundamental	16.073
Médio	5.115

Segundo os indicadores do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), que compendia a condição de cada município no que diz respeito à riqueza, escolaridade e longevidade, e quando conjugados geram um índice que classifica os municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos. De modo que Caraguatatuba, segundo o Sistema Estadual de Análise de Dados⁸ (SEADE) em 2008 foi classificado no grupo 4 e em 2010 no grupo 2, segue tabela explicativa.

⁷ <http://cidades.ibge.gov.br/painel/educacao.php?lang=&codmun=351050&search=sao-paulo|caraguatatuba|infogr%EFficolas:-escolas-docentes-e-matr%EDculas-por-n%EDvel>. Acesso em 22/09/2014.

⁸ <http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php> Acesso em 22/09/2014.

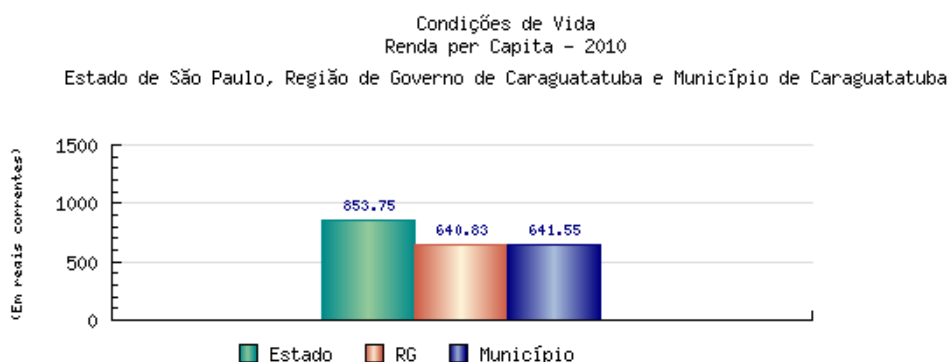
Critérios de Formação dos Grupos do IPRS

Grupos	Critérios	Descrição
Grupo 1	Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade	Municípios que se caracterizam por um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indicadores sociais
	Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade	
	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade	
	Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade	
Grupo 2	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade	Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indicadores sociais
	Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade	
	Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade	
	Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade	
	Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade	
Grupo 3	Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade	Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais
	Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade	
Grupo 4	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade	Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade
	Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade	
	Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade	
Grupo 5	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade	Municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS.

Da tabela acima exposta é possível identificarmos que a conforme descrição do Grupo 04 o Município de Caraguatatuba apresentam baixo nível de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade.

No que diz respeito à renda per capita, levando-se em consideração a soma do rendimento nominal mensal das pessoas com 10 anos ou mais residentes em domicílios particulares ou coletivos, dividida pelo total de pessoas residentes nesses domicílios, a média de Caraguatatuba é inferior a do Estado de São Paulo, e quase equivalente a média da região, conforme se verifica abaixo.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Demográfico.

Quanto à questão de infraestrutura para habitação, a cidade ainda deixa a desejar no que diz respeito ao tratamento e coleta de esgoto. Enquanto a média Estadual de atendimento é de 89,75%, o município de Caraguatatuba atende somente 57,94%, conforme dados do IBGE e Fundação SEADE. Em contrapartida, os índices de coleta de lixo e o abastecimento de água superam a média da Região e do Estado.

	Ano	Município	Região	Estado
Coleta de Lixo – Nível de Atendimento (Em %)	2010	99,79	99,72	99,66
Abastecimento de Água – Nível de Atendimento (Em %)	2010	98,21	82,65	97,91
Esgoto Sanitário – Nível de Atendimento (Em %)	2010	57,94	42,82	89,75

2.6 Aspectos econômicos e culturais

A economia local de Caraguatatuba caracteriza-se principalmente pelo turismo e a rede de serviços atreladas a este segmento, assim como acontece nas outras cidades do Litoral Norte de São Paulo. Ainda, também se desenvolveram na última década atividades relacionadas à construção civil e ao suporte da indústria de petrolífera.

De acordo com apontamentos da Prefeitura Municipal⁹, entre 1999 e 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 121% e houve elevação de 91% da renda per capita no mesmo período.

Atualmente os dados do IBGE apontam que o Produto Interno Bruto (PIB) do município de Caraguatatuba em 2011 teve maior participação do setor de Serviços. Nota-se, no quadro¹⁰ abaixo, que do total de riquezas produzidas no município, o setor da agropecuária representa menos de 1% do total, enquanto que os setores da Indústria representam 17.77% e o setor de Serviços 81.90% do PIB do município.

PIB (em milhões de reais correntes) - Caraguatatuba		
Agropecuária	R\$4.536	0.32%
Indústria	R\$251.554	17.77%
Serviços	R\$1.159.230	81.91%
TOTAL	1.415.320	100%

Não por acaso, o elevado índice da participação do setor de serviços pode ser relacionado ao grande destaque que o turismo e o comércio possuem na região, ao passo que a indústria não contempla nem um quinto da soma do PIB. Além de tudo, impressiona o fato de a cidade ter menos de 1% do seu PIB vinculado à agropecuária.

No que tange a cultura, a cidade buscou manter suas raízes e atender as necessidades o alto número de turistas que visitam a cidade durante todo o ano. Para tanto, existem festivais gastronômicos como a Festa do Camarão, Festival da Tainha e o Caraguá Agosto. No carnaval as marchinhas dominam a praça Candido Mota e trazem aos foliões os maiores sucessos para se divertirem. Também estão no calendário da cidade comemorações religiosas como a Festa do Divino Espírito Santo e a Festa de Santo Antônio além das manifestações

⁹ http://www.portal.caraguatatuba.sp.gov.br/noticias_view.php?id=5383#.VCC_ihbXu_I Acesso em 22/09/2014.

¹⁰

http://cidades.ibge.gov.br/xtras/grafico_cidades.php?lang=&codmun=351050&idtema=125&search=sao-paulo/caraguatatuba/produto-interno-bruto-dos-municipios-2011. Acesso em 19/09/2014.

artístico-populares da cidade e região, como a Folia de Reis, o Moçambique, Maculelê e Puxada de Rede, objetivando a preservação das tradições culturais.

2.7 IFSP - Estrutura

Descrição	Quantidade
Almoxarifado	1
Auditório	1
Banheiro	10
Biblioteca	1
Cantina	1
Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e Coordenadoria de Extensão	1
Depósito de materiais	1
Instalação administrativa	7
Laboratório de Construção Civil	1
Laboratório de Informática	7
Laboratório de sistemas digitais programáveis (Labtec)	1
Laboratório de Topografia	1
Laboratório de Ciências Naturais	1
Pátio	1
Sala de aula	7
Sala de desenho	1
Sala de docentes	1
Sala de manutenção	1
Laboratório de Matemática	1
Sala de Vídeo Conferência	1

2.8 Contexto escolar

O IFSP – câmpus Caraguatatuba atende alunos com faixas etárias, condições sócio-econômicas, familiares, culturais e percursos escolares bastante diversos. Segundo as

diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, a educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças (BRASIL, 2013). Nos diversos cursos oferecidos - cursos de ensino médio integrado ao técnico, técnicos subsequentes e concomitantes, e superiores em tecnologia e licenciatura - observamos algumas peculiaridades.

Apresentamos a seguir os dados obtidos mediante aplicação de questionário junto a 256 alunos ingressantes nos cursos técnicos e superiores no primeiro semestre de 2014¹¹.

Renda mensal bruta familiar?	Nº de Alunos	Porcentagem
até um salário mínimo (R\$ 724,00)	26	10,1%
de um salário a dois salários mínimos (R\$724,00 a R\$1.448,00)	112	43,7%
de dois salários a três salários mínimos (1.448,00 a R\$2.172,00)	72	28,1%
mais que três salários mínimos (R\$2.172,00)	46	17,9%

Por que ingressou no curso escolhido?	Porcentagem
Para dar continuidade a minha formação básica	16%
Para facilitar minha ascensão profissional	25%
Para obter uma formação mais específica	22%
Para ingressar em um campo de trabalho em desenvolvimento ou em ascensão	19%
Porque necessito de um título profissional de nível técnico ou superior	8%
Porque o ensino é gratuito	10%

Faixa etária	Nº de alunos	Porcentagem
14 a 20 anos	148	58%
21 a 30 anos	48	19%
31 a 40 anos	37	14%
41 a 50 anos	18	7%
Acima de 50 anos	5	2%

Diante dos dados, podemos concluir que a maioria dos estudantes ingressantes do *Câmpus* Caraguatatuba são adolescente e jovens entre 14 e 20 anos, que juntos somam cinquenta e oito por cento (58%) de todos os ingressantes. Quarenta e dois por cento (42%)

¹¹ Representa 90% dos ingressantes

dos alunos são adultos entre 21 e mais de 50 anos. Esse fator traz desafios que devem levados em consideração, tendo em vista a diversidade de objetivos, interesses e necessidades que vão desde as escolhas profissionais e conflitos até a conciliação entre as exigências de vida e trabalho com outras demandas da vida contemporânea tais como formação continuada, qualificação, e outras.

Outra variável a ser considerada é a condição econômica dos alunos. Cerca de 10% dos alunos declara que vive com até um salário mínimo, e 43% deles com renda familiar entre um e dois salários mínimos. Apenas 17,9% dos alunos declaram ter renda superior a três salários mínimos. O Programa de Assistência ao Estudante pode ser considerado importante elemento para garantir a permanência dos alunos nos cursos, entretanto entendemos que a garantia de uma educação de qualidade social, científica e cultural que articule o mundo do trabalho e a prática social é que pode contribuir para minimizar as desigualdades, romper com o círculo de pobreza e promover equidade.

Quanto às motivações dos ingressantes na escolha dos cursos, sobressaem as que dizem respeito diretamente à formação profissional, seja pela especificidade dos objetivos dos cursos técnicos, seja para aperfeiçoamento dos que já são trabalhadores ou da expectativa de ingresso em campo de trabalho considerado promissor. Assim, o projeto pedagógico na sua concepção, implementação e avaliação deve valorizar a experiência extra-escolar e considerar, entre outros aspectos para a organização curricular os eixos tecnológicos possibilitando a identificação das tecnologias que se encontram na base de cada formação profissional e dos arranjos lógicos por elas constituídos, conforme o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013).

Finalmente, a escola recebe alunos de diversas cidades, dos quais cerca de 70% residem em Caraguatatuba, 13% em Ubatuba e os demais em outras cidades vizinhas. Importante destacar que já existe um número considerável de alunos que vieram de cidades mais distantes, como da Capital e do interior do Estado de São Paulo, com o intuito de estudar.

2.9 Recursos humanos

2.9.1 Corpo docente

	Nome do Servidor	Formação	Área de Atuação
--	------------------	----------	-----------------

1	Adriano Aurélio Ribeiro Barbosa	Graduação em Engenharia Civil / Mestrado em Engenharia de Produção Mecânica / Doutorado em Engenharia Civil	Construção Civil
2	Alex Lino	Licenciatura em Física / Mestrado em Educação Para a Ciência e o Ensino de Matemática / Doutorado em Educação Para a Ciência e o Ensino de Matemática	Licenciatura em Física
3	Alexandre Machado Rosa	Licenciatura em Educação Física / Mestrado em Educação Física	Núcleo Comum
4	Andressa Mattos Salgado-Sampaio	Licenciatura em Pedagogia / Mestrado em Educação	Licenciatura em Matemática
5	Bruno Giovanni Mazzola	Bacharelado em Administração / Mestrado em Administração / Doutorado em Administração	Gestão
6	Carlos Henrique de Vasconcelos	Bacharelado em Administração / Mestrado em Gestão e Estratégia	Gestão
7	Cesar Augusto Ilódio Alves	Bacharelado em Administração / Especialização em Recursos Humanos, Administração e Marketing/ Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional.	Gestão
8	Cristina Meyer	Licenciatura em Matemática / Especialização em Matemática Avançada / Mestrado em Educação Matemática	Licenciatura em Matemática
9	Denny Paulista Azevedo Filho	Bacharelado em Ciências Contábeis / Especialização em Processamento de Dados	Informática
10	Dionysio Borges de Freitas Junior	Graduação em Administração / Mestrado em Administração	Gestão
11	Ederson Rafael Wagner	Informática / Especialização em Informática / Mestrado em Engenharia Eletrônica e da Computação - Robótica Móvel / Doutorado em Engenharia Eletrônica e da Computação - Robótica Móvel	Informática
12	Eduardo Noboru Sasaki	Bacharelado em Análise de Sistemas / Especialização Administração de Empresas com núcleo em Análise de Sistemas / Mestrado em Ciência da Computação	Informática
13	Eduardo Pereira de	Bacharelado em Sistema de	Informática

	Sousa	Informação / Especialização em Gestão Pública	
14	Elaine Regina Barreto	Bacharelado em Engenharia Civil / Especialização em Engenharia de Segurança / Especialização em Educação Ambiental / MBA em Gestão Ambiental	Construção Civil
15	Emerson Roberto de Oliveira	Bacharelado em Engenharia Civil / MBA Executivo em Gestão Empresarial	Construção Civil
16	Ernesto Donizetti Aparecido da Silva	Bacharelado em Ciências Contábeis / Bacharelado em Administração de Empresas / Especialização em Economia Empresarial / Licenciatura em Formação de Professores	Gestão
17	Francisco Fabbro Neto	Licenciatura em Ensino Profissionalizante / Graduação em Arquitetura e Urbanismo / Especialização Profissional de Análise de Risco Ambiental / Mestrado em Engenharia Ambiental / Doutorado em Engenharia Ambiental	Construção Civil
18	Glauco Leite Bianchini	Bacharelado em Ciências da Computação	Informática
19	Izabela Cristina Alves	Licenciatura em Letras – Português/Inglês / Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional / Especialização em Educação Inclusiva / Proficiência MEC em LIBRAS – Ensino Superior	Núcleo Comum
20	Janice Peixer	Licenciatura em Ciências Biológicas / Especialização em Estudos Ambientais em Microbacias Hidrográficas / Mestrado em Zoologia / Doutorado em Zoologia	Recursos Naturais
21	Jaqueline Lopes	Licenciatura em Letras – Português-Inglês / Mestrado em Linguística	Núcleo Comum
22	João Dalton Daibert	Engenharia Civil / Especialização em Construção de Rodovias / Especialização em Psicopedagogia	Construção Civil
23	Johanatan Wagner Rodriguez	Graduado em Tecnologia em Construção Civil / Especialização em Gestão de Inovações	Construção Civil

		Tecnológicas em Construção/ Mestrado em Engenharia Mecânica	
24	José Américo Alves Salvador Filho	Engenharia Civil / Mestrado em Engenharia Civil / Doutorado em Engenharia de Estruturas	Construção Civil
25	Juliana Fernanda Almeida Castro	Licenciatura em Química / Mestrado em Biotecnologia	Núcleo Comum
26	Juliana La Salvia Bueno	Licenciatura em Letras Português/Espanhol / Especialização em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira	Núcleo Comum
27	Juliana Matheus Gregio Pereira	Bacharelado em Ciências da Computação / Mestrado em Engenharia Eletrônica e Computação	Informática
28	Julio César Pereira Salgado	Graduação em Engenharia Civil / Especialização em Legislação Pública	Construção Civil
29	Julio Cezar Romero	Graduação em Tecnologia em Processamento de Dados.	Informática
30	Jurandi Leão Santos	Licenciatura em Física / Especialização em Ensino de Física / Mestrado em Ensino de Física	Licenciatura em Física
31	Leandro Cesar de Lorena Peixoto	Tecnólogo em Construção Civil / Mestrado em Engenharia Mecânica / Doutorado em Engenharia Mecânica	Construção Civil
32	Lucas Venezian Povoá	Bacharelado em Sistemas de Informação / Mestrado em Ciências da Computação	Informática
33	Luis Américo Monteiro Junior	Licenciatura em Matemática / Especialização em Informática / Especialização em Gestão e Docência em EaD / Mestrado em Engenharia Civil	Licenciatura em Matemática
34	Luiz Antonio Rodrigues Junior	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Informática
35	Luis Fernando Viviani Thomazini	Bacharelado em Física / Licenciatura em Física / Mestrado em Ciências	Licenciatura em Física
36	Marcelo Marcos Bueno Moreno	Licenciatura em Matemática / Especialização em Educação Matemática/ Mestrado em Educação Matemática	Licenciatura em Matemática
37	Marcelo Rosa Hatugai	Licenciatura em Letras – Português- Inglês / Mestrado em Linguística	Licenciatura em Matemática

		Aplicada	
38	Márcio André Traesel	Licenciatura em Matemática / Mestrado em Matemática Aplicada	Licenciatura em Matemática
39	Maria do Carmo Cataldi Muterle	Bacharelado em Economia / Mestrado em Economia Doutorado em Ciências Sociais com Ênfase em Sociologia/ Doutorado em Ciências Sociais	Gestão
40	Marilene Esquiavoni	Bacharelado em Ciência da Computação / Especialização em Gestão Pública	Informática
41	Mário Tadashi Shimanuki	Engenharia Eletrônica / Mestrado em Engenharia Eletrônica e da Computação / Doutorado em Engenharia Eletrônica e da Computação	Informática
42	Marlette Cassia Oliveira Ferreira	Bacharelado em Administração / Bacharelado em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda / Licenciatura em Pedagogia / MBA em Marketing / MBA em Gestão Estratégica de Empresas / Licenciatura em Administração / Mestrado Interdisciplinar em Administração, Comunicação e Educação / Doutorado em Administração	Gestão
43	Marta Senghi Soares	Licenciatura em Pedagogia / Mestrado em Educação	Licenciatura em Matemática
44	Mauro Ribeiro Chaves	Licenciatura em Educação Artística / Especialização em Linguagens da Arte	Núcleo Comum
45	Natália Nassiff Braga	Licenciatura em Pedagogia / Mestrado em Ciências – Psicologia / Doutorado em Ciências - Psicologia	Licenciatura em Matemática
46	Nelson Alves Pinto	Bacharelado em Sistemas de Informação/ Mestrado em Engenharia Eletrônica e Computação	Informática
47	Nicole de Castro Pereira	Graduação em Arquitetura e Urbanismo / Mestrado em Arquitetura e Urbanismo / Doutorado em <i>Architecture and Interior Architecture</i>	Construção Civil
48	Paulo Ribeiro	Bacharelado em Administração /	Gestão

		Especialização em Administração de Recursos Humanos / MBA em Gestão Empresarial	
49	Priscila Cristini dos Santos	Bacharelado em Engenharia Ambiental / Mestrado em Tecnologia Ambiental	Recursos Naturais
50	Rafael Nogueira Luz	Licenciatura em Matemática / Mestrado Profissional em Matemática	Licenciatura em Matemática
51	Renan Cavichi de Freitas	Bacharelado em Sistemas de Informação / Especialização - MBIS em Desenvolvimento de Sistemas WEB / Cursando Mestrado em Engenharia Eletrônica e da Computação – área de Informática	Informática
52	Renato Aurélio Mainente	Licenciatura em História / Mestrado em História e Cultura Social / Doutorado em História e Cultura Social	Núcleo Comum
53	Renato Douglas Gomes Lorenzetto Robeiro	Licenciatura em Matemática / Mestrado em Educação	Licenciatura em Matemática
54	Ricardo Ali Abdala	Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo / Mestrado em Urbanismo	Construção Civil
55	Ricardo Maroni Neto	Bacharelado em Economia / Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica	Gestão
56	Ricardo Roberto Plaza Teixeira	Licenciatura em História / Licenciatura em Física / Mestrado em Física Nuclear / Doutorado em Física Nuclear	Licenciatura em Matemática
57	Ricardo Soares Mota Silva	Licenciatura em Química / Mestrado em Química / Doutorado em Química	Núcleo Comum
58	Roberto Costa Moraes	Bacharelado em Administração / Mestrado em Administração / Doutorado em Administração Bacharelado em Ciências Militares Especialista em Administração Hospitalar Especialista em Administração Financeira e Auditoria Especialista em Bases Geo-Históricas para Formulação Estratégica	Gestão
59	Rodrigo Antonio dos	Bacharelado em Administração /	Gestão

	Santos	Especialização em Direito Público / Mestrado em Desenvolvimento Humano	
60	Rodrigo da Silva Sobrinho	Licenciatura Em Física / Mestrado em Física	Licenciatura em Física
61	Ronaldo Rodrigues Chaves	Licenciatura em Matemática / Mestrado Profissional em Matemática	Licenciatura em Matemática
62	Samir Costa Fagury	Engenharia Civil / Mestrado em Engenharia de Materiais	Construção Civil
63	Samara Salamene	Graduação em Ciências Biológicas / Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais / Doutorado em Ciências Ambientais e Florestais	Recursos Naturais
64	Shirley Pacheco de Souza	Graduação em Oceanografia / Mestrado em Ecologia / Doutorado em Ecologia	Recursos Naturais
65	Silvete Mari Soares	Engenharia Civil/ Mestrado em Engenharia de Estruturas	Construção Civil
66	Tânia Cristina Lemes Soares Pontes	Bacharelado em Administração / Especialização em Educação Ambiental / Mestrado em Ciências Ambientais	Gestão
67	Ticiane Couto Roquejane	Licenciatura em Geografia / Licenciatura em Pedagogia / Mestre em Docência para a Educação Básica	Núcleo Comum
68	Valeria Trigueiro Santos Adinolfi	Licenciatura e Bacharelado em Filosofia / Especialização em Bioética / Mestrado em Educação - História, Filosofia e Educação / Doutorado em Educação - Ensino de Ciências e Matemática	Núcleo Comum
69	Vassiliki Terezinha G. Boulomytis	Licenciatura em Letras inglês- português / Bacharelado em Engenharia Civil / Mestrado em Engenharia Civil / Doutorado em Engenharia Civil	Construção Civil
70	Wanderson Santiago dos Reis	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas / Especialização em Administração em Redes Linux	Informática

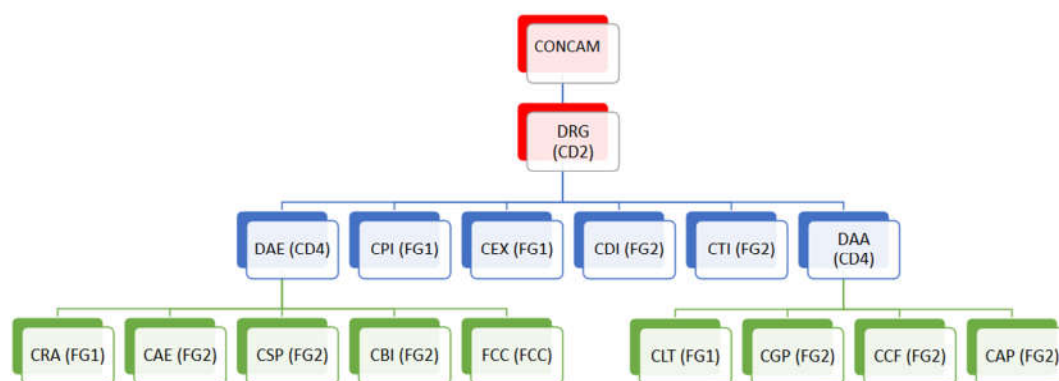
2.9.2 Corpo administrativo

	Nome do Servidor	Formação	Área de Atuação
1	Adele Aparecida Pinto e Porto	Tecnologia em Gestão Pública	Assistente em Administração
2	Alexandre Steinhoff	Bacharelado em Administração / Especialização em Gestão de Pessoas	Administrador
3	Amanda de Lima Sant'Ana	Ciências Biológicas / Especialização em Gestão Ambiental / Cursando Administração	Assistente em Administração
4	Ana Regina Vasconcellos Mousessian	Serviço Social / Especialização em Administração Escolar	Assistente Social
5	Beatriz de Barros Vianna Cardoso	Tecnologia em Automação de escritórios e Secretariado / MBA em Trader – Negociação Internacional / Mestrado em Gestão e desenvolvimento Regional	Assistente em Administração
6	Bernardina Francisca de Miranda	Licenciatura em Pedagogia	Técnica em Assuntos Educacionais
7	Claudette de Vita Ferreira	Técnico em Edificações	Téc. Laboratório de Construção Civil
8	Danilo Monteiro da Silva	Ensino Médio	Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais
9	Edmilson Silva Araujo	Bacharelado em Ciências Contábeis	Contador
10	Elisabeth Gomes Uchoas	Graduação em Engenharia Ambiental / Especialização em Educação Ambiental / Especialização em Ensino de Biologia	Técnica de Laboratório

11	Fagner Ricardo Mera	Bacharelado em Engenharia Elétrica e Eletrônica	Assistente em Administração
12	Gabriela Martins dos Santos	Técnico em Contabilidade	Técnico em Contabilidade
13	Hugo Salles Cuba	Técnico em Informática	Técnico de Tecnologia da Informação
14	Jacqueline Yumi Kawakami	Ensino Médio	Assistente de Alunos
15	Joyci Mesquita Rocha Silva	Licenciatura em História	Assistente de Alunos
16	José Márcio Vieira	Licenciatura em Letras / Especialização em Educação Inclusiva	Assistente em Administração
17	Julia D'Agostino Barale	Técnico em Edificações / Superior Incompleto em Engenharia Ambiental	Téc. Laboratório de Construção Civil
18	Juliana Bárbara Moraes	Bacharelado em Administração / Especialização em Marketing e Comunicação	Administradora
19	Kalebe Monteiro Xavier	Licenciatura em Letras / Licenciatura em Pedagogia / Especialização em Educação Ambiental	Pedagogo
20	Laura dos Santos Cerqueira	Biblioteconomia e Documentação	Bibliotecária
21	Leandro Oliveira da Silva	Técnico em Informática / Tecnologia em Internet e Redes / Especialização em Gestão Pública	Téc. Laboratório de Informática
22	Lislei Aparecido da Silva	Tecnologia em Processos Gerenciais / Especialização em Gestão Empresarial	Assistente em Administração
23	Lucas Mesquita de Paula	Tecnologia em Gestão Pública	Auxiliar em Administração
24	Luciana Jane Ferraz	Técnico em Contabilidade / Tecnologia em Gestão de Pessoas	Assistente em Administração
25	Luiz Gustavo Nicola Mendes	Técnico em Informática / Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Técnico de Tecnologia da Informação
26	Maíra Ferreira Martins	Tecnologia em Processos Gerenciais	Assistente de Alunos
27	Márcio Augusto Andrade de Pinho	Bacharelado em Sistemas de Informação / Especialização em Informática na Educação	Assistente em Administração

28	Marco Antônio de Ulhôa Cintra	Técnico em Informática / Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Técnico de Tecnologia da Informação
29	Marcos Henrique da Silva	Superior Incompleto em Tecnologia em Informática	Auxiliar em Administração
30	Maria Dulce Monteiro Alves	Licenciatura em Pedagogia / Especialização em Psicopedagogia / Especialização em Gestão e Docência em EaD	Téc. Assuntos Educacionais
31	Maria José dos Santos	Biblioteconomia / Especialização em Formação de Leitores	Bibliotecária
32	Mariana Maltez Fialho	Técnico em Auxiliar de Biblioteca	Auxiliar de Biblioteca
33	Mariana Ricatieri	Licenciatura em Pedagogia / Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional /	Pedagoga
34	Mariângela de Lara Moraes Daibert	Bacharelado em Comunicação Social / Licenciatura em Educação Física / Especialização em Psicopedagogia / Mestrado em Educação	Téc. Assuntos Educacionais
35	Marisa Pereira	Técnico em Contabilidade	Técnica em Contabilidade
36	Mateus Santos Santana	Técnico em Tecnologia da Informação	Téc. Laboratório de Informática
37	Ricardo Azevedo Vieira da Silva	Tecnologia em Processos Gerenciais	Assistente em Administração
38	Roberta Almeida Dias Guimarães	Especialização – Administração e Marketing	Assistente em Administração
39	Rodrigo Januário de Souza Batista	Tecnologia em Gestão Pública	Assistente em Administração
40	Ruan Bueno de Almeida	Bacharelado em Administração	Assistente em Administração
41	Tamy Gedinia Teraoka Gonçalves Silva	Ensino Médio	Assistente de Biblioteca
42	Tereza Cristina C. Pereira Leite Daniel	Psicologia / Especialização em Gerontologia Social / Especialização em Gestão e Docência em EaD	Psicóloga
43	Thyago Nicollas de Santos Lima	Técnico em Informática / Cursando Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Técnico de Tecnologia da Informação
44	Wilson Roberto Pereira	Biologia / Especialização em Gestão Pública	Assistente em Administração

2.10 Coordenadorias -Organograma



Sigla	Setor	Responsável
CONCAM	Conselho de Câmpus	
DRG	Direção Geral	Tânia Cristina Lemes Soares Focesi
DAE	Diretoria Adjunta Educacional	Samuel Gomes Duarte
CPI	Coordenadoria de Pesquisa e Inovação	Marlette Cassia Oliveira Ferreira
CEX	Coordenadoria de Extensão	Elaine Regina Barreto
CDI	Coordenadoria de Apoio à Direção	Wilson Roberto Carraturi Pereira
CTI	Coordenadoria de Tecnologia da Informação	Luiz Gustavo Nicola Mendes
DAA	Diretoria Adjunta de Administração	Juliana Barbara Moraes
CRA	Coordenadoria de Registros Acadêmicos	Marcos Henrique Da Silva
CAE	Coordenadoria de Apoio ao Ensino	Mariana Ricatieri
CSP	Coordenadoria Sociopedagógica	Kalebe Monteiro Xavier

CBI	Coordenadoria de Biblioteca	Laura dos Santos Cerqueira
CLT	Coordenadoria de Licitações e Contratos	Rodrigo Januário de Souza Batista
CGP	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Roberta Almeida Dias Guimarães
CCF	Coordenadoria de Contabilidade e Finanças	Edmilson Silva Araújo
CAP	Coordenadoria de Almoxarifado, Manutenção e Patrimônio	Fagner Ricardo Mera

Capítulo 3 - Pressupostos Pedagógicos do Câmpus

Os diferentes modos de compreensão do ser humano, da sociedade, da educação, da cultura, do trabalho, da ciência e da tecnologia implicam nos contornos do que se faz enquanto construção do conhecimento escolar, da organização, gestão e finalidades da educação formal. Assim, as definições e escolhas estão associadas diretamente às questões filosóficas, teóricas, de poder, e às questões de subjetividades e identidades. Nesse sentido, o processo produtivo construído e constituído pela história é um fator determinante na prática educativa e na organização e gestão do escolar. Desse modo, o texto a seguir busca demonstrar algumas concepções estruturantes do conjunto das práticas institucionais que envolvem a ação educativa no IFSP câmpus Caraguatatuba.

3.1 Concepção de Inclusão escolar para as Necessidades Educacionais específicas

A educação, entendida como um direito social a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988), tem por objetivo o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, tendo como princípio primeiro a “igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola”. Tal pressuposto impõe a necessidade de que a sociedade conceba que todos os indivíduos têm o mesmo direito de acesso à educação e que a escola, enquanto instituição que tem a função social de promover essa formação, deve prover os meios necessários para que todos os estudantes possam usufruir de uma educação que resulte em práticas cidadãs emancipatórias.

Nessa concepção, garantir que todos tenham acesso à educação implica afirmar que todos, independentemente das condições físicas ou cognitivas tenham as mesmas oportunidades educacionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB

(BRASIL, 1996) amplia esse entendimento, garantindo o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.” Cabe destacar que, ao longo da história da educação, o acesso e permanência na escola nem sempre foi garantido a todos, ficando as pessoas com necessidades especiais marginalizadas dos processos de escolarização. Conforme afirma o documento *A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais* (BRASIL, 2007), é possível identificar que o período que antecede o século XX é marcado por atitudes sociais de exclusão educacional de pessoas com deficiência, por serem considerados incapazes de receber uma educação escolar.

Após vencido o paradigma da exclusão, a educação especial passa a se estabelecer na perspectiva do atendimento filantrópico e assistencialista, cujo objetivo era organizar um sistema protetivo com relação à pessoa com deficiência, visando a solidariedade com relação ao próximo (BRASIL, 2007). A partir da década de 1970, com o desenvolvimento das pesquisas em educação e psicologia, há uma mudança no paradigma de assistencialismo. Nesse contexto, as pessoas com deficiência passam a ser vistas como capazes e adota-se uma atitude de integração, isto é, inserção dos alunos com deficiência nas salas regulares para que esses tivessem a oportunidade de se adaptarem ao sistema regular de ensino e assim pudessem se mostrar capazes (BRASIL, 2007). Cabe ressaltar que o paradigma da integração difere das concepções de inclusão, uma vez que, para ser considerado “integrado” ao sistema de ensino, o aluno com deficiência deveria se mostrar completamente capaz no ambiente comum, demonstrando capacidade de adaptação às situações de ensino sem que houvesse qualquer tentativa de adaptação curricular ou estrutural para as necessidades dos alunos. Integrar, nesse sentido, era sinônimo de inserção física (BRASIL, 2007).

O conceito de “necessidades especiais” foi adotado em 1994 na "Declaração de Salamanca" (UNESCO, 1994). O novo conceito amplia a concepção de necessidade especial para além da deficiência, abrangendo,

Todas as crianças ou jovens cujas necessidades se relacionam não somente com as deficiências mais também crianças com altas habilidades/superdotados, crianças de rua, crianças de população remota ou nômade, crianças de minorias étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais com dificuldades educacionais especiais (UNESCO, 1994, p. 3).

O paradigma da inclusão pressupõe que a escola deve se adaptar para receber todos os alunos e prover as mesmas condições para que todos tenham garantido seu direito à educação.

Para tanto, a escola deve prover todos os meios necessários para concretizar esse direito, adaptando-se às necessidades dos alunos em termos estruturais e didático-pedagógicos, possibilitando assim ao deficiente a vivência de práticas educativas que possibilitem a aprendizagem de conhecimentos acadêmicos, além da formação para atuar e transformar o mundo a sua volta. Nesse paradigma, portanto, a escola é a instituição que deve estar preparada e adaptada para acolher os estudantes em suas diversidades, promovendo inclusão real desses alunos para além da integração física, proporcionando meios para que, além do acesso garantido, o estudante tenha condições reais de permanência na escola e de êxito ao término de seu processo de escolarização.

Dessa forma, a garantia de uma educação de qualidade voltada para atendimento de todos os alunos necessita romper com o paradigma da inclusão apenas enquanto presença física, devendo contemplar tratamento diferenciado adequado às necessidades educacionais de todos os estudantes, estabelecendo igualdade de oportunidades para acesso aos conhecimentos mais elaborados já produzidos pela humanidade. Para que isso ocorra, a escola deve partir da premissa de valorização da diversidade enquanto uma oportunidade de difundir diferentes culturas no processo educativo, promovendo o fortalecimento da identidade do estudante para que todos possam inserir-se na escola com uma sensação de pertencimento transpondo a ideia de que a escola é lugar de poucos e de que a educação deve ser destinada para aqueles que possuem “mérito”. Nessa perspectiva, a escola pode ser vista como local privilegiado para rompimento de paradigmas de exclusão e preconceitos, atuando enquanto agente transformador da sociedade.

A educação no IFSP Câmpus Caraguatatuba deve promover a inclusão enquanto princípio educativo, promovendo todos os meios necessários para que a escola tenha todas as condições de acolher os estudantes em suas necessidades, atuando ativamente para além de sua formação técnico-profissional, de forma a garantir a inclusão social de todos os alunos durante sua trajetória escolar independentemente de suas deficiências, contribuindo ainda para que, após seu processo formativo, o educando tenha as condições necessárias para atuar enquanto agente transformador da sociedade.

3.2 Concepção de Educação para o mundo do trabalho

Saviani (2003, p. 133) destaca a categoria “trabalho” enquanto elemento fundamental para a constituição do que seja “ser humano”. Trabalhar não é outra coisa senão agir sobre a natureza e transformá-la. A partir desta assertiva o ser humano será reconhecidamente um

sujeito que se encontra em processo de formação e transformação por meio do trabalho. Através das relações estabelecidas com a natureza da produção que o homem tem suas experiências, passa a atuar no meio em que vive e torna complexo seu processo de existência. E isso não será ato solitário, mas é produto de das relações sociais e das suas relações de produção. A formação deste sujeito e as complexidades conquistadas como respostas às necessidades que surgem originam um corpo de saberes que são continuamente construídos e ensinados a cada geração de humanos que surgem. Este corpo de saberes ensinados se denominará educação. Podemos entender a educação como a atividade de “tornar-se ser humano” uma vez que o objeto da educação é a “produção da humanidade em cada indivíduo”. Os seres humanos nesta visão de formação eliminam o fosso que contrapõe cultura e trabalho.

De acordo com Saviani (1995, p. 22 - 23), a escola no desempenho de sua função social de formadora de sujeitos históricos se destaca enquanto um espaço de sociabilidade revestido da possibilidade de construção do conhecimento cientificamente produzido. Esta instituição influencia significativamente na constituição daquilo que se reconhece no processo de humanização e, conseqüentemente de construção de mundo. Conforme o tempo histórico e as relações políticas, socioeconômicas e culturais que se estabelecem entre os sujeitos e o seu meio a concepção de trabalho sofre modificações.

A visão de Marx, focalizada por Ciavatta (2005, p. 92) situa o trabalho como “[...] atividade ontológica, estruturante do ser social, como um valor extrínseco à vida humana e ao conhecimento, que ele proporciona na relação com a natureza e com os demais”. É o trabalho como princípio de cidadania, no sentido de participação legítima nos benefícios da riqueza social, que se distingue das formas históricas e alienantes, de exploração do trabalhador, presentes na produção capitalista. A partir dessa ponderação, é importante evidenciar duas vertentes que tratam do trabalho e que têm relação direta com a subsistência humana. A primeira vertente compreende o trabalho como uma categoria constitutiva do ser humano. Entende que esse último é capaz de produzir sua própria existência, visto sua condição ontológica e sua capacidade de construir conhecimentos e saberes. Desse modo, o trabalho é fonte criadora de valores, útil e indispensável à existência humana. Como observa Marx (1982, p. 50), “[...] quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural e tende a efetivar o intercâmbio material entre o homem, a natureza e, portanto, a manter a vida humana”. Em acréscimo, Saviani (2003) afirma que o ser humano, ao redimensionar as condições de sua própria existência, também transforma a natureza e cria, portanto, a cultura e uma esfera de influência antropogênica. Tal esfera alcança, inclusive, o mundo natural.

A segunda vertente entende o trabalho como um elemento propulsor da riqueza material, em função de interesses que garantem a manutenção e a reprodução do sistema capitalista, alienadoras do trabalhador, reduzindo-o à mera força de trabalho. Apesar dessa realidade, vivencia-se um período de “[...] ampliação do desemprego, da precarização do trabalho e de uma situação de permanente angústia e insegurança daqueles que, para sobreviver, têm apenas sua força de trabalho para vender” (FRIGOTTO, 2001, p. 72).

Decorrente do exposto, infere-se uma condição a ser superada: a fragmentação e/ou a separação do trabalho em dois polos, o trabalho intelectual e o trabalho manual. Tal separação é resultado de um processo cuja dinâmica imprime, à divisão do trabalho, [...] um patamar superior quando se separam o trabalho manual do trabalho intelectual. Esse último passa a ser função privilegiada de certo segmento da classe dominante, o qual se dedica a pensar. A tarefa exclusiva de pensar enobrece, enquanto se envilecem as tarefas exigentes de esforço físico, entregues aos indivíduos das classes dominadas e exploradas [...]. Dentro da própria classe dominante, observa-se a divisão entre seus membros ativos, ocupados com a prática da dominação, e seus membros intelectuais, encarregados de elaborações ideológicas. (MARX, ENGELS, 2002, p. 29). A associação do trabalho intelectual ao trabalho manual depende da capacidade e da possibilidade de “socialização dos meios de produção, colocando todo o processo produtivo a serviço da coletividade, do conjunto da sociedade” (SAVIANI, 2003, p. 139). Para Saviani (2003), à medida que, historicamente, o processo de trabalho foi libertando o ser humano do jugo da natureza e da labuta braçal, transferindo o trabalho, progressivamente, para as máquinas e promovendo o controle da natureza pelo homem, o trabalho intelectual acabou por permitir, ao ser humano, uma melhor apropriação do tempo. Percebe-se que a concepção de trabalho, particularmente sob a égide do sistema capitalista, se traduz no exercício do poder dominante sobre os trabalhadores, tomados, redutivamente, como força de trabalho ou como “recursos humanos”. O trabalho alienado, inserido em um sistema de produção baseado em uma lógica reducionista capitalista, apresenta-se como uma atividade que não se associa às práticas educativas ou criativas, as quais ampliam a capacidade de criação do ser humano. O trabalho alienado acaba por dividir os que pensam dos que se esforçam manualmente, impossibilitando, assim, que os sujeitos se apropriem das benesses do desenvolvimento científico e tecnológico.

Atravessada por toda essa lógica, a educação exerce um papel social indispensável, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento integral das potencialidades humanas, entendidas como elemento central do processo político-pedagógico. Assim, para o IFSP câmpus Caraguatatuba, é imprescindível que o conteúdo acadêmico curricular esteja

associado e integrado à temática trabalho, na perspectiva de formação humana integral, constituindo-se nos fundamentos das ações da educação, da cultura, da ciência e da tecnologia. Essa integração, que perpassa e articula os currículos e as práticas educativas, deve possibilitar a construção de uma unidade entre as dimensões política e pedagógica, mediada pela dimensão do trabalho humano. Portanto, assume-se o ideal de trabalho numa perspectiva cidadã de ser, [...] ao mesmo tempo, um dever e um direito. Um dever por ser justo que todos colaborem na produção dos bens materiais, culturais e simbólicos, fundamentais à vida humana. Um direito pelo fato de o ser humano se constituir em um ser da natureza que necessita estabelecer, por sua ação consciente, um metabolismo com o meio natural, transformando em bens para sua produção e reprodução. (FRIGOTTO, 2005, p. 61).

Desse modo, a educação, no IFSP câmpus Caraguatatuba, deve primar por relações de trabalho que possam ser mais humanizadas, pelo trabalho como princípio educativo nas práticas pedagógicas e pela superação da dicotomia entre atividade intelectual e manual. Assim, pode incluir, socialmente, os sujeitos nos processos vitais à emancipação desses mesmos sujeitos. Estudos nas áreas de educação e de trabalho evidenciam as restritas relações existentes entre esses dois importantes eixos, devido a distintas conexões e mediações que se estabelecem entre ambos. No intuito de se ampliar a compreensão sobre esse vínculo, é necessário situar o conceito de mundo do trabalho, incluindo, na delimitação conceitual, “tanto as atividades materiais, produtivas, como os processos de criação cultural que se geram em torno da reprodução da vida” (CIAVATTA, 2005, p. 92). Infere-se, pois, que a concepção do trabalho humano deve se constituir como princípio educativo e como fundamento do conhecimento, sem reduzi-la a uma estratégia didática ou metodológica traduzida na ação de ensinar fazendo, em que se prioriza o domínio de técnicas para a resolução de problemas. É inegável que a atividade prática, como método pedagógico, é importante para o aprendizado da formação profissional. Todavia, o trabalho, como princípio educativo, ultrapassa essa condição técnica ao se constituir em princípio ético-político, no sentido de ser um direito e um dever. É um direito por propiciar a condição de todos participarem da produção dos bens materiais, culturais e simbólicos. E é um dever na medida em que o ser humano, por meio de sua ação consciente, transforma o meio natural em bens para produção e para reprodução.

Trata-se de instituir a educação integral no ambiente acadêmico de formação profissional e tecnológica, envolvendo a complexidade das relações sociais que estão nas bases do mundo do trabalho. Trata-se também de relacionar essa educação, constante e eficazmente, ao conhecimento e às ações do trabalho. Defender a hipótese de que o trabalho se institui como princípio educativo no contexto de formação profissional do cidadão é

acreditar na dupla dimensão da educação (de adaptação e de emancipação), condicionando-a a uma prática pedagógica que comporte – como um dos fundamentos do currículo – a integração entre ciência, cultura, tecnologia e trabalho. E na dimensão da integração ao mundo do trabalho, já não basta a competência técnica específica, o “saber fazer”. A capacidade de lidar com uma variedade de funções, com diferentes formas de agregação e mobilização de trabalhos; a comunicação ágil, e o saber agir na presença de imprevistos, entre outros, são requisitos igualmente importantes. Dessa forma, conhecimento e criatividade, raciocínio lógico e iniciativa, responsabilidade e cooperação passam a ser imprescindíveis, o que implica uma formação mais ampla, construída a partir das bases sólidas de uma educação básica universalizada.

Assim, a educação profissional e tecnológica vem sendo entendida como um processo que objetiva, ao mesmo tempo, qualificar o cidadão e educá-lo em bases científicas, bem como ético-políticas e culturais, baseado na estruturação de uma formação que unifique ciência, tecnologia e trabalho. Isso implica a aquisição de conhecimento da tecnologia e sua relação com a ciência, do meio social e dos contextos nos quais a tecnologia é produzida e do binômio tecnologia e progresso e suas repercussões nas relações sociais. Tal princípio educativo pressupõe a construção de todo o arcabouço institucional, pedagógico e metodológico, cujo horizonte seja a superação da dicotomia histórica entre teoria e prática, entre trabalho intelectual e operacional, como forma de conduzir a uma formação integral, capaz de permitir ao homem não somente a inserção digna no mundo do trabalho, mas, igualmente, uma atuação cidadã, integrada à sociedade política (CIAVATTA, 2005).

Na condição de diretriz para a prática pedagógica do IFSP câmpus Caraguatatuba, o entendimento do trabalho como princípio educativo orienta que os processos formativos, direcionados para todas as ofertas institucionais, estejam centrados na perspectiva do trabalho humano, incluindo-se, neste último, além das atividades materiais e produtivas, aspectos culturalmente construídos e gestados nas vivências sociais. Ademais, na prática educativa, deve ser focado o trabalho em sua particularidade histórica, destacando-se as mediações que lhe dão forma e sentido. Para tanto, faz-se necessário que se apreenda o trabalho, em sua distinção básica, como uma atividade criadora e como uma atividade de exploração. Dessa forma, fortalecem-se a humanização, a socialização e a participação na vida social dos atores envolvidos no processo de formação profissional e qualificação para o trabalho, mediante a apropriação e a (re)construção de saberes, agregando os conhecimentos de ciência e de cultura, de técnica e de tecnologia. A partir de toda essa complexidade é que fazem sentido as discussões sobre as relações entre educação e trabalho, em especial no que diz respeito à

educação profissional e tecnológica e sua articulação com o mundo do trabalho. Os indicativos baseados nas mudanças constantes na sociedade e no mundo do trabalho apontam para a necessidade de uma educação renovada, que contribua para a formação de cidadãos trabalhadores, capazes de se integrar à vida social e produtiva.

Desse modo, a formação humana e integral não pode ser entendida apenas como requisitos para formar um bom trabalhador, um bom profissional ou um bom empreendedor. A formação integral do cidadão deve possibilitar que o mesmo se desenvolva como um sujeito autônomo, numa concepção ampliada de cidadania, que contemple a preocupação com a preservação do ambiente, dos recursos naturais, das formas de vida do planeta, dos valores éticos e morais comprometidos com a ética da vida.

3.3 Concepção de Gestão Democrática

Etimologicamente, o termo gestão origina-se do latim *gestio-ōnis* e significa ato de gerir, de gerenciar e de administrar, definindo-se, portanto, como um processo de administração, de tomada de decisão e de organização de um trabalho. Do ponto de vista do desenvolvimento da gestão do ensino, segundo Lück (1997, p. 20), o conceito está associado, ao fortalecimento “[...] da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos”. Portanto, percebe-se que a gestão, com suas particularidades administrativas de direção e de organização, é uma tarefa que exige atitude de compartilhar ideias e esforços, em perseguição aos objetivos almejados.

As Instituições de ensino, historicamente, estiveram comprometidas com a construção de uma sociedade que tem na democracia um princípio fundamental. Nessa perspectiva, a descentralização e a democratização na gestão das tomadas de decisões devem acontecer buscando atender os preceitos historicamente construídos pelas instituições públicas de ensino brasileiras. O pressuposto da gestão democrática não é apenas um princípio pedagógico, mas antes como um preceito constitucional. O parágrafo único do artigo primeiro da Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabelece como cláusula pétrea que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”, consagrando uma nova ordem jurídica e política no país com base em dois pilares: a democracia representativa (indireta) e a democracia participativa (direta), entendendo a participação social e popular como princípio inerente à democracia.

Em seu artigo 206, quando a Constituição Federal estabelece os “princípios do ensino”, inclui, entre eles, no Inciso VI, a “gestão democrática do ensino público”, princípio este retomado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. O Artigo 205 da Constituição de 1988 determina que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394/96) a partir dos preceitos dos artigos 145 e 15 destaca que a gestão democrática da escola pública deve ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”.

Gestão democrática, portanto, tem a ver com autonomia e participação. Sem dúvida, devemos reconhecer que houve avanços no que diz respeito à participação, à busca da autonomia e à gestão democrática na escola pública no contexto brasileiro. Vale ressaltar, por exemplo, são essenciais certos instrumentos e mecanismos de gestão democrática do próprio sistema de ensino, tais como o Fórum Nacional de Educação (FNE), o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Conselho Estadual de Educação (CEE), o Conselho Municipal de Educação (CME), os Conselhos Escolares, os Conselhos Universitários, e outros, tais como a (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Perseguir essa concepção de escolar democrática e comunidade participativa é alvo desse câmpus, e sabemos que requer muito trabalho. As dificuldades em se fazer escola de qualidade com democracia são conhecidas e tem sido objeto de política pública há pouco mais de uma década, por isso é compreensível que encontremos percalços nessa empreitada.

Ferreira (2004) ressalta que a gestão deve garantir a qualidade social dos processos de ensino e aprendizagem, assumindo a formação humana de cidadãos como a referência político-pedagógica. Ao se considerar como os processos de gestão educacional foram, historicamente, concebidos no Brasil, vê-se que perdurou (e, por vezes, ainda perdura) a visão de uma administração autoritária, com poder centralizado. Nesse modelo administrativo, os dirigentes compreendem informações e tomam decisões sem a participação dos diversos segmentos que compõem a administração. E, mesmo quando participam, pode ser por processos em que predominam a passividade e/ou a subordinação dos membros, validando-se, verticalmente, as propostas apresentadas pelos dirigentes. Esse modelo administrativo, adotado em algumas escolas, traz, como característica básica, a centralização do poder na figura do diretor. Determina, ainda, verticalmente, níveis e relações organizativas nos quais as

deliberações, nas instituições escolares, acontecem sem a participação e o envolvimento devidos dos atores. Como alternativa de romper com esse modelo, lança-se um novo olhar sobre a gestão, concebendo-a a partir de mecanismos democráticos e de processos decisórios participativos.

Essa concepção descentraliza poderes, redistribui finanças, cria conselhos e colegiados, integra ações, dinamiza a organização dos setores e, sobretudo, incentiva a participação ativa dos demais membros da comunidade escolar. Cabral Neto e Almeida (2000) esclarecem que o discurso da gestão democrática se fortaleceu no contexto educacional devido à necessidade de acompanhar a mudança de paradigmas na sociedade, no que concerne às novas diretrizes para o sistema educacional. Nessa linha de raciocínio, é preciso perseguir os princípios fundamentais que norteiam a gestão democrática: a descentralização, a participação e a autonomia. No contexto da gestão democrática, a descentralização, nos moldes da educação, implica uma proposta efetiva que atenda a três aspectos: o de natureza operacional (que busca apontar soluções para os problemas diagnosticados); o de caráter social (que reconhece a relevância social da escola e propõe encaminhamentos coerentes com a realidade); e o de caráter político (que entende o processo educacional como formativo, pleiteando uma formação democrática para um ambiente também democrático). Face à complexidade desse processo, é preciso pensar a descentralização, numa instituição pública, como uma prática cuja tônica deve ser a busca por mecanismos que assegurem ações efetivas no campo das políticas da gestão educacional e escolar, com base em processos gradativos e bem planejados, alicerçados, primordialmente, com transparência, acesso e participação. Desse modo, será preciso criar planos estratégicos de participação, formar para e pela participação, com clareza as funções de cada esfera de poder para que não haja, nem omissão, nem justaposição.

A participação propicia o engajamento e o envolvimento dos profissionais, dos estudantes e dos pais e/ou responsáveis nos processos de tomada de decisão e de gestão em âmbito institucional. Entretanto, é comum que muitas vezes a participação seja sustentada pela via da convocação de profissionais e membros da comunidade apenas para respaldarem as decisões que, verticalmente, são postas pelo poder central, sem que os sujeitos se envolvam, diretamente, no processo decisório. Isso distorce a concepção de participação. Para participar são necessárias condições objetivas e subjetivas dos sujeitos, como por exemplo o nível de conscientização do grupo, a informação e a motivação. A informação caracteriza-se pelo nível de esclarecimento das pessoas sobre o porquê de participar e sobre quais os objetivos e as funções da área de sua participação. A motivação, que ocorre no campo

psicológico, significa promover a identificação das razões que podem motivar o sujeito a participar (LIBÂNEO, 2004).

A conquista da autonomia institucional, norteadas por processos democráticos, possibilita que se estabeleçam canais de comunicação com a comunidade acadêmica e de consulta a essa mesma comunidade, de modo que tanto as tomadas de decisão quanto os planejamentos para investimentos e gastos ocorram em espaços consultivos e deliberativos, nos quais todos os segmentos possam opinar e decidir, colegiadamente, sobre as políticas e as ações institucionais. Essa concepção deve ser perseguida, como fundante, na gestão do IFSP câmpus Caraguatatuba, em todas as dimensões (administrativa, pedagógica e financeira), principalmente na sala de aula, dada a própria natureza do trabalho, diretamente realizado pelos docentes com os estudantes. O convívio diário com os alunos permite que se ensine e se aprenda não só por meio dos conteúdos abordados mas também pelas relações estabelecidas, cotidianamente, entre professores e estudantes. Por essa razão, o ambiente formativo deve favorecer vivências e aprendizagens, embasadas em posturas e em ações constantes que atentem para os princípios democráticos.

Assim sendo, a Instituição, em todos os seus espaços (inclusive, particularmente, em sala de aula), conquista o status de uma comunidade educativa que interage com os seus pares, bem como com o entorno sociopolítico, histórico e cultural, contemplando três dimensões imprescindíveis à autonomia institucional: a administrativa, a pedagógica e a financeira. A autonomia administrativa consiste na possibilidade de propiciar o planejamento participativo das políticas, dos projetos e dos programas, a partir do envolvimento dos sujeitos no processo decisório e na implementação das ações. A autonomia pedagógica materializa-se na prerrogativa de que a Instituição pode elaborar o seu PPP (Projeto Político Pedagógico), a essência da organização do fazer institucional. Permite que cada instituição, de forma colegiada, defina, planeje, desenvolva e avalie o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância, de um lado, com as diretrizes nacionais e locais e, do outro, com o contexto identitário da comunidade, com a função social, com os princípios institucionais e com as modalidades pedagógico-curriculares. Outras decisões de natureza pedagógica devem ser assumidas por todos os segmentos da comunidade acadêmica, como, por exemplo, a definição de parâmetros de avaliação; a escolha de referenciais bibliográficos; as medidas tomadas para o acesso à escola, o prosseguimento nos estudos com qualidade e a conclusão de cursos, entre outro. Para Martins (2001. p. 333), toda gestão escolar é, antes de tudo, gestão pedagógica, pois deve voltar-se “[...] para o foco central da educação escolar, que é a formação do aluno, realizada na relação básica que se estabelece na escola, a relação ensino e aprendizagem.

Tudo o mais deve girar em torno desse foco”. Sendo assim, no espaço de sua autonomia pedagógica, cabe às instituições escolares definirem os elementos que promovam e contribuam para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem com qualidade social. A autonomia financeira refere-se à gestão dos recursos patrimoniais, à aplicação das transferências financeiras e à possibilidade de dispor de orçamento próprio e de discutir, coletivamente, a aplicação e o gerenciamento dos recursos. Nessa dimensão financeira da autonomia institucional, subjaz a prática do orçamento participativo, entendido como um mecanismo que visa assegurar as condições de ampla transparência no planejamento das ações financeiras, o livre acesso às informações e a participação coletiva nos processos decisórios. Abre-se, assim, a possibilidade, dentro do orçamento da Instituição, de todos os segmentos poderem expor demandas e decidirem em relação ao atendimento dessas mesmas demandas.

Diante do exposto, é possível entender que, embora apresentem suas especificidades, esses três aspectos da autonomia – o administrativo, o pedagógico e o financeiro – se relacionam e devem ser trabalhados de forma unificada para o bom andamento da gestão escolar.

Em tempos obscuros como os que vivemos em nosso país nesse último ano, é válido lembrar que democracia pressupõe a convivência e o diálogo entre pessoas que pensam diferente e almejam coisas distintas. Ser democrático, implica o desenvolvimento das capacidades humanas de, coletivamente, discutir, elaborar e vivenciar regras e parâmetros, buscando a mediação dos conflitos via diálogo. Embora as pessoas expressem visões e propostas distintas, compartilham os mesmos processos. Busca-se, desse modo, uma participação crítica e consciente de toda a comunidade acadêmica, tanto no processo de tomada de decisão quanto nas formulações e nas implementações das políticas e das ações. É imprescindível que uma instituição educativa, na condição de formadora, mantenha coerência entre as concepções que defende e a maneira como direciona, internamente, seus processos decisórios, caminhando sempre na efetivação da gestão democrática da educação pública.

Para validar as concepções teóricas, os princípios e concepções delineados e assumidos por essa Instituição, IFSP câmpus Caraguatatuba, faz-se necessário assegurar, implementar e consolidar vivências de gestão democrática, pautando-se nos seguintes pressupostos:

- a) fortalecimento dos processos de eleição para gestores, incluindo diretores-acadêmicos, gerentes educacionais e coordenadores (de cursos, pesquisa, extensão etc.), por meio de consulta aos pares e/ou de deliberação coletiva;
- b) comprometimento dos que ocupam os cargos de gestores com a gestão democrática;
- d) tratar as informações com transparência nos atos da gestão;
- e) descentralização do poder decisório na elaboração, na execução, no acompanhamento e na avaliação das ações da organização e da gestão, garantindo a consulta e a deliberação coletiva por meio dos órgãos colegiados e de outros espaços coletivos;
- f) implementação e fortalecimento de práticas de planejamento participativo das ações, contemplando as dimensões administrativas, pedagógicas e financeiras;
- g) acompanhamento e avaliação permanentes das políticas e das práticas institucionais, a fim de revisar e redefinir as ações, quando necessário;
- h) formulação e execução de políticas de formação continuada para gestores, docentes e técnico-administrativos;
- l) respeito à diversidade em suas diferentes dimensões.

Portanto, para que a gestão democrática se consolide, é necessário desvelar saberes e promover a participação ativa, crítica e consciente (dos gestores, dos servidores docentes e técnico-administrativos, dos alunos e da comunidade externa) nas decisões a serem tomadas. Com isso, busca-se um compromisso coletivo, com resultados educacionais significativos que atendam à função e aos objetivos institucionais, tendo, como referência, a formação humana.

3.4 Pressupostos do ensino, aprendizagem e avaliação escolar.

Outro pressuposto importante no que diz respeito a *que escola desejamos ser*, é nos perguntarmos sobre nossas concepções de ensino, avaliação, e por isso não podemos perder o debate dos fins da educação. Não tem sentido falar de gestão democrática no contexto de uma educação que pratique o ensino nos moldes tecnocrático, autoritário ou excludente. Ela deve ser coerente com uma concepção democrática e emancipadora da educação. Sob esse prisma, a visão elitista da educação, que separa os que sabem dos que não sabem, os que mandam dos que devem obedecer, não deve ser um pressuposto de uma comunidade escolar que acredita na democracia como base para a educação.

Para Gadotti (2014), o princípio da gestão entendido apenas como prática participativa e descentralização do poder, mas como “radicalização da democracia, como uma estratégia de superação do autoritarismo, do patrimonialismo, do individualismo e das desigualdades sociais. Desigualdades educacionais produzem desigualdades sociais”. Existe uma excessiva preocupação com métodos, técnicas, currículos, avaliação, planejamento – que caracterizam a educação tecnicista, pragmatista e utilitarista – entendendo a questão filosófica e política dos fins da educação como algo já resolvido. Não se relacionam meios e fins. Inovamos nas metodologias, fazemos ótimos testes e estamos aperfeiçoando processos de avaliação, sem nos perguntar sobre o sentido do que estamos avaliando. A pergunta sobre os fins da educação vem sendo intencionalmente omitida. É o domínio dos meios sobre os fins.

Preocupamo-nos muito com a qualidade da educação - e precisamos sim nos preocupar - mas, antes, de mais nada precisamos saber de que qualidade estamos falando e de que educação estamos falando. O ensino deve constituir a razão de ser dessa instituição, e o núcleo da missão institucional, definidor de suas finalidades e objetivos. Ao longo de sua história, pela oferta das diversas modalidades de ensino profissional, articuladas às demandas sociais, esta Instituição foi delineando sua identidade, pautada na fundamentação legal que é a base desse pressuposto. A rigor, não é a disposição legal que institui a centralidade do ensino na identidade de uma instituição educativa, ela, apenas, traduz o reconhecimento de sua importância e admite, portanto, a continuidade de uma trajetória histórica. A construção da identidade de uma instituição de ensino não se reduz exclusivamente à definição da sua área de atuação e de suas prioridades; mas depende, em grande medida, das características da educação que desenvolve, de que tipo de egresso forma. Nesse sentido, há muitos desafios a serem enfrentados pelo nosso câmpus entre os quais o de contribuir para o avanço conceitual da educação profissional e tecnológica, que tome como princípio a formação integral do homem, em bases científicas e ético-políticas, entendendo que o exercício das atividades humanas não se restringe ao caráter produtivo, mas compreende todas as dimensões: social, política, cultural e ambiental.

O convite à reflexão sobre a prática pedagógica implica compreender que o processo de construção/reconstrução e ampliação do conhecimento pedagógico se dá dentro e fora da sala de aula, em um movimento de encontros e desencontros; de negação, contestação e aceitação dos saberes; de possibilidades e limitações; de encantos e desencantos; de interação e mediação. Enfim, trata-se de uma dinâmica que “não se esgota, ao contrário, se desdobra, se modifica, se multiplica, revela conflitos e se amplia” (BOLZAN, 2002, p. 27). A ação educativa necessita de diretrizes que lhe são fornecidas pela pedagogia (aliada a outras

ciências humanas e sociais, como a psicologia, a sociologia e a filosofia), na circunstância de ciência norteadora das práticas educativas. Sob o ponto de vista teórico, a pedagogia é um campo de conhecimentos científicos que trata da natureza e dos fins da educação em uma determinada sociedade. Trata, ainda, dos meios indispensáveis à formação humana integral. Sob o ponto de vista prático, a pedagogia cria um conjunto de condições organizacionais e metodológicas com vistas à operacionalização do processo educativo, orientando-o para o alcance de finalidades cognitivas, sociais, políticas e culturais.

Assume-se, neste PPP, como pressuposto para a atividade formativa do ensino a tendência crítica da pedagogia, compreendendo que as formas de pensar e de fazer o ato educativo, assim como os saberes e as ações, estão voltados para a formação humana. Nesse sentido, a pedagogia crítica implica a práxis da construção de conhecimentos, ideias, conceitos, valores, símbolos, habilidades, hábitos, procedimentos e atitudes para a emancipação dos sujeitos. Considere-se, para tanto, o pensamento de Paulo Freire, com a proposta da Educação Libertadora, e o de Demerval Saviani, com a proposta da Pedagogia Histórico-crítica. Acerca da pedagogia crítica, Saviani (2003, p. 31) esclarece: Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade por meio da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino de melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes.

Nesse sentido, Freire e Saviani, em suas interpretações, contribuem para repensar a pedagogia. Numa vertente histórico-crítica, ela precisa vislumbrar os seguintes pressupostos: a) o ser humano constitui-se como síntese de múltiplas determinações, como um conjunto de relações sociais; b) a educação identifica-se com o processo de hominização; c) a educação estabelece um ensino que parte de uma relação real entre educador e educando; d) o processo educativo implica ação-reflexão-ação como constituintes inseparáveis da práxis educativa; e) a compreensão da história dá-se a partir do desenvolvimento material da sociedade e da determinação das condições de existência humana; f) a busca do diálogo constitui fonte de aprendizagem, possibilitando a interação com o outro; g) o comprometimento estabelece-se com os interesses do sujeito das camadas economicamente desfavorecidas; h) a formação humana integral constitui a força motriz da prática pedagógica; i) a organização da escola define-se como espaço de negação de dominação e não como simples instrumento para reproduzir a estrutura social vigente; e j) os homens e as mulheres constituem-se como seres

produtores de si mesmos, seres em transformação, seres da práxis, que só podem ter lugar na história.

Dessa forma, a concepção de aprendizagem está alicerçada numa concepção histórico-crítica; a esse respeito, Solé e Coll (1996, p. 19-20) esclarecem: A aprendizagem contribui para o desenvolvimento na medida em que aprender não é copiar ou reproduzir a realidade. [...] aprendemos quando somos capazes de elaborar uma representação pessoal sobre um objeto da realidade ou conteúdos que pretendemos aprender. Essa elaboração implica aproximar-se de tal objeto ou conteúdo com a finalidade de apreendê-lo; [...] a partir das experiências, interesses e conhecimentos prévios, que, presumivelmente, possam dar conta da novidade. [...]. Nesse processo, não só modificamos o que já possuíamos, mas também interpretamos o novo de forma peculiar, para poder integrá-lo e torná-lo nosso. Sob essa ótica, o processo de ensinar e aprender não se faz sem a dimensão avaliativa. Avaliar nessa perspectiva relaciona-se com a busca de uma aprendizagem com sentido para todos os envolvidos – aluno e professor, uma vez que este deve estar, constantemente, avaliando a sua prática pedagógica.

Na função dialógica, a avaliação serve a um projeto pedagógico comprometido tanto com as variáveis do meio sociocultural no qual o educando se insere quanto com aquelas que determinam o modo de ser desse mesmo educando, a fim de possibilitar a emancipação do sujeito e, ao mesmo tempo, do seu meio (LUCKESI, 2009). Nesse sentido, “a avaliação deixa de ser um processo de cobrança para se transformar em mais um momento de aprendizagem, tanto para o aluno quanto para o professor” (ROMÃO, 1998, p. 59).

Na função diagnóstica, avalia-se para identificar o nível de conhecimentos dos alunos quanto aos conteúdos conceitual, procedimental e atitudinal, a fim de detectar erros e buscar corrigi-los, considerando esses erros como ponto de partida para a evolução da aprendizagem do aluno. Não se avalia, portanto, para, tão somente, registrar o baixo desempenho do educando. Na função processual, reconhece-se que a aprendizagem não acontece de forma pontual, estática, mas em um constante movimento. A avaliação, sob essa perspectiva, busca priorizar a qualidade e a evolução da aprendizagem, isto é, o desempenho do aluno ao longo do período letivo, conforme orienta a LDB. Essa avaliação não se restringe apenas a uma prova ou um trabalho no final do processo, pois adotar a postura de avaliar o aluno apenas por meio de um instrumento com caráter de avaliação classificatória seria um ato reducionista do processo de ensino e aprendizagem. Na função formativa, objetiva-se possibilitar que o aluno vivencie a tomada de consciência da atividade que ele desenvolve. Trata-se da tomada de consciência tanto do seu próprio processo de construção do conhecimento quanto dos

objetivos da aprendizagem, podendo o aluno, de forma consciente, participar da regulação da atividade. O aluno pode expressar seus erros, considerando que se encontra situado em um processo de construção do conhecimento elaborado, e suas limitações, considerando que se encontra situado em um processo contínuo de acesso aos saberes, arquitetando, assim, alternativas na ressignificação do processo de ensino e aprendizagem.

Na função somativa, expressa-se o resultado referente ao desempenho do aluno durante o desenvolvimento das unidades do período letivo, utilizando-se de instrumentos que possibilitem a mensuração da aprendizagem frente aos conteúdos específicos de cada disciplina, seguindo os critérios orientados pela Organização Didática da Instituição.

O IFSP câmpus Caraguatatuba propõe desenvolver a avaliação numa perspectiva processual, contínua e cumulativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, buscando a reconstrução do conhecimento e o desenvolvimento de hábitos e de atitudes coerentes com a formação integral do sujeito. Para tanto, considera o aluno como ser criativo, crítico, autônomo e participativo. Nesse entendimento, a avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da acumulação de conhecimentos (o que remete para a avaliação quantitativa), o domínio do processo de aprendizagem, no que se refere a avanços e recuos, e as possibilidades de autoavaliação e de reorientação no processo. Assim, é de suma importância o professor utilizar instrumentos diversificados que possam ir além dos testes e das provas, como, por exemplo, pesquisas, relatórios, seminários e trabalhos em grupo. Esses recursos possibilitam, ao docente, identificar o aproveitamento do aluno nas atividades desenvolvidas e tomar decisões. Possibilitam, sobretudo, reorientar o discente a partir das dificuldades identificadas, em um constante processo de ação-reflexão-ação, considerando as orientações constantes nos regulamentos dos cursos, a natureza e as especificidades de cada área. Reafirma-se, portanto, o pressuposto de que [...] o processo de ensino completa-se e retorna a seu ponto inicial com a avaliação da aprendizagem. É através dela que o professor, refletindo em conjunto com o aluno, acompanha e constata os níveis de apropriação e construção do conhecimento, de desenvolvimento de habilidades e de formação de atitudes que se expressam através das competências requeridas nas diversas áreas profissionais. Assim sendo, os critérios e os instrumentos de avaliação, no IFSP câmpus Caraguatatuba devem ser discutidos e ressignificados, coletiva e permanentemente, no âmbito das práticas pedagógicas

3.5 Concepção de Educação para os direitos humanos, cidadania, diversidade e inclusão social.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), define-se essa modalidade de direitos como “inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição incluindo o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros”. O documento ainda estabelece “as obrigações dos governos de agirem de determinadas maneiras ou de se absterem de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos” (ONU, 1948).

No Brasil, a temática dos direitos humanos foi amplamente debatida e ressignificada após o período de Ditadura Militar, como resposta à extensão das formas de violência social e políticas vivenciadas na época. Esse debate foi fortalecido nos anos 1980 e 1990 por meio dos avanços proporcionados pela Constituição Federal de 1988, que formalmente consagrou o Estado Democrático de Direito e reconheceu, entre seus fundamentos, a dignidade da pessoa humana e os direitos ampliados da cidadania - civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (BRASIL, 2007). Nesse período, o Brasil passou a ratificar os mais importantes tratados de Direitos Humanos Internacionais de proteção a esses direitos.

Tem-se atualmente, uma concepção ampliada sobre o que significa e norteia o conceito de direitos humanos. Tal concepção é mencionada no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007):

A concepção que rege o conceito contemporâneo de direitos humanos incorpora os conceitos de cidadania democrática, cidadania ativa e cidadania planetária, por sua vez inspiradas em valores humanistas e embasadas nos princípios da liberdade, da igualdade, da equidade e da diversidade, afirmando sua universalidade, indivisibilidade e interdependência. O processo de construção da concepção de uma cidadania planetária e do exercício da cidadania ativa requer, necessariamente, a formação de cidadãos(ãs) conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da materialidade das normas e pactos que os(as) protegem, reconhecendo o princípio normativo da dignidade humana, englobando a solidariedade internacional e o compromisso com outros povos e nações. Além disso, propõe a formação de cada cidadão(ã) como sujeito de direitos, capaz de exercer o controle democrático das ações do Estado.

O Plano Nacional de educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007) incorpora no âmbito da educação os preceitos estabelecidos, entendendo que se constitui papel dos processos educativos o fortalecimento do respeito aos direitos humanos, a promoção do desenvolvimento da personalidade e dignidade humana além do fomento ao entendimento e tolerância, sobretudo no que concerne à ampla diversidade da população brasileira. Tal concepção de educação centrada nos direitos humanos prevê o fortalecimento de uma cultura

democrática dentro da escola para que se atinja uma ampla compreensão dos contextos nacional e internacional, dos valores da tolerância, da solidariedade, da justiça social da sustentabilidade, da inclusão e da pluralidade. (BRASIL, 2007).

O IFSP Câmpus Caraguatatuba entende a relevância de se conceber a educação enquanto um processo emancipatório, sobretudo no que concerne a compreensão do aluno enquanto sujeito de direitos. Concebê-los dessa forma significa respeitar o contexto sócio-histórico-político-econômico ao qual pertencem, construindo representações positivas acerca dos valores, atitudes e práticas sociais que possam expressar a cultura em seus níveis social, ético, cognitivo e político. No âmbito das ações educativas que evidenciam os direitos humanos, o câmpus procura comprometer-se com o desenvolvimento de processos participativos e de construção coletiva, além do fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações, de acordo com o estabelecido pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007).

No que concerne à cidadania, está estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional 9394/96 (BRASIL, 1996) que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. De acordo com Ribeiro (2002), um processo educativo comprometido com a formação para a cidadania deve estar atento à construção de uma cidadania ativa, isto é, aquela em que os cidadãos efetivamente participam das decisões políticas que os afetam. Dessa forma, entendendo a formação para a cidadania da mesma forma como concebida por Ribeiro (2002), o câmpus Caraguatatuba busca desenvolver práticas pedagógicas direcionadas à construção da criticidade, por meio do debate, da exposição de ideias, da apresentação de diferentes pontos de vista sobre um determinado conceito, além de preocupar-se com o diálogo, com a troca de ideias sempre prezando pela ética e pelo respeito às diferentes opiniões.

Em linhas gerais, além da questão inerente ao direito e ao desenvolvimento da cidadania, a educação tem sido entendida também como um processo de desenvolvimento humano, constituindo-se um espaço sociocultural e institucional responsável pelo trato pedagógico do conhecimento e da cultura (BRASIL, 2006). Desse modo, torna-se importante o debate da educação a serviço da diversidade, tendo como desafio a afirmação e a revitalização da autoimagem do povo negro (GOMES, 2001).

No que concerne às ações específicas para a educação centrada no respeito à diversidade, a Lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003) dispõe a necessidade de promover o igual

acesso para todos na lei e na prática, a adoção de leis que proibam a discriminação baseada em raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica em todos os níveis de educação, tanto formal quanto informal, além da implementação de medidas necessárias para eliminar os obstáculos que limitam o acesso de crianças à educação.

Desse modo, a implementação da legislação no que concerne a prática pedagógica perpassa não apenas a discussão acerca da discriminação e da hierarquização racial presente na sociedade brasileira, mas acima de tudo, está relacionada à construção de representações positivas no que tange às diversidades ético-raciais. Tais representações relacionam-se à valorização da diversidade em sua amplitude no cotidiano de sala de aula, o que requer assumir o trabalho com a diversidade de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transversal segundo os seguintes princípios estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2006):

- a) Socialização e visibilidade da cultura negro-africana.
- b) Formação de professores com vistas à sensibilização e à construção de estratégias para melhor equacionar questões ligadas ao combate às discriminações racial e de gênero e à homofobia.
- c) Construção de material didático-pedagógico que contemple a diversidade étnico-racial na escola.
- d) Valorização dos diversos saberes.
- e) Valorização das identidades presentes nas escolas, sem deixar de lado esse esforço nos momentos de festas e comemorações.

Para atender tais orientações e entendendo a relevância de discussão da temática em todos os cursos oferecidos, o câmpus busca constantemente o trabalho com a temática, sobretudo no que diz respeito à valorização das diversidades. Essa preocupação está expressa em diversos documentos oficiais como os Projetos Pedagógicos de Curso, o que demonstra o cuidado de inserção da temática ao longo das disciplinas que compõem os cursos técnicos e superiores, de forma a trabalhar com a temática de modo contínuo. Outras ações como a formação continuada, a Semana Cultural e a Semana Nacional de Ciências e Tecnologia visam o trabalho coletivo com a temática, de modo a abranger todos os cursos e chamar toda a comunidade do câmpus a refletir acerca do que representa uma educação realmente comprometida com o respeito à diversidade com vistas à inclusão social de todos de forma equitativa.

3.6 Concepção de Educação Ambiental

De acordo com o Artigo 1º da Lei 9795/99, que dispõe sobre educação ambiental e política nacional de Educação ambiental,

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

O conceito de educação ambiental de partida da legislação que instituiu as políticas nacionais do setor tem como prerrogativa que o meio ambiente é um bem comum, essencial para que se alcance a qualidade de vida das sociedades; assim, o desenvolvimento de ações que promovam a construção e reforço de valores e conhecimentos nos indivíduos e nas coletividades são essenciais para que se mantenha esse bem essencial, sendo esse o foco da educação ambiental.

Pensar em educação ambiental é se basear na relação intrínseca que o ser humano tem com o ambiente, não apenas como um ser natural, mas compreendendo seu impacto em um sistema que não é propriedade mas um bem, lidando diretamente com as ações educacionais que se voltem para o meio ambiente, que busquem construir nos indivíduos e nos coletivos humanos essa compreensão de que o meio ambiente é um bem a ser preservado e não dilapidado.

Para Sauv  (2003), a educa o ambiental n o apenas deve discutir a rela o do homem com o meio ambiente, mas deve ir al m, levando   compreens o do meio ambiente em suas m ltiplas facetas: natural, de contempla o, aprecia o, preserva o e respeito com a natureza; de recurso, que deve ser gerenciado, repartido; de um problema que deve ser tido para o estabelecimento de a o de preserva o e aproveitamento; como um sistema complexo que deve ser compreendido em sua totalidade para a tomada de decis es sobre o que fazer e o que n o fazer; enquanto espa o natural para viver e conviver a longo prazo; de projeto comunit rio que exige empenho coletivo e cont nuo das popula es.

Nesse sentido, a educa o ambiental no  mbito do IFSP Caraguatatuba deve se pautar em a es e ferramentas que proporcionem a discuss o, a sensibiliza o e a participa o das comunidades envolvidas, construindo nessas comunidades, individual e coletivamente “conhecimentos, valores, habilidades, experi ncias e determina o que os tornem aptos a agir

e resolver problemas ambientais” (Dias, 2003, p. 523), sem deixar de pautar que esses problemas ambientais devem ser perspectivados, uma vez que podem ser passados, atuais ou futuros.

3.7 Pressupostos de Pesquisa, Extensão, Críticidade e Inovação.

O espaço-tempo das instituições de ensino deve cumprir uma diversidade de objetivos sociais que envolvem criticar, desenvolver e propagar a cultura, a pesquisa, o progresso, o ensino, a educação permanente, a extensão para a comunidade (Schmitz, 1984), cumprindo-se com uma associação entre o ensino a pesquisa e a extensão como elementos fundantes e essenciais para a conquista da autonomia, condição para que a instituição universitária cumpra seu papel de produtora e transmissora de conhecimento, bem como de formadora de novos profissionais (FÁVERO, 1988; PAOLI, 1988).

Para Pimenta e Anastasiou (2005, p. 162), a escola cumpre o importante papel de estimular o exercício da crítica, que se sustenta na pesquisa, no ensino e na extensão. Ou seja, na produção do conhecimento por meio da problematização dos conhecimentos historicamente produzidos, de seus resultados na construção da sociedade humana e das novas demandas e desafios que ela apresenta. Estes, por sua vez, são produzidos e identificados também nas análises que se realizam no próprio processo de ensinar e na experimentação e análise dos projetos de extensão, mediante as relações estabelecidas entre os sujeitos e os objetos de conhecimentos.

Assim, o papel da pesquisa na instituição de ensino ocupa diversas posições. Schmitz (1984) salienta que a pesquisa tem uma finalidade de conhecer adequadamente um ambiente, uma comunidade, as necessidades explícitas e latentes, de forma a ser capaz de interpretá-los e produzir possíveis soluções. É parte da função social da escola garantir a formação científica de seus estudantes, proporcionando atividades que estimulem o aprofundamento não apenas em conteúdos mas também nas formas de produzir os conteúdos, expondo, assim, seus estudantes aos preceitos científicos de análise e produção de conhecimentos.

Nesse sentido, o IFSP Caraguatubá deve se entender como propagador dos conhecimentos técnico-científicos historicamente construídos ao mesmo tempo em que se coloca como estimulador da produção de inovações e ressignificações científicas.

Para além de lidar diretamente com a produção do conhecimento, a instituição também deve se reconhecer como local de propagação e difusão de saberes para a comunidade que a circunda, tornando-se presente nesta comunidade não apenas através de sua presença física

mas através de ações de convivência, participação, apoio, estímulo desta comunidade, em uma saudável retroalimentação de saberes. Segundo Schmitz (1984, p. 182), “uma das formas mais práticas de cumprir o papel crítico e criativo na comunidade é a atividade de extensão”, que podem ocorrer de diversas formas, tais como cursos, encontros, atividades culturais, sociais, assistenciais, assessorias, entre tantas outras.

A extensão busca integrar a instituição à sua comunidade, em um reconhecimento mútuo e dialógico de saberes, integrando saberes técnico-científicos a saberes comunitários, levando à transformação de ambos, como salienta Gurgel (1986, p. 176):

A extensão deve ser vista como um espaço possibilitador de estabelecimento de uma ligação com a classe trabalhadora, que permita um intercâmbio de conhecimentos, no qual a universidade aprenda a partir do saber popular e assessorie as populações no sentido de sua emancipação crítica.

Botomé (1996) chama a atenção para o fato de que o ensino e pesquisa desenvolvidos nas instituições levaram à criação da extensão como forma de tornar aplicável, prático, acessível ambos, levando ao cumprimento pleno da função social da escola, compondo com a dimensão crítica de pensamento em que a “a extensão representa uma etapa dependente, inerente, implícita na produção e disseminação do conhecimento” (SILVA, 2000, p.103).

Nesse sentido, o IFSP Caraguatatuba possui o compromisso de garantir a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão de forma a incentivar a produção de novos conhecimentos e a excelência acadêmica por meio da pesquisa; assim como deve viabilizar e fomentar a participação da comunidade tanto na produção como nos benefícios gerados pelas inovações promovidas pela pesquisa. O ensino, enquanto uma das funções da escola, deve articular-se à pesquisa, transformando-se a medida que novos conhecimentos são produzidos, assim como deve articular-se à extensão, promovendo alcance social e desenvolvimento para a comunidade na qual a escola está inserida. Nesta tríade ensino - pesquisa - extensão a escola cria as condições necessárias à transformação social, atuando enquanto agente de formação para a cidadania.

Capítulo 4 – Estrutura e Organização dos cursos

Como instituição de ensino, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP cumpre com os objetivos da educação nacional, especialmente em relação à sua especificidade: educação básica e profissional e educação superior. Assim, caracteriza-se pela “oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”, nos termos da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais.

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à educação profissional e

tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais.

Em busca de uma formação humana e cidadã que precede a qualificação para o exercício da laboralidade e pautada no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicâmpus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

4.1- Cursos Técnicos

Na educação profissional técnica de nível médio retoma-se a ideia da formação integrada que supera a separação entre executar e pensar, dirigir ou planejar. Com isso, a formação profissional deve incorporar valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da práxis humana, integrando a dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa. Por isso, não se trata de priorizar a “parte técnica/profissionalizante” em detrimento da formação geral, mas de possibilitar o acesso a conhecimentos diversos, promovendo construções intelectuais mais elevadas, junto à reflexão crítica contextualizada. Tem-se como objetivo a formação plena do educando, com a apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Só assim pode-se contribuir para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade.

Os cursos técnicos são organizados e oferecidos, prioritariamente, na forma de cursos *integrados*, podendo ser ofertado em cooperação com estados e municípios. Também podem ser organizados de modo *concomitante/subsequente* ao ensino médio, dentro de áreas de atuação definidas a partir da realidade local do *campus*, conforme as demandas sociais, acompanhando o percentual de vagas estabelecido em lei para os IFs.

Legitimando o compromisso com segmentos apartados do ensino formal, implantou-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, abrangendo cursos e programas de educação profissional com vistas à formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio. Os cursos do PROEJA deverão considerar as características

dos jovens e adultos atendidos e poderão ser articulados ao ensino fundamental ou ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, tendo como objetivo a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

Os cursos poderão ser oferecidos nos formatos presencial e/ou em forma de educação à distância (EAD).

4.1.1- Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio

O curso técnico integrado ao ensino médio é oferecido a quem já concluiu o Ensino Fundamental. O curso garante tanto a formação do Ensino Médio quanto a técnica profissional. Tem duração de 3 anos e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo.

4.1.1.1 – Técnico em Informática Integrado ao ensino Médio

O Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio forma profissionais, capazes de contribuir com o desenvolvimento local e regional, cidadãos técnicos de nível médio, competentes técnica, ética e politicamente, com elevado grau de responsabilidade social e que contemplem um novo perfil para saber, saber fazer e manipular tecnologias da informação e da comunicação (TIC), aspectos organizacionais e humanos, visando a aplicações na produção de bens, serviços e conhecimentos. Formando profissionais aptos a propor, projetar e desenvolver softwares e aplicativos para empresas, bem como desenvolver sistemas de informação e administração.

4.1.1.2 - Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA)

As habilidades e competências desse profissional apresentam-se em três categorias: habilidades pessoais; conhecimentos, habilidades e competências técnicas; e habilidades interpessoais.

No âmbito do PROEJA o perfil profissional deve também trazer a requalificação dos trabalhadores de modo que jovens e adultos egressos do programa tenham aprimoradas diversas competências e habilidades, proporcionando mais chances de inserção no mundo do trabalho, bem como a possibilidade de prosseguimento dos estudos no ensino superior.

Ademais, espera-se que este profissional possa valer-se de sua capacidade criativa unida às competências e habilidades técnicas desenvolvidas no decorrer do curso para tornar-

se, se assim desejar, um empreendedor; utilizando o seu contexto de vida, recursos e situação política e financeira do país a seu favor, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico pessoal e local.

4.1.2-Técnico Concomitante/Subsequente

O curso técnico de nível médio concomitante/subsequente é oferecido a quem já concluiu o ensino fundamental e tenha concluído ou esteja cursando no mínimo o segundo ano do ensino Médio. Tem duração mínima de 3 semestres e máxima de 4 semestres e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo. Os cursos oferecidos nesta modalidade são:

4.1.2.1 – Técnico em Administração

O Técnico em Administração controla rotina administrativa. Realiza atividades em recursos humanos e intermedeia mão-de-obra para colocação e recolção. Atua na área de compras e assessora a área de vendas. Intercambia mercadorias e serviços e executa atividades nas áreas fiscal e financeira. As habilidades e competências desse profissional apresentam-se em três categorias: Habilidades pessoais; Conhecimentos, habilidades e competências técnicas; e Habilidades interpessoais.

4.1.2.2 – Técnico em Edificações

O Técnico em Edificações desenvolve e executa projetos de edificações conforme normas técnicas de segurança e de acordo com legislação específica. Planeja a execução e elabora orçamento de obras. Orienta e coordena a execução de construção, serviços de reforma, ampliação e de instalações em edificações. Atua em projetos e obras de edificações, de tecnologias e de materiais de construção, bem como nas áreas administrativas e de planejamento da construção civil. Suas atividades incluem: supervisão, coordenação e orientação técnica; estudo, planejamento, projeto e especificação; estudo de viabilidade técnico-econômica; assistência, execução e fiscalização de obras.

Realiza levantamentos topográficos e planialtimétricos. Desenvolve e legaliza projetos de edificações; planeja a execução, orça e providencia suprimentos e supervisiona a execução de obras e serviços. Treina mão-de-obra e realiza o controle tecnológico de materiais e do solo.

4.1.2.3 – Técnico em Informática para Internet

O profissional da área de Técnico em Informática para Internet desenvolve programas de computador para Internet, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação. Utiliza ferramentas de desenvolvimento para construir soluções empregadas nas organizações. Desenvolve e realiza a manutenção de sítios e portais para a Internet e Intranet.

Como profissional desta área deve ser uma pessoa com características empreendedoras e de bom relacionamento com clientes e usuários, deverá participar das diversas áreas das organizações; construir, desenvolver e gerenciar os sistemas de apoio e tratamento automatizado de informações; ser um agente transformador do mercado de trabalho e da sociedade; participar de equipes de desenvolvimento de sistemas; agregar novas tecnologias na solução dos problemas; interpretar especificações de sistemas computacionais; utilizar ferramentas que contribuam para a melhoria das condições de trabalho e de vida.

4.1.2.4 – Técnico em Meio Ambiente

O Técnico em Meio Ambiente coleta, armazena e interpreta informações, dados e documentações ambientais. Colabora na elaboração de laudos, relatórios e estudos ambientais. Auxilia na elaboração, acompanhamento e execução de sistemas de gestão ambiental. Atua na organização de programas de educação ambiental, de conservação e preservação de recursos naturais, de redução, reuso e reciclagem. Identifica as intervenções ambientais, analisa suas consequências e operacionaliza a execução de ações para preservação, conservação, otimização, minimização e remediação dos seus efeitos. Tem como possibilidades de atuação as instituições públicas e privadas, além do terceiro setor, as estações de tratamento de resíduos e as unidades de conservação.

4.1.2.5 – Técnico em Aquicultura (EaD)

O egresso do curso será um profissional com conhecimentos gerais em projetos de implantação de sistemas de cultivo de organismos aquáticos, assim como em manejo e qualidade dos produtos obtidos da Aquicultura. Possuirá uma formação empreendedora que lhe permitirá difundir a produção aquícola como fonte de alimento e renda para a sociedade, bem como uma visão ecológica, econômica e social no contexto dos sistemas de produção aquáticos.

O aluno egresso do curso Técnico em Aquicultura estará apto a atuar como profissional liberal junto às Instituições públicas e privadas do setor aquícola, empresas de beneficiamento de pescado, laboratórios de reprodução, larvicultura e engorda de organismos aquáticos cultivados, e como profissional autônomo, orientando os produtores numa concepção cooperativista e associativa; aplicando e respeitando as normas de proteção do meio-ambiente e de prevenção, higiene e segurança no trabalho, visando a otimização do planejamento e gestão da produção aquícola.

4.1.2.6 – Técnico em Administração (EaD - Rede e-Tec Brasil)

O Técnico em Administração executa operações administrativas relativas a protocolos e arquivos, confecção e expedição de documentos e controle de estoques. Aplica conceitos e modelos de gestão em funções administrativas. Opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e de materiais.

4.2- Graduação

No contexto dos cursos de *Licenciatura*, sua oferta visa atender as demandas da sociedade brasileira pela formação de professores de Educação Básica em instituições públicas. Tem-se como objetivo não só a oferta dos cursos de Licenciatura, mas também a qualidade dessa formação de professores como um compromisso político e social. Destaca-se, também, nos cursos de Licenciatura, a importância do uso da pedagogia de projetos e da integração entre teoria e prática, num movimento de práxis em que a avaliação permanente seja o requisito para a excelência. Neste sentido, é necessário articular os cursos de Licenciaturas de forma que em sua organização acadêmica tanto os conteúdos disciplinares como a formação específica para o exercício da docência na educação básica sejam valorizados.

Já os cursos superiores de *Tecnologia* têm como objetivo garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias. Apoiado na Resolução CNE/CP nº 03, de 18/12/2002, orienta-se que a organização curricular dos cursos superiores de tecnologia deverá contemplar o desenvolvimento de competências profissionais, em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define sua identidade e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade. Ainda nessa resolução, Para isso, a organização curricular compreenderá as competências profissionais

tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia.

Por fim, os cursos de *Bacharelado* se relacionam com a formação profissional e foram historicamente organizados segundo o avanço da ciência e sua implicação com o desenvolvimento do conhecimento, da pesquisa e da tecnologia.

4.2.1-Licenciatura

O curso destina-se a preparar professores para atuarem na educação básica. A licenciatura tem duração de 4 anos e a forma de ingresso, segundo a Organização Didática do IFSP, se dá por meio de: (1) Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC); (2) Processos para Reopção de Curso (Transferência Interna); (3) Processos para Transferência externa; (4) Processos para Portador de diploma de graduação; e (5) Convênio cultural com outros países. Atualmente, no Câmpus Caraguatatuba os cursos oferecidos nesta modalidade são a Licenciatura em Matemática e a Licenciatura em Física.

4.2.1.1 – Licenciatura em Matemática

A proposta deste Curso Superior de Licenciatura em Matemática tem como característica, uma estrutura curricular flexível e multidisciplinar que busca assimilar a realidade de um aluno egresso de um Ensino Fundamental e Médio com problemas no que diz respeito a uma formação matemática mais sólida. O curso pretende proporcionar a este professor-formando, condições de desenvolver capacidades cognitivas, procedimentais e atitudinais necessárias ao pleno exercício do magistério para a segunda e terceira etapas da Educação Básica, presencial e a distância, podendo atuar ainda na modalidade EJA, e também dar continuidade aos estudos em cursos de Pós-Graduação. Além disso, o futuro professor será capaz de construir espaços de interlocução em que possa analisar a própria prática docente de forma individual e em grupo.

4.2.1.2 – Licenciatura em Física

O licenciado em Física é um profissional apto para o ensino de Física que planeja e desenvolve diferentes experiências didáticas, reconhecendo os elementos relevantes para as estratégias adequadas, elaborando ou adaptando materiais didáticos de diferentes naturezas,

identificando os seus objetivos educacionais e atuando na educação básica e na gestão e organização das instituições de educação básica. Ele concebe a Ciência como conhecimento histórico, desenvolvido em diferentes contextos sociopolíticos, culturais e econômicos. Como docente de Física ele explica os fenômenos naturais, processos técnicos e equipamentos tecnológicos em termos de conceitos, teorias e princípios físicos gerais. O educador em Física também se dedica à formação e à disseminação do saber científico em diferentes instâncias sociais, seja por meio da atuação no ensino escolar formal, seja em novas formas de Educação e Divulgação Científica, como no trabalho com vídeos e softwares científicos. Ele compreende as relações entre Educação e trabalho, diversidade, direitos humanos, cidadania e sustentabilidade ambiental, entre outras problemáticas da sociedade contemporânea.

4.2.2-Tecnologia

O curso promove a formação de profissionais especialistas em nível superior, que recebem formação direcionada a atender os segmentos atuais e emergentes em atividades industriais e prestação de serviços, tendo em vista a constante evolução tecnológica. O curso tem duração mínima de 2 anos e máxima de 3 anos e meio e a forma de ingresso, segundo a Organização Didática do IFSP, se dá por meio de: (1) Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC); (2) Processos para Reopção de Curso (Transferência Interna); (3) Processos para Transferência externa; (4) Processos para Portador de diploma de graduação; e (5) Convênio cultural com outros países. Os cursos oferecidos nesta modalidade, pelo Câmpus Caraguatatuba, são:

4.2.2.1 - Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Observando as Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, o Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas é um profissional que analisa, projeta, documenta, especifica, testa, implanta e mantém sistemas de informação, atuando com ferramentas computacionais, equipamentos de informática e metodologias de gerenciamento de projetos. Além de ser um profissional que utiliza o raciocínio lógico, emprega linguagens de programação e abordagens para construção de projetos, considerando a qualidade, usabilidade, robustez, integridade e a segurança dos sistemas de informação.

4.2.2.2 - Tecnologia em Processos Gerenciais

O formando poderá atuar nas organizações dos diversos setores da economia, especialmente no comércio e serviços aplicando as técnicas e métodos de gestão, com competência para a gerência e diretoria, coordenando de forma integrada os recursos humanos, materiais, financeiros e do conhecimento, traduzidos em bens e serviços. Poderão atuar como empreendedores capazes de analisar criticamente as organizações e o mercado, antecipando problemas e levantando oportunidades. Assim, o Tecnólogo em Processos Gerenciais elabora e implementa planos de negócios, utilizando métodos e técnicas de gestão na formação e organização empresarial, especificamente nos processos de comercialização, suprimento, armazenamento, movimentação de materiais e no gerenciamento de recursos financeiros e humanos.

4.2.3-Bacharelado

Curso em nível de graduação que o estudante realiza para obter sua formação profissional com sólida base teórica. São cursos regulamentados pelo Ministério da Educação e ligados a uma área específica do conhecimento. Ao final do curso, recebe o grau de bacharel, diploma acadêmico e pode atuar profissionalmente na área de formação. A forma de ingresso, segundo a Organização Didática do IFSP, se dá por meio de: (1) Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC); (2) Processos para Reopção de Curso (Transferência Interna); (3) Processos para Transferência externa; (4) Processos para Portador de diploma de graduação; e (5) Convênio cultural com outros países.

4.2.3.1 - Bacharelado em Engenharia Civil

O Engenheiro Civil é um profissional de formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade. Atua na concepção, planejamento, projeto, construção, operação e manutenção de edificações e de infraestruturas. Suas atividades incluem: supervisão, coordenação e orientação técnicas; estudo, planejamento, projeto e especificação; estudo de viabilidade técnico-econômica; assistência, assessoria e consultoria; direção, execução e fiscalização de obra e serviço técnico; vistoria, perícia, avaliação,

arbitramento, laudo e parecer técnico. Pode desempenhar cargos e funções técnicas, elaborar orçamentos e cuidar de padronização, mensuração e controle de qualidade. Pode coordenar equipes de instalação, montagem, operação, reparo e manutenção. Executa desenho técnico e se responsabiliza por análise, experimentação, ensaio, divulgação e produção técnica especializada. Coordena e supervisiona equipes de trabalho, realiza estudos de viabilidade técnico-econômica, executa e fiscaliza obras e serviços técnicos; e efetua vistorias, perícias e avaliações, emitindo laudos e pareceres. Em suas atividades, considera a ética, a segurança, a legislação e os impactos ambientais.

4.3 - Pós Graduação Lato Sensu

Os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu têm por objetivos gerais: aprimorar a formação de graduados de modo a torná-los aptos a desempenhar com independência e criatividade suas atividades profissionais; aperfeiçoar e aprofundar o conhecimento teórico e a práxis da pesquisa científica dos professores e dos profissionais. Os objetivos específicos são: preparar pessoal, em nível de especialização, para atuar em instituições de educação formal, não formal e empresas; promover e orientar projetos de pesquisa; assegurar a continuidade da pesquisa com base no pensamento autônomo e crítico; sistematizar os estudos científicos segundo as perspectivas e necessidades da comunidade; estimular a iniciativa de publicação de trabalho monográfico e memória científica como contribuição cultural da instituição à sociedade. A forma de ingresso se dá por meio de edital de seleção. Os interessados deverão cumprir as etapas previstas no edital, se submeter a análise de curriculum e prova escrita para avaliação de proficiência nos conhecimentos básicos de finanças, contabilidade e administração.

4.3.1 - Especialização em Gestão Financeira

O curso permite aos interessados na área de gestão financeira e aos empreendedores em geral uma visão de negócios, por meio da capacitação nas áreas de Gestão e Finanças, qualificando os alunos à assumir uma posição gerencial ou para criar e gerir empreendimentos. O curso destina-se a profissionais portadores de diploma de ensino superior, interessados em se especializar em Gestão Financeira, adquirindo conhecimentos para atuar competitivamente em seu campo de trabalho. Promove aos gestores atuais e futuros

de empresas não financeiras, como indústria, serviços e comércio, uma formação atualizada sobre a aplicação de finanças na gestão das empresas

Capítulo 5 - Políticas e Ações

Introdução

O Câmpus Caraguatatuba realiza diversas ações em diferentes áreas, conforme as Políticas institucionalmente estabelecidas, bem como projetos e atividades específicos do câmpus.

Tais atividades são propostas com o intuito de atuar na formação do estudante, desenvolvendo ações sob a perspectiva de atuar nos temas transversais, que abrangem os aspectos culturais, ambientais, éticos, cidadania, respeito às diferenças, inclusão, saúde.

Estão descritas abaixo as principais políticas e ações desenvolvidas no câmpus.

5.1 – Coordenadoria Sociopedagógica

No ano de 2014, por meio da Resolução IFSP nº 138 de 04/11/2014, foi aprovado o Regulamento da Coordenadoria Sociopedagógica. Vinculada à Gerência Educacional do câmpus, essa coordenadoria consiste em uma equipe multiprofissional, articulada e de ação interdisciplinar, composta por Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo e Técnico em Assuntos Educacionais. Não se encontra na resolução o profissional Intérprete de Libras, porém, desde 2014 o câmpus conta com este profissional na equipe.

A coordenadoria tem por objetivo assessorar o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações e projetos que visem a qualidade do processo de ensino e aprendizagem e a formação integral do estudante, trabalhando temas transversais como ética, saúde, meio ambiente e diversas formas de inclusão, além da garantia de direitos enquanto cidadão consciente de sua importância na sociedade.

O trabalho realizado pela equipe busca atender prioritariamente os estudantes que apresentarem excesso de faltas, baixo rendimento e situação de vulnerabilidade social, contribuindo para sua permanência e conclusão do curso e, conseqüentemente, a contenção da evasão nas modalidades presencial e a distância.

5.2 – Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil é baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto de nº 7.234 no ano de 2010 e pelas resoluções nº 41 e nº 42 de 02 de junho de 2015 que regulamenta a Política de Assistência Estudantil no IFSP.

Por intermédio de auxílio financeiro e ações que contribuem com o processo educativo, busca minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais para permanência e conclusão do curso, colaborando para a redução das taxas de retenção, evasão e promoção da inclusão social pela educação.

Dispõe de ações nas áreas de: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, auxílio material didático-pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Cada vez mais, as instituições educacionais possuem função social transformando-se em campos, não só dos problemas de ordem acadêmica, mas também das múltiplas expressões da questão social. Desta forma, faz-se necessário que o trabalho social seja realizado por equipe multidisciplinar visando garantir condições adequadas para a

permanência do aluno na escola, visto que as dificuldades que interferem no acesso, permanência e conclusão do curso são oriundas de todos os aspectos do ser humano, ou seja, podem ser de ordem social, psicológica, pedagógica entre outras.

Situações de vulnerabilidade social e pessoal ocasionadas pela carência socioeconômica são identificadas como uma das principais causas da retenção e evasão escolar. Dificuldades em custear transporte, alimentação, material escolar e, muitas vezes, moradia fazem com que o estudante se desmotive ou abandone o curso para se inserir no mercado de trabalho de forma precarizada.

No primeiro semestre de 2015, cerca de 79% dos estudantes do Câmpus Caraguatatuba inscritos no Programa de Auxílio Permanência, apresentaram renda familiar per capita entre 0,0 e 1,0 salário mínimo, e por este motivo as necessidades financeiras presentes no ambiente educacional do câmpus são demandas urgentes.

O Câmpus Caraguatatuba desenvolve a Política de Assistência estudantil por intermédio de dois programas:

Programa de Auxílio Permanência: Esse programa é voltado aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, tendo como principal objetivo apoiar a permanência dos estudantes na instituição, por meio de ações que contribuem com o processo educativo e auxílios financeiros mensais, entre eles: alimentação moradia, creche (apoio aos estudantes pais e mães), transporte, material didático-pedagógico e saúde.

Programa de Ações Universais: As ações do Programa de Ações Universais são desenvolvidas por meio de elaboração de projetos voltados para a área de cultura, esporte, inclusão digital e apoio às necessidades educacionais específicas dos estudantes. Este programa conta com a participação de estudantes, professores e técnicos-administrativos.

O impacto esperado é que o maior número possível de alunos atendidos pela PAE consiga permanecer e concluir o curso escolhido, com uma formação integral, oportunizando melhor acesso ao mercado de trabalho e possibilitando a ruptura do seu histórico de carência econômica e vulnerabilidade social.

5.3 Política de permanência e êxito

5.3.1 Projeto de Acompanhamento da Frequência

O Projeto de Acompanhamento da frequência do câmpus Caraguatatuba tem como proposta o acompanhamento sistemático da frequência dos estudantes, buscando identificar a causa das ausências no curso e, conseqüentemente propor, junto aluno e ao corpo docente, ações que interfiram nessas causas, revertendo cada quadro de forma individual. O trabalho será realizado em algumas etapas a saber:

- a) Realizar entrevista com o aluno ou seu responsável quando solicitar trancamento ou cancelamento de matrícula, buscando identificar o motivo e, quando possível, apresentar propostas, buscando reverter a situação;
- b) Por intermédio do WebDiário, identificar semanalmente o estudante com excesso de faltas, fazendo uma análise destas, em relação às disciplinas e porcentagens.
- c) Entrar em contato com o próprio estudante ou seu responsável, buscando identificar o motivo das faltas e oferecer apoio pedagógico;
- d) Periodicamente enviar as planilhas dos trabalhos realizados para que os docentes, através dos coordenadores, fiquem informados sobre cada caso em particular, podendo ainda levantar novas questões em relação aos alunos faltosos.
- e) Em conjunto com os coordenadores de curso, propor alternativas para garantir a frequência deste aluno no curso.

5.4 – NAPNE – Ações Inclusivas

O “Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE” do IFSP está em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/96, com o Decreto nº 6.949/09, com o Decreto nº 7.611/11, com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Resolução 137/2014 e demais documentos pertinentes que regem todos os procedimentos necessários para a estruturação do NAPNE de cada câmpus do IFSP.

Tem o propósito de implementar ações inclusivas, contribuindo para a reflexão sobre a prática da inclusão, a aceitação da diversidade, com o objetivo de romper as barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais. Os NAPNEs também acompanham o

desenvolvimento acadêmico dos estudantes com necessidades educacionais específicas, procurando realizar intervenções efetivas durante os seus percursos acadêmicos.

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do IFSP do Câmpus Caraguatatuba conta com equipe multidisciplinar composta por Técnicos-Administrativos e Docentes, sendo que a equipe básica exigida integra a Coordenadoria Sociopedagógica do câmpus. É um núcleo propositivo e consultivo que media as ações inclusivas no câmpus, buscando o envolvimento do público-alvo da educação especial e de toda a comunidade escolar com a inclusão social e educacional de todos.

Este núcleo realiza ações como: identificação de ausência de estrutura adequada no câmpus e encaminhamento para providências; capacitação dos servidores; estudo de acessibilidade do câmpus; viabilização de Políticas Públicas e aquisição de equipamento que favoreçam a qualidade de aprendizagem do aluno; organização de palestras para a comunidade, dentre outros. Todas essas ações visam colaborar na formação técnica e humana do aluno, promovendo sua inserção no mundo do trabalho, sua autonomia no exercício de direitos e na sua construção como cidadão.

Entende-se como inclusão a garantia de acessibilidade, de acolhimento e de permanência dos estudantes na instituição de ensino, respeitando as diferenças de cada um.

O NAPNE articula pessoas e instituições desenvolvendo ações de implantação e implementação do Programa TEC NEP (Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas) no âmbito interno, envolvendo servidores, discentes e a comunidade. Tem como objetivo principal criar na instituição a cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais.

5.5 – Formação Continuada

A Formação Continuada de Professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), constitui-se em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes. Tendo início no ano de 2014, a Formação Continuada *in loco* busca a valorização do profissional, assim como a constante reflexão sobre a prática docente, concebendo o câmpus como local privilegiado de construção e produção de conhecimento, onde é necessário estabelecer discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico.

5.6 – Políticas e Ações de Extensão

A Extensão consiste em um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a instituição educacional e os diversos setores sociais. Assim, a Extensão configura-se como um espaço de produção de conhecimentos baseada na troca de saberes e experiências entre a Escola e a Sociedade. Além disso, a Extensão compreende todas as ações culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que envolvem a comunidade externa e não fazem parte das atividades regulares de Ensino e Pesquisa. Tais ações devem estar baseadas na análise das necessidades e interesses da comunidade em que cada *campus* se encontra inserido e articuladas com a vocação e a qualificação acadêmicas dos docentes, técnico-administrativos e discentes envolvidos.

As ações de Extensão são classificadas em cursos e atividades. Os Cursos de Extensão são oferecidos na modalidade presencial ou a distância. Têm a finalidade de atender as demandas da sociedade e necessidades de aquisição, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais, de jovens e adultos, com necessidades identificadas a partir de pesquisas regionais, podendo ser ofertados em todos os níveis de escolaridade. Já as atividades são aquelas realizadas fora da sala de aula. As principais são as seguintes:

Acompanhamento de egressos: conjunto de ações implementadas para acompanhar o itinerário profissional do egresso a fim de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

Empreendedorismo e cooperativismo: apoio à formação empreendedora por meio de programas institucionais.

Estágio e emprego: atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e de operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento e documentação).

Eventos: podem ser organizados sob a forma de encontro, seminário, palestra, oficina, congresso, mostra, entre outras. Com temáticas diversas, são voltados à participação e integração das comunidades externa e interna.

Projetos sociais: conjunto de ações, técnicas e metodologias inovadoras, desenvolvidas na interação com a comunidade externa e apropriadas por essa. Têm como objetivos representar

soluções para a inclusão social, as relações étnico-sociais, a geração de oportunidades e a melhoria das condições de vida.

Relações internacionais: ações de intercâmbio, acordos de cooperação internacional e celebração de convênios, destinados à melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.

Visitas Técnicas: atividades educacionais supervisionadas, desenvolvidas em ambientes externos ao IFSP, que visam a promover uma maior interação dos estudantes das diferentes áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.

Bolsa de Extensão: oferece ao estudante, de qualquer modalidade ou nível de ensino, bolsa para participar de projetos ou programas de extensão, cujas temáticas são diversas, inclusive culturais, e que incluem a participação em ações junto à comunidade externa. Tais projetos podem ser fomentados pela Pró-reitoria de Extensão, por meio de editais de seleção de projetos e programas, ou pelo próprio câmpus, por meio de editais internos.

PROEXT: o Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Ensino Superior (MEC/SESu), anualmente, lança editais para Projetos e Programas de Extensão Universitária. Alunos de curso superior poderão participar, como bolsistas, dos projetos contemplados.

A extensão é um processo educativo, cultural e científico que, articulada de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, viabiliza a relação entre o IFSP – Câmpus Caraguatatuba e a sociedade. As atividades de extensão devem ter relação com a comunidade externa.

O processo compreende um conjunto de atividades em que o IFSP – Câmpus Caraguatatuba promove a articulação entre os saberes (acadêmico, científico e tecnológico) e a realidade socioeconômica e cultural da região. A extensão deve beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.

A coordenadoria de extensão é responsável por orientar o aluno dos cursos técnicos e superiores em atividades consideradas de extensão ao curso, no qual está matriculado. Tem como objetivo principal criar e gerenciar os vínculos entre o aluno com as empresas e, conseqüentemente, com o mercado de trabalho.

A coordenadoria de extensão gerencia os cursos FIC (Formação Inicial e Continuada), não previstos nas grades curriculares dos cursos, de modo a oferecer novas oportunidades ao aluno e para a comunidade externa ao Instituto Federal, contribuindo no papel social que a instituição deve prestar como serviço. São atribuições da coordenadoria de extensão:

- a) Buscar parcerias para a promoção de cursos nos mais diferentes níveis para servidores docentes e técnico-administrativos;
- b) Promover palestras, encontros, seminários, visitas técnicas, estágios ou outras atividades voltadas para o aperfeiçoamento específico e intelectual de toda a comunidade;
- c) Promover a aproximação do câmpus com a comunidade externa;
- d) Buscar apoio externo para eventos institucionais em geral;
- e) Planejar, coordenar, controlar e avaliar toda a oferta de cursos extraordinários;
- f) Promover convênios de cooperação técnico-científica, visando ao intercâmbio de informações sobre novas tecnologias;
- g) Obter doações de materiais e/ou equipamentos para melhorar as condições das oficinas e laboratórios do câmpus;
- h) Promover encontros com empresas e profissionais;
- i) Planejar, organizar, coordenar e controlar a execução das atividades do Serviço de Integração Escola-Empresa (estágios).

5.7 – Políticas e Ações de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

As ações de Pesquisa, voltadas à produção e à divulgação de conhecimentos e saberes científicos e tecnológicos, visam o desenvolvimento por meio da investigação de fatos a fim de prover melhorias da condição da vida coletiva. É, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade de todos os sujeitos envolvidos (alunos de diferentes níveis, servidores e comunidade), promovendo, como consequência, o avanço da social. Neste sentido, o câmpus desenvolve as atividades de pesquisa e inovação vinculadas aos seguintes programas e ações:

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIFSP) do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica com bolsa paga com recursos institucionais. O bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre

ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. Neste programa, como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica (PIVICT) do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica sem ou com bolsa paga com recursos por meio de fundação de apoio ou por órgãos de fomento obtidas diretamente pelos pesquisadores. Da mesma forma, o bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. No final, que recebam certificado o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC) e Programa de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBITI) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que, por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de graduação para desenvolvimento de projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau de Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

Programa de Bolsas Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) do CNPq que, também por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de graduação para desenvolvimento de projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau de Mestre ou Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFSP (PIPECT), que concede passagens e diárias a servidores para participação e apresentação de trabalhos, com o nome do IFSP, em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais.

Programa Institucional de Auxílio à Participação Discente em Eventos (PIPDE) do IFSP, que concede auxílio financeiro com recursos institucionais a alunos para participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais, incluindo o Workshop de Negócios e Inovação.

Programa Jovens Talentos (PJT) da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), que concede bolsas a estudantes de graduação e visa antecipar o ingresso no meio científico, despertar vocação científica, incentivar talentos potenciais, mediante a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para participar, o estudante deve ser aprovado no processo de seleção por meio de uma prova de conhecimentos gerais.

Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), que visa conceder intercâmbio de alunos de graduação em instituições estrangeiras, concedendo bolsas que garantem, além da mobilidade internacional, recuso para despesas com estadia, alimentação e transporte local.

Programa Pró-Equipamentos do IFSP, que provê a criação de infraestrutura mínima para a pesquisa com recurso institucional. Por meio da submissão de projetos pelos pesquisadores dos campi, após a seleção realizada pela PRP, os equipamentos são adquiridos pela própria Pró-Reitoria e o patrimônio é transferido para o câmpus.

Acordos de Cooperação Técnica e Científica, por meio dos quais o IFSP mantém parcerias para realização de capacitação em nível de pós-graduação e para realização de atividade de pesquisa e inovação. Atualmente, são mantidos acordos com o Instituto de Pesquisas Energética e Nucleares (IPEN/CNEN), localizado no campus da Universidade de São Paulo (USP) na cidade de São Paulo, com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), localizado na cidade de São José dos Campos, e outro internacional com o Instituto Politécnico do Porto, localizado na cidade do Porto em Portugal, além de outros envolvendo, mais especificamente, os câmpus do IFSP. Informações sobre estes acordos estão disponíveis no sítio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRP) em <http://prp.ifsp.edu.br>.

Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP (CINTEC), que é um evento anual, cujo objetivo é difundir as produções de pesquisadores e alunos em regime de iniciação científica ou tecnológica por meio de exposição oral, pôsteres e de palestras. A primeira

edição foi realizada no câmpus de Guarulhos em 2010. Em números gerais, na 4ª edição do CINTEC houveram 220 trabalhos inscritos de 21 diferentes câmpus do IFSP e de outras instituições. Já em 2014, na 5ª edição realizada no *campus* de São João da Boa Vista nos dias 24 e 25 de setembro, foram submetidos 270 trabalhos de 28 câmpus do IFSP mais 20 trabalhos de outras instituições, com crescimento de 32% de uma edição para outra. Para o 6º CINTEC que ocorrerá entre os dias 10, 11 e 12 de novembro de 2015 na cidade de Itapetininga, é previsto que mais de 400 trabalhos sejam submetidos, contando com a participação de mais de 1.000 pessoas.

O Workshop de Negócios e Inovação do IFSP, que ocorre anualmente desde 2010 e tem como objetivo contribuir para difusão da cultura de inovação no Estado de São Paulo, promovendo amplo debate com segmentos da sociedade sobre Inovação e Empreendedorismo.

Ação de incentivo à pesquisa via programas de pós-graduação: através da abertura de programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* se pretende incentivar as atividades de pesquisa e publicação no IFSP.

Programa Hotel de Projetos do IFSP, que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de projetos empreendedores do IFSP, levando em consideração a viabilidade mercadológica de produtos, processos e serviços. O programa foi aprovado pela Resolução no. 925/2013 e, de forma geral, pode-se dizer que o Hotel de Projetos é uma pré-incubadora, com infraestrutura física (escritório, bibliotecas, laboratórios e oficinas) e de serviços (assessoria e consultoria de pesquisadores) oferecidos pelo IFSP para o desenvolvimento de *Projetos Experimentais de inovação*.

Política de Inovação do IFSP, estabelecida pela resolução 431/2011 apresenta o regulamento das atividades relacionadas a proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia no IFSP. Várias ações capitaneadas pelo NIT são decorrentes do estabelecimento desta política, como pedidos de proteção (registros de programas de computador e patentes) e a exploração econômica dos inventos e conexos.

O IFSP incentiva a realização de pesquisas através da oferta de bolsas discente de pesquisa institucional (Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica – IC Institucional) e bolsas

de órgão de fomento como a CNPq (em nível federal, através de seus Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica, o PIBIC e o PIBITI) e a FAPESP (em nível estadual, por meio de bolsas de Iniciação Científica). O discente que não for elegível a concorrer a uma bolsa, mas que tiver interesse em realizar a sua pesquisa poderá formalizar a realização de seu projeto através do programa de “IC Voluntária”. No ano de 2016, o Câmpus teve: 18 projetos de IC Institucional aprovadas (que corresponde a 50% de acréscimo em relação ao ano anterior) e 3 projetos PIBIC/PIBITI. Nos anos de 2017 foram desenvolvidos 11 projetos de IC Institucional, mesmo número de projetos em andamento no ano de 2018. Para fomentar a divulgação dos resultados obtidos nas pesquisas desenvolvidas no câmpus e para incentivar os alunos e comunidade externa a participarem de eventos de cunho científico, o Câmpus vem realizando o Seminário de Iniciação Científica do Litoral Norte (SIC-LN). Adicionalmente, o IFSP organiza o Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP (CONICT). O evento tem periodicidade anual, e possui natureza científica e tecnológica multidisciplinar, integrando as principais áreas de conhecimento. O CONICT conta com a participação da comunidade interna do IFSP e da comunidade externa, promovendo a difusão da produção científica e tecnológica por meio de apresentações orais e/ou pôsteres de trabalhos. O evento é aberto à participação de estudantes do ensino médio e do ensino superior que desenvolvam pesquisa no IFSP ou em outras instituições de ensino ou pesquisa do país. Além disso, o evento tem como objetivo divulgar à comunidade os resultados das pesquisas desenvolvidas, aproximando os pesquisadores dos setores produtivos.

5.8 – Bolsa Discente

Além das bolsas vinculadas à Pró-Reitoria de Pesquisa e de Extensão, que fazem parte do programa de Bolsa Discente, instituído pela Resolução IFSP nº 568, de 5 de abril de 2012, há, também, a Bolsa de Ensino, vinculada à Pró-reitoria de Ensino.

A Bolsa de Ensino oferece ao estudante a oportunidade de desenvolver atividades educacionais compatíveis com seu grau de conhecimento e aprendizagem, e de interagir com os professores por meio de ações pedagógicas relacionadas às disciplinas dos cursos, apoiando aos demais estudantes do IFSP.

O Programa de Bolsa de Ensino visa apoiar a participação dos discentes em atividades acadêmicas de ensino e projetos de estudos que contribuam para a formação integrada e para o aprimoramento acadêmico e profissional do aluno na sua área de formação.

5.9 – Órgãos Colegiados

Conselho de Câmpus: o Conselho de Câmpus é o órgão normativo, consultivo e deliberativo, como instância máxima no âmbito de cada Câmpus, por delegação do Conselho Superior do Instituto Federal de São Paulo. Conta com a composição do diretor, representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e sociedade civil. Compete a ele subsidiar e assessorar a Direção-Geral do câmpus, aprovando diretrizes para atuação local, propostas orçamentárias, projetos, regulamentos internos e normas disciplinares, entre outras atribuições. Assim, serão estabelecidas competências gerais do Conselho de Câmpus no que se refere a: informações da comunidade relativas a assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão; diretrizes e metas de atuação do Câmpus e o zelo pela adequada execução de sua política educacional; calendários acadêmicos do Câmpus; promoções e divulgações das atividades do IFSP junto à sociedade; questões submetidas à sua apreciação; propostas de projetos pedagógicos de cursos, bem como suas alterações.

Colegiado de Curso: o colegiado de curso é um órgão consultivo e deliberativo de cada curso superior do IFSP. Composto pelo coordenador do curso, docentes, discentes e técnico-administrativo, tem entre suas competências conduzir e aprovar os trabalhos de reestruturação do Projeto de Curso, fornecer pareceres específicos, avaliar as propostas de projetos e convênios, etc.

Conselho de Classe (Pedagógico e de Curso): os Conselhos de Classe do IFSP são organizados como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação dos docentes da respectiva turma, do Coordenador de Curso/Área e do Pedagogo da Coordenadoria Sociopedagógica.

Conselho de Classe consultivo: também denominado Conselho de Classe Pedagógico, é presidido pelo Pedagogo da Coordenadoria Sociopedagógica ou, em sua ausência, pelo Coordenador de Curso. Ocorre de acordo com as necessidades apontadas pelo Coordenador do Curso ou pela Coordenadoria Sociopedagógica de cada Câmpus, com periodicidade bimestral, é dividido em três partes: na primeira, os docentes farão uma análise da turma identificando progressos, detectando dificuldades da turma no processo de ensino e aprendizagem; na segunda, a Coordenadoria Sociopedagógica apresentará dados de evasão e outros que auxiliem

a compreensão do panorama traçado na primeira parte e também proporá alternativas didático-pedagógicas a serem adotadas visando sanar as dificuldades encontradas; na terceira, os membros, se necessário, farão as considerações finais e possíveis encaminhamentos.

Conselho de Classe Deliberativo: são realizados ao final do período letivo e divididos em três partes: na primeira, o Representante da Coordenadoria Sociopedagógica fará uma análise da ficha individual de avaliação do estudante na série/módulo; na segunda, o Conselho de Classe deve elaborar o parecer sobre a situação final do estudante na série/módulo; na terceira, após a conclusão do Conselho de Classe, a Coordenadoria Sociopedagógica encaminhará lista à Coordenadoria de Registros Escolares, contendo a relação nominal dos estudantes submetidos ao conselho, devidamente assinada pelos professores e Coordenador de Curso/Área.

No Câmpus Caraguatatuba o Colegiado de Curso é previsto em calendário escolar e ocorre oficialmente duas vezes por semestre, podendo ocorrer outros, durante o período letivo, em caráter extraordinário. Nele são discutidos assuntos relacionados a cada semestre do curso, juntamente com os discentes, levantando as principais dificuldades e propondo estratégias que auxiliem os estudantes e contribuam para melhor qualidade do curso.

Os Conselhos de Classe Consultivos constam no calendário escolar e ocorrem na metade do semestre. Nele são realizados apontamentos por parte dos estudantes, pais e docentes com relação ao andamento das disciplinas. Já os Conselhos de Classe deliberativos acontecem no final do semestre, onde é apontado o aproveitamento e frequência de cada aluno e realizada análise individual para efetivar a promoção ou retenção do mesmo.

5.10 – CPA

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, foi instituída no IFSP, em consonância com o art. 11, da Lei nº10.861/2004, como órgão de coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional, de orientação, de sistematização e de prestação de informações às unidades universitárias e ao SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Ela é composta por representantes externos e internos ao IFSP (professores, alunos e servidores técnico-administrativos) e tem como função coordenar a Autoavaliação Institucional do IFSP. É importante ressaltar que os processos de avaliação interna são fundamentais para a tomada de decisão e para a melhoria contínua da qualidade acadêmica.

É composta por uma comissão instituída pelo SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), conforme Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, A CPA conduz os processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, e é constituída pela participação de todos os segmentos da

comunidade universitária e da sociedade civil. Sua atuação é autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

Avaliação das Instituições de Educação Superior

A Avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e está relacionada à melhoria da qualidade da educação superior, à orientação da expansão de sua oferta, ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, além do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. A avaliação das Instituições de Educação Superior identifica o perfil e o significado da atuação da Instituição, respeitando sua diversidade e identidade.

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades: Autoavaliação – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES. Os câmpus do IFSP recebem instruções sobre a realização da Autoavaliação Institucional pela Reitoria, por meio do Presidente Geral da CPA, sendo realizada ao final do ano. Esta Autoavaliação Institucional é feita a partir de questionários, tendo como respondentes os discentes, técnico-administrativos e docentes. Esses questionários são formulados pelas comissões locais dos câmpus. Após o término da pesquisa a partir dos questionários, a Reitoria elabora um relatório geral, contendo as pesquisas de todos os câmpus, que é entregue ao INEP.

Como ocorre a autoavaliação em nosso câmpus?

A primeira parte do processo ocorre na forma de pesquisa onde alunos, professores e técnico-administrativos preenchem um questionário com questões gerais sobre o instituto, sobre o curso e sobre disciplinas que cursaram. Na segunda parte os resultados são apresentados à comunidade em forma de relatório. Cada pergunta se transforma em um gráfico onde os resultados são analisados. Quando uma das perguntas atinge mais de 70% dos conceitos positivos este é considerado um ponto forte da câmpus. Quando o resultado se mostra abaixo de 70% considera-se que a questão apontou para um ponto fraco. Na terceira fase, cada professor recebe o relatório da avaliação da disciplina e junto com o coordenador de área

discute os pontos que foram apresentados como fracos. Juntos, professor e coordenador devem lançar ações que visem melhorar seus pontos.

O mesmo ocorre para as áreas administrativas, que também devem lançar um plano de ações para cada ponto fraco. Na quarta fase a comissão avalia cada plano de ações. Caso estas sejam consideradas inadequadas ou insatisfatórias a coordenação deve apresentar alternativas. A quinta fase ocorre somente depois que for feita outra avaliação por parte da comunidade. Com os resultados adquiridos cada ponto fraco é analisado separadamente para se estabelecer um histórico. Através desse histórico se pode medir a qualidade das ações efetuadas.

Nosso Campus realiza pesquisa de Autoavaliação Institucional própria, além da pesquisa administrada pela Reitoria. No ano de 2014, tivemos problemas com o software utilizado para as pesquisas. Dessa forma, foi utilizada a pesquisa administrada pela Reitoria e a comissão elaborou os relatórios e gráficos.

Avaliação externa – Realizada por comissões designadas pelo Inep, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações. O processo de avaliação externa independente de sua abordagem se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade. Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

Avaliação dos Cursos de Graduação

A avaliação dos cursos de graduação é realizada por Comissões Externas de Avaliação de Cursos, designadas pelo INEP e constituídas por especialistas em suas respectivas áreas do conhecimento. São considerados durante a avaliação o perfil do corpo docente, as condições das instalações físicas, a organização didático-pedagógica, o desempenho dos estudantes da IES no ENADE, os dados do questionário socioeconômico preenchido pelos estudantes disponíveis no momento da avaliação, além dos dados atualizados do Censo da Educação Superior e do Cadastro Geral das Instituições e Cursos.

Os 3 cursos superiores do IFSP Caraguatatuba, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Processos Gerenciais e Licenciatura em Matemática, foram avaliados por comissões externas, in loco, pelo INEP, em 2014. Todos

receberam nota 4. Os cursos de Licenciatura em Física e Bacharelado em Engenharia Civil receberão avaliação in loco do MEC nos anos de 2020 e 2021 respectivamente.

Avaliação do Desempenho dos Estudantes

A Avaliação do desempenho dos Estudantes, coordenada pelo INEP, é realizada através do ENADE (Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes) e integrada ao sistema de avaliação de cursos e instituições. O ENADE acompanha o processo de aprendizagem e o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação e indispensável para a emissão do histórico escolar.

5.11 – Movimento Estudantil

No câmpus Caraguatatuba, o Movimento Estudantil é representado pelo Diretório Acadêmico Jovem Eremias Delizoicov, sob sigla DAJED, constituindo-se o órgão representativo dos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação do Instituto. Trata-se de uma entidade independente de grupos políticos, partidos, religião e qualquer outro tipo de organização.

O DAJED está filiado e reconhece como máximas representantes dos estudantes a União Estadual de Estudantes (UEE-SP), a União Nacional de Estudantes (UNE), a União Internacional de Estudantes (UIE), podendo ainda, além destas, quando vier a ser instituída, reconhecer o Diretório Central dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

O diretório acadêmico atua como um canal de comunicação entre os alunos e a direção, ressaltando os interesses dos alunos frente às questões de cunho administrativo e pedagógico, com o intuito de mobilização coletiva em prol das atividades desenvolvidas no câmpus.

Dessa forma, constituem-se objetivos do DAJED: Promover a integração entre o corpo discente, docente e técnico-administrativo do Instituto; incentivar a participação do Corpo Discente nas atividades do Instituto Federal; organizar e promover eventos e prestar serviços de

caráter social, cultural e científico; incentivar a formação política e o senso crítico no corpo discente; realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres; contribuir para concessão e defesa dos ideais democráticos e justiça social, apoiando as lutas populares para educação pública de qualidade além de atuar na defesa do ensino público de qualidade.

5.12 – Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - SNCT foi estabelecida pelo Decreto N° 5.101, de 08 de junho de 2004. Esta semana é realizada no mês de outubro sob a coordenação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, por meio do Departamento de Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia (DEPDI/SECIS) - e conta com a colaboração de secretarias estaduais e municipais, agências de fomento, espaços científico-culturais, instituições de ensino e pesquisa, sociedades científicas, escolas, órgãos governamentais, empresas de base tecnológica e entidades da sociedade civil.

A coordenação nacional da SNCT é de responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio do Departamento de Popularização e Difusão de Ciência e Tecnologia (DEPDI), da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Em cada estado, existem coordenações locais e a realização da Semana conta com a participação ativa de governos estaduais e municipais, de instituições de ensino e pesquisa e de entidades ligadas à Ciência e Tecnologia de cada região. Muitos Estados e Municípios já criaram suas semanas estaduais ou municipais de Ciência e Tecnologia, articuladas com a SNCT.

A SNCT tem o objetivo de aproximar a Ciência e Tecnologia da população, promovendo eventos que congregam centenas de instituições a fim de realizarem atividades de divulgação científica em todo o País em linguagem acessível à população e por meios inovadores que estimulem a curiosidade e motivem a população a discutir as implicações sociais da Ciência e aprofundar seus conhecimentos sobre o tema.

Atualmente, colaboram com a realização da SNCT as universidades e instituições de pesquisa; escolas públicas e privadas; institutos de ensino tecnológico, centros e museus de Ciência e Tecnologia; entidades científicas e tecnológicas; fundações de apoio à pesquisa; parques ambientais, unidades de conservação, jardins botânicos e zoológicos; secretarias estaduais e municipais de Ciência e Tecnologia e de educação; empresas públicas e privadas; meios de comunicação; órgãos governamentais; órgãos não governamentais e outras entidades da sociedade civil.

Os Campi dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia participam da SNCT através de apresentações de palestras, mini cursos, debates, treinamentos e seminários de apresentação de trabalhos técnicos.

No câmpus Caraguatatuba, essa semana se tornou uma tradição. O câmpus participa dessa semana desde 2010, tendo além das atividades descritas no parágrafo anterior, as atividades de mini maratona de programação, campeonato de construção da ponte de macarrão, entre outros.

5.13 – Semana de Tecnologia da Construção Civil - SETECO

A Semana de Tecnologia da Construção Civil - SETECO, atualmente congregando os cursos técnico em edificações e bacharelado em engenharia civil, inicialmente era denominada “Semana do Técnico de Construção Civil”, foi criada em 2008 pelo corpo docente do curso técnico em edificações do Câmpus Caraguatatuba, no intuito de congrega a classe técnica regional, os alunos cursantes, egressos, e sociedade como um todo, para que através de eventos como palestras, minicursos, fóruns de discussão, etc, fossem apresentados e discutidos assuntos relativos ao panorama da construção civil regional e brasileira, o papel do técnico de edificações e do engenheiro civil, novas tecnologias construtivas, e novos componentes de construção.

Nos anos de 2009, 2010 e 2011, a Semana do técnico de construção civil teve forte atuação regional, apresentando diversos trabalhos realizados pelos alunos do curso técnico em Edificações, e fortalecendo a área de construção civil no câmpus.

Uma demanda crescente no litoral Norte vem chamando atenção nos últimos anos, é a demanda por mão-de-obra na construção civil. Esta demanda varia desde recursos humanos em atividades básicas, como em atividades de gerenciamento de projetos e obras. Com isso, foi iniciada em 2010, pelo corpo docente do Curso técnico em edificações, a proposta de implantação de um curso de engenharia civil no Câmpus Caraguatatuba.

Em 2015, com este novo panorama, e com a possibilidade do curso de Engenharia Civil ser implantado neste câmpus, foi oportuna a renomeação deste evento a partir de uma conotação mais ampla, ficando então alterado o nome da semana para ”Semana de Tecnologia da Construção Civil – SETECO”.

Desse modo, o curso de engenharia civil que foi implantado desde 2017 neste câmpus, apresenta importante papel em relação à demanda de profissionais habilitados necessários ao mercado da construção civil do Litoral Norte.

5.13.1 Concursos na Semana de Tecnologia da Construção Civil - SETECO

Durante a semana nacional de tecnologia, que ocorre anualmente em diversas instituições federais, o câmpus apresenta dois concursos muito concorridos, e a cada ano, mais divulgados em âmbito regional, o vale tudo do concreto e concurso de pontes de macarrão, detalhados a seguir:

Vale tudo do concreto

Concurso – Sempre muito concorrido e visto como uma competição de engenhosidade, é um concurso no qual um aluno, ou um grupo de alunos, buscam elaborar um traço de concreto (dosagem) com a utilização de materiais diversos, de uso comum ou não, de forma a estabelecer o concreto que obtenha a maior resistência. Para todos os alunos é fornecido o mesmo cimento, principal material utilizado no concreto.

São elaborados corpos de prova segundo o padrão comercial praticado no mercado e segundo as normas técnicas vigentes para a atividade.

Todos os corpos de prova são ensaiados e o vencedor é o que obtiver a maior resistência final durante a compressão.

Objetivo: buscar desenvolver no aluno o interesse em novas tecnologias, melhorando assim o seu aprendizado além de promover a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, já que algumas empresas participam da semana de tecnologia.

Premiação: a premiação é oferecida por empresas locais ou pelo próprio corpo docente.

Concurso de pontes de macarrão:

Concurso de Pontes de Macarrão – esteve presente em todas as semanas de tecnologia desde 2014, bastante concorrido entre os alunos, onde com o uso de material frágil, macarrão do tipo espaguete, e material colante são desenvolvidos diversos tipos de estruturas para vencer um determinado vão, comum a todas, as estrutura que obtém maior resistência e mais bela estética são as vencedoras, levando troféus e premiações disponíveis em cada uma das SETECO (Semana de Tecnologia da Construção Civil).

Objetivo: buscar com que o aluno pense nas estruturas de forma geral e mostrar a eles o desenvolvimento de um bom projeto e a criatividade no desenvolvimento destes projetos.

CUSTO – a premiação é oferecida por empresas locais ou pelo próprio corpo docente.

PRAZO: uma semana para todos os inscritos para desenvolvimento do projeto e execução da estrutura.

5.14 – Semana Cultural

A Semana Cultural do Câmpus Caraguatatuba iniciou em 2011, como uma proposta de integração dos alunos, promoção da cultura e incentivo à produção artística dos estudantes do câmpus fomentando o desenvolvimento das artes visuais, dança, música, teatro e outras manifestações culturais.

Propõe que, através de exposições, palestras, debates, mini-cursos, apresentações artísticas e participações em concursos culturais, os estudantes possam ampliar sua visão de mundo, valorizando as diferentes manifestações culturais de sua região e de outras localidades, interagindo com aspectos relacionados entre homem, cultura, educação e sociedade.

As atividades são previstas em calendário escolar e ocorrem sempre no mês de maio, no próprio câmpus, contando ainda com parcerias com a Prefeitura Municipal e Fundação Cultural da cidade.

5.15 Ações dos cursos Técnico de Edificações e Bacharelado em Engenharia Civil

Os docentes dos cursos técnico de edificações e bacharelado em engenharia civil do Câmpus Caraguatatuba são responsáveis pela formação de profissionais com atuação na concepção, planejamento, projeto, construção, operação e manutenção de edificações e de infra-estrutura. As competências desenvolvidas pelos egressos, já apresentadas nos tópicos específicos deste documento, além do extenso conteúdo técnico inerente à cada profissão, conferem ao egresso observar sobremaneira a ética, a segurança, a legislação e os impactos ambientais da profissão.

Ao longo dos aludidos cursos, são realizadas diversas ações junto aos discentes com o intuito de estimular o conhecimento dos estudantes e a prática relacionada a esse conhecimento. Muitas destas ações envolvem projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Grupo de pesquisa: GRUPO DE ENGENHARIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE - GETIS

O Grupo de pesquisa GETIS foi criado em 2018, inscrito no CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, é um grupo no qual diversos docentes dos cursos técnico de edificações e engenharia civil estão inscritos, apresenta diversas pesquisas em andamento, ligadas aos mais variados temas ligados à ENGENHARIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE .

Neste grupo pretendem-se integrar as áreas de atuação de todos os participantes, aplicando-se técnicas inovadoras e sustentáveis para a concepção de métodos em todos os segmentos da engenharia civil. Apesar da área ser muito ampla, há um objetivo comum de inovar e propor técnicas alternativas, em micro e macro escala, focando no estudo de materiais, sistemas, ambientes construídos, arquitetônicos e naturais. Busca-se também desenvolver tecnologias de ensino apropriadas ao aprimoramento do curso técnico de edificações e de bacharelado em engenharia civil como um todo. Os pesquisadores deste grupo são engenheiros e arquitetos, atuantes em todos os seguimentos da engenharia civil. A maioria do grupo é de doutores e mestres, que já vêm contribuindo com a academia e comunidade por meio de publicações relevantes em revistas e eventos nacionais e internacionais.

Os temas pesquisados no GETIS:

- Compósitos cimentícios e tecnologia do concreto
- Conforto ambiental e Exposição ocupacional
- Gestão e Planejamento na Construção Civil
- Métodos e aplicações de topografia, geodésia, geoprocessamento e sensoriamento remoto.
- Patrimônio histórico e urbanismo
- Planejamento Urbano e Ambiental
- Processos inovativos e tecnologias na construção civil
- Recursos hídricos, saneamento, ambiente e mudanças climáticas
- Tecnologias aplicadas ao ensino, pesquisa e extensão

A seguir, apresentam-se alguns detalhes das linhas pesquisas desenvolvidas e em andamento.

Professor Francisco Fabbro Neto

- Gerenciamento de conflitos hídricos, como escassez de água e inundações, em cidades e regiões turísticas, focado em estratégias de uso e ocupação do solo e respectivos

instrumentos de planejamento territorial. (Bolsa de estudos de pós-doutorado para o pesquisador pela agência FAPESP).

Professor José Américo Alves Salvador Filho

- Compósitos cimentícios de alto e ultra alto desempenho reforçados com fibra (CUAD-RF) com ênfase na utilização de materiais locais, estabelecimento de critérios de dosagem e de controle tecnológico, além da aplicação como material de reforço estrutural e produção de componentes especiais para construção civil;
- Materiais Cimentícios Suplementares (MCS): estudo da viabilidade da utilização de materiais alternativos, principalmente aqueles provenientes de descartes industriais, como substituição parcial do cimento Portland;
- Durabilidade frente à penetração de cloretos: Linha de pesquisa de relevância regional devido à ação deletéria da maresia nas estruturas de concreto armado, levando-se em consideração a capacidade de penetração de cloretos em diferentes compósitos cimentícios e estudo das alternativas de proteção e recuperação das estruturas.

Professor Samir Costa Fagury

- Concretos leves – A pesquisa apresenta uma proposta de redução de custos finais de subsistemas ou edificações com o uso de EVA (espuma vinílica acetinada), um agregado leve, para substituir agregados naturais na produção de contrapiso de concreto, e que pode alcançar resultados importantes para os padrões econômicos e sustentáveis.
- Aquecedor solar de baixo custo - modelo didático – Esta pesquisa apresenta a montagem e instalação de um aquecedor solar de baixo custo no IFSP câmpus Caraguatatuba, objetivando a utilização como um modelo didático em diversas disciplinas dos cursos técnicos, graduação e pós-graduação no câmpus, e também objetivando a instrução e motivação aos docentes, discentes e funcionários do câmpus no tocante à sustentabilidade e a fontes energéticas pouco aproveitadas no Brasil.

Atividades de extensão

Professora Elaine Regina Barreto

Coordenação de visitas Técnicas com discentes do curso técnico em edificações e bacharelado em Engenharia civil – (SIGPROJ - Sistema de Informação e Gestão de Projetos). Locais visitados: Pedreira Massaguaçu S/A, Estação de Tratamento de água – SABESP Caraguatatuba, Estação de tratamento de esgoto SABESP Caraguatatuba, Pedreira Ideal – Usina de asfalto, obras do Hospital regional Caraguatatuba,

Professor Francisco Fabbro Neto

A percepção ambiental de biomas locais e sua interação com as comunidades tradicionais: o caso do caranguejo Guaiamum e a exploração turística no quilombo da Caçandoca em Ubatuba-SP. (Bolsa auxílio-estudantil para alunos pelo NEABI-IFSP)

Professora Jéssica Pereira Oliveira

Coordenação de visitas técnicas com discentes do curso técnico em edificações e bacharelado em Engenharia civil – (SIGPROJ - Sistema de Informação e Gestão de Projetos). Locais visitados: FEICON 2018, Fábrica MIZU - Cimentos Especiais de Mogi das Cruzes/SP e Obra executada com a tecnologia Steel Frame na cidade de Ubatuba/SP.

Professor Samir Costa Fagury

Coordenação de visitas Técnicas com discentes do curso técnico em edificações e bacharelado em Engenharia civil – (SIGPROJ - Sistema de Informação e Gestão de Projetos). Locais visitados: Pedreira Massaguaçu S/A, Estação de Tratamento de água – SABESP Caraguatatuba, Estação de tratamento de esgoto SABESP Caraguatatuba, Pedreira Ideal – Usina de asfalto, obras do Hospital regional Caraguatatuba, Hidrel Elétrica e Hidráulica, DICICO materiais de construção e visitas técnicas de inspeção de manifestações patológicas em edificações.

- Tecnologia de materiais: empresas de impermeabilização, cimenteiras, concreteiras, de alvenarias alternativas, (dry wall, tijolo ecológico, etc.), energias alternativas, tem participado ao longo dos anos das atividades com palestras e pequenos cursos de capacitação.
- Ferramentas: empresa de locação de equipamentos e ferramentas voltadas à construção civil tem participado das semanas de tecnologias promovidas pelo Câmpus Caraguatatuba, podem ser citadas a Nikeypar, Bosch, Casa do Construtor, dentre outras.
- Capacitação: são oferecidos todos os anos, diversos eventos de capacitação como, por exemplo, Orçamento de Construção Civil, Desenho, Introdução ao AutoCAD, sketchup, REVIT, dentre outros. Além de palestras sobre segurança do trabalho, trabalho em altura, escolha e uso de aparelhos hidro sanitários, dentre outros.

Também são desenvolvidas palestras que buscam a formação do aluno enquanto cidadão, como Gerenciamento Costeiro e situação hídrica do Litoral Norte (promovida pelo CBHLN – Comitê de Bacias do Litoral Norte), Lei de Zoneamento e Plano Diretor, Acessibilidade, dentre outros.

Visitas Técnicas como práticas pedagógicas

Grande parte dos alunos cursantes de ambos os cursos não têm contato diário com a construção civil, ou tem, mas sob um prisma técnico diferente do abordado em sala de aula. Assim promovem-se regularmente visitas técnicas a lojas de materiais de construção, canteiros de obras, fábricas de cimento, pedreiras, concreteiras, usinas de asfalto, obras finalizadas e empresas públicas, de pequeno, médio e grande porte na região do litoral norte paulista.

As visitas técnicas são ferramentas cruciais para proporcionar ao aluno o seu primeiro contato com o setor produtivo que pretende inserir-se. Nesta perspectiva, esta prática pedagógica tem como foco o encontro do estudante com o universo profissional, gerando assim as primeiras expectativas em relação ao cenário profissional.

A formação competências em níveis médio e superior inevitavelmente passa pelo estabelecimento do elo teoria e prática, gerando um entendimento extremamente salutar no processo de ensino-aprendizagem. Assim os alunos podem ter uma visão ampla do processo de planejamento e execução apresentados em classe, inclusive com discussão de tecnologias alternativas nos processos construtivos in loco.

Eventos

Desde o início do curso técnico em Edificações e agora com o bacharelado em engenharia civil, busca-se conduzir os alunos a feiras nacionais e internacionais como a Feira Internacional da Construção Civil (FEICON), a CONCRETESHOW - específica para concreto, materiais, ferramentas, tecnologias e equipamentos voltados para a atividade e FEIRA DE CONSTRUÇÃO DE ATIBAIA (FECONATI), que promove tecnologias com propostas sustentáveis para a construção civil.

O Corpo Docente dos aludidos cursos do Câmpus Caraguatatuba procura, ao mesmo tempo que se atualiza em novos conhecimentos, levar aos nossos alunos a curiosidade de desenvolver novas tecnologias, de conhecer o que é a Construção Civil, a importância de projetos inteligentes, o estudo profundo dos orçamentos com a aplicação de novas tecnologias

com o propósito de que ao final dos cursos os egressos possam enfrentar o mercado de trabalho, formando além de profissionais, cidadãos comprometidos com o planeta, com o Brasil e com sua própria região, cientes de que a busca do conhecimento não termina ao final do curso.

Participações em eventos científicos, encontros de tecnologia e congressos:

Nos últimos anos, discentes dos aludidos cursos envolvidos em atividades de pesquisa e extensão apresentaram seus trabalhos em diversos eventos pelo estado, como no CONICT - Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP, na Mostra de Trabalhos de Cursos Técnicos COTUCA UNICAMP, e muitos outros, onde apresentaram seus trabalhos com propostas de uso racional da água, desenvolvimento de equipamentos para demonstrar pedagogicamente as estruturas de forma geral, tijolo de Solo Cimento e papel Kraft, aquecedor solar de baixo custo, dentre outros.

Escritório escola:

O Escritório Escola visa suprir duas necessidades basicamente: o cumprimento do estágio curricular do engenheirando e o atendimento gratuito de serviços básicos à comunidade onde está incluída a faculdade de Engenharia Civil, cumprindo assim uma das Missões do IFSP. Ele é composto de professores, que acompanham os alunos e a parte técnica, e de alunos que irão fazer estes serviços computando as horas de trabalho como estágio.

5.16 Cinedebate e atividades de educação científica e cultural

Em 2012, o projeto “Cineclube Científico Itinerante”, proposto pelo Prof. Dr. Ricardo Roberto Plaza Teixeira do IFSP-Caraguatatuba foi um dos projetos de pesquisa e inovação selecionados pelo Edital número 067 do IFSP. Este projeto de pesquisa que vigorou durante o ano de 2012, teve como objetivo principal divulgar a ciência em escolas públicas, sobretudo naquelas instituições de ensino localizadas nos municípios do litoral norte de São Paulo, por meio de atividades que envolvessem a projeção de vídeos e documentários de cunho científico e utilizando para isto um equipamento de projeção audiovisual que pudesse ser facilmente transportado para os locais onde tal trabalho foi realizado. Este projeto foi executado ao longo de todo o ano de 2012 e contou com verbas para a compra de

equipamentos e de livros que ao final do projeto foram destinados para o próprio IFSP de Caraguatatuba, no caso o seu Laboratório de Matemática e a sua Biblioteca. Ele envolveu também um bolsista de iniciação científica institucional (com recursos financiados pelo próprio IFSP) que foi selecionado e especialmente designado para esta tarefa. O bolsista de iniciação científica selecionado foi um aluno do curso de Licenciatura em Matemática do campus de Caraguatatuba do IFSP, o que provocou uma grande interação entre as atividades realizadas e os docentes e discentes deste curso. Este bolsista elaborou uma apresentação que foi denominada “Ciência, cinema e macacos” e que foi apresentada em 20 escolas públicas da região ao longo do ano de 2012 e também de 2013 – em decorrência dos desdobramentos positivos que este projeto teve ele acabou por ter uma continuidade após o final de 2012. As apresentações em escolas mais distantes do IFSP de Caraguatatuba foram viabilizadas também pela utilização de um dos veículos oficiais sediados no campus de Caraguatatuba do IFSP e eventualmente pela utilização de equipamentos audiovisuais do próprio IFSP, bem como pela utilização dos notebooks do orientador e do orientado e de equipamento de projeção (datashow), caixa de som e tela branca, disponibilizados pelas próprias escolas onde foram realizadas as atividades (quando foi necessário o IFSP também disponibilizou estes equipamentos que foram levados às escolas para viabilizar as apresentações). Esta apresentação em “powerpoint” envolveu a análise de algumas cenas de documentários científicos e de filmes de ficção científica – com ênfase nos diversos filmes da série “O planeta dos macacos” – de modo a discutir temas científicos como a Teoria da Relatividade e a Teoria da Evolução. O foco destas apresentações, pela complexidade dos temas abordados, foram os terceiros anos de ensino médio, mas em diversas ocasiões alunos mais jovens também compareceram às apresentações. O contato era feito por telefone ou por e-mail e o orientador e o bolsista se deslocavam para as escolas a convite da direção ou da coordenação de ensino médio delas de modo a realizar as apresentações, sobretudo para as turmas dos terceiros anos de ensino médio. Este trabalho foi apresentado como pôster durante a 65ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC que ocorreu em São Luis do Maranhão em julho de 2012. Uma versão modificada deste trabalho foi apresentada adicionalmente no Simpósio Nacional de Ensino de Física (XX SNEF) que ocorreu em janeiro de 2013 no Instituto de Física da USP na cidade de São Paulo. Finalmente ele aprimorado e apresentado no Encontro Nacional de Educação Matemática (XI ENEM) que ocorreu em julho de 2013 na PUC-PR na cidade de Curitiba (PR), com o título “O cinema como motivador da educação matemática e científica na sala de aula”. Nestes três congressos acadêmicos, o trabalho foi selecionado pela organização destes eventos e apresentado com a

presença do orientador e do orientado; estas participações ocorreram graças ao financiamento do IFSP (transporte, hospedagem, alimentação, inscrição).

Em 2013, na continuidade, o referido professor apresentou um projeto de educação científica para concorrer a verbas do edital 247 do IFSP para Ações de Extensão. Este projeto que foi selecionado e aprovado para vigorar em 2013, se intitulou “Divulgação da ciência para alunos de escolas públicas por meio de atividades experimentais” e os recursos conseguidos foram destinados à compra de equipamentos e ao financiamento de 5 bolsistas de extensão. Os 5 bolsistas foram alunos do curso de Licenciatura em Matemática do campus de Caraguatatuba do IFSP. Este projeto envolveu a visita de alunos de escolas públicas de Caraguatatuba e de Ubatuba às dependências do campus de Caraguatatuba do IFSP para participarem de atividades científicas experimentais realizadas pelos bolsistas de extensão. Duas destas visitas foram nas escolas estaduais Prof. Ângelo Barros de Araujo e Profa. Aurea Rachou.

Estas visitas contaram com um forte apoio de bolsistas do programa PIBID que são alunos do curso de Licenciatura em Matemática do campus de Caraguatatuba. Os efeitos positivos destas visitas foram imensos tanto para os alunos das escolas estaduais que conheceram o campus e aprenderem conteúdos relacionados às ciências e à matemática, quanto para os alunos do curso de Licenciatura em Matemática, que atuaram como professores em formação. Cada um dos bolsistas envolvidos neste projeto apresentou um trabalho acadêmico referente a uma experiência com a qual tenha se envolvido nestas apresentações, durante o III Seminário de Iniciação Científica do Litoral Norte de São Paulo que ocorreu no IFSP de Caraguatatuba no dia 24 de outubro de 2013.

Em 2014, como desdobramento do trabalho anterior, foi apresentada pelo mesmo professor uma nova proposta de projeto para atividade de extensão de acordo com o edital 40 de 07 de fevereiro de 2014, referente ao Programa Institucional de Apoio a Projetos de Extensão do IFSP. Este projeto de extensão intitulado “Educação ambiental e educação científica para alunos de escolas públicas do litoral norte de São Paulo” foi aprovado e selecionado pela reitoria do IFSP e foi executado ao longo do ano de 2014, após a seleção de quatro bolsistas extensionistas aos quais se juntaram mais dois outros bolsistas viabilizados por recursos do próprio campus de Caraguatatuba do IFSP, por meio do edital 19 de 2014 do Programa de Bolsas de Extensão do campus de Caraguatatuba do IFSP. A estes extensionistas, desde 2013, na implementação das atividades de extensão, se juntaram bolsistas de iniciação científica numa mesma equipe para a realização das ações de extensão propostas, todos eles sob a orientação do professor Ricardo Plaza. Em 2014, foram feitas

atividades de educação científica em diversas escolas públicas da região, bem como alunos de escolas públicas visitaram as instalações do IFSP-Caraguatatuba para participarem de atividades de educação científica.

Ao longo do segundo semestre de 2014, durante cerca de 10 semanas, esta equipe de orientados, juntamente com o orientador se reuniu periodicamente nas tardes das quartas-feiras no laboratório de física da Escola Estadual Dr. Eduardo Correa da Costa Junior, com o objetivo de estruturar e realizar as experiências científicas didáticas referentes a equipamentos que foram adquiridos pela secretaria estadual de educação para esta escola no começo do ano e que ainda estavam nas embalagens, sem terem sido montados e testados. O objetivo foi colaborar com a estruturação do laboratório didático desta escola e aprender junto com o processo.

No final do ano de 2014, os bolsistas de extensão apresentaram seus trabalhos em diversos congressos e eventos, mas particularmente durante o Seminário de Iniciação Científica do Litoral Norte (no IFSP-Caraguatatuba em 16/10/2014), no I Congresso de Extensão do IFSP no campus de Avaré do IFSP em 6 e 7 de novembro de 2014 e no V Encontro Nacional de Licenciaturas (ENALIC) em Natal (RN), entre 08 e 12 de dezembro de 2014. É importantíssimo também lembrar que projetos como estes podem em muito colaborar com a formação dos estudantes do IFSP-Caraguatatuba, sobretudo no seu amadurecimento intelectual e na produção de trabalhos acadêmicos apresentados em congressos científicos.

Finalmente em 2015, para dar sequência aos projetos dos anos anteriores, o professor Ricardo Plaza propôs dois novos projetos de extensão que foram aprovados e contaram com o apoio de recursos do IFSP. Em um primeiro momento, no início de 2015, o projeto de extensão intitulado “Educação científica por meio de atividades experimentais e audiovisuais para alunos de escolas públicas do litoral norte de São Paulo” foi aprovado e selecionado pelo edital 990 da PRX referente a propostas de projetos de extensão a serem executados com verbas destinadas pela reitoria do IFSP. Este projeto previu três bolsistas de extensão, bem como a compra de um telescópio refletor de 150 mm de diâmetro que foi realizada em pregão eletrônico realizado no final do mês de outubro de 2015 e que já faz parte do patrimônio da instituição. Este projeto de extensão de “Educação científica” organizou o 1º Minicurso de Astronomia de três dias com seis horas de duração e duas turmas (com um total de cerca de 170 alunos matriculados) no auditório do IFSP-Caraguatatuba, no final do mês de abril de 2015; o público foi preponderantemente de alunos de ensino médio de escolas públicas da região. Este minicurso com uma carga menor de apenas três horas foi repetido, na Escola Municipal Presidente Tancredo Neves no município de Ubatuba, no mês seguinte. Este

projeto de extensão foi responsável por elaborar sessões de observação do céu noturno com telescópios que ocorreram no pátio externo do IFSP-Caraguatatuba, sessões estas abertas à comunidade interna e externa ao IFSP. Além disso, este projeto de “Educação científica” organizou visitas a dez escolas públicas da região (duas em São Sebastião, duas em São José dos Campos e seis em Caraguatatuba), onde estruturou sessões de demonstrações de experimentos científicos (com materiais de baixo custo) e de discussões sobre as leis e os conceitos subjacentes a eles, no estilo de pequenas “feiras de ciências” ou “Shows da ciência” ou ainda “Circos da ciência”, cada escola em uma tarde definida previamente. Para colaborar com este projeto foi criado o site www.educacaocientifica.com.br onde se encontram diversos artigos descrevendo muitas das atividades que foram realizadas.

Adicionalmente, no ano de 2015, o projeto de extensão intitulado “Cine-Debate: História, Ciência e Cultura” que foi aprovado e selecionado pelo edital 07 do câmpus de Caraguatatuba do IFSP para ser executado, com a previsão de mais três bolsistas de extensão que foram selecionados para organizar as sessões de cinedebates. Para colaborar na organização deste projeto foi criado o site www.cinedebate.com.br. Foram realizados no auditório do IFSP-Caraguatatuba dez sessões de cinedebates ao longo de 2015, que sempre foram abertas e focaram prioritariamente no público da comunidade externa ao IFSP. O primeiro cinedebate ocorreu em maio de 2015 e teve como tema a saga “Guerra nas Estrelas”: durante uma semana no período vespertino foram exibidos e discutidos todos os seis filmes “Star Wars”. Os nove cinedebates seguintes tiveram uma estrutura diferente e ocorreram com periodicidade quinzenal, aproximadamente; cada um envolveu a exibição de dois filmes que dialogavam entre si, um no final da tarde (com início às 16h) e outro no início da noite (geralmente com início às 19h). Estes cinedebates abordaram os mais diferentes assuntos; seus temas (e os filmes exibidos) foram: “Livros de Dan Brown” (“O código da Vinci” e “Anjos e Demônios”); “Buracos de minhoca” (“Contato” e “Interestelar”); “Ernesto Che Guevara” (“Diários de motocicleta” e “Che, o argentino – parte 1”); “Guerra do Vietnã” (“Nascido para matar” e “Apocalypse Now”); “Renato e Raul” (“Somos tão jovens” e “Raul: o início, o fim e o meio”); “Meninas e direitos humanos” (“O sonho de Wadjda” e “Geração roubada”); “Inteligência artificial” (“Ela” e “Blade Runner – O caçador de androides”); “Holocausto e Nazismo” (“A chave de Sarah” e “Amém”); “Jornada nas estrelas” (“Star Trek IV – De volta para casa” e “Star Trek XII – Além da escuridão”). Além disso, o projeto organizou sessões de cinedebate em espaços de escolas estaduais da região. Na Escola Estadual Avelino Ferreira foram realizados dois cinedebates em datas diferentes: um deles sobre o jogo de xadrez com a exibição do filme “Viva a rainha” e outro com a exibição do

filme “Prometheus” que discutiu temas de ficção científica associados à origem da vida na Terra e às origens da espécie humana. Na Escola Estadual Ismael Iglesias foi feito um cinedebate com a exibição e discussão do filme “Elysium” que discutiu o futuro da humanidade na Terra do ponto de vista do acesso universal a serviços públicos de saúde de qualidade por parte de todos. Na Escola estadual Professora Áurea Rachou foi feito um cinedebate com a exibição e discussão de dois filmes de ficção científica nos períodos da tarde e da noite: “Oblivion” e “Viagem à Lua de Júpiter”. Finalmente, na Escola Estadual Alcides de Castro Galvão foi feito um cinedebate em torno do filme “Sociedade dos Poetas Mortos” que teve como tema o mote do filme: “carpe diem”.

No final de 2015, tendo em vista o edital 593 da Pró-Reitoria de Extensão para ações de extensão a serem executadas durante 2016, o professor que coordenou estes projetos nos anos precedentes, apresentou um programa de extensão (que é mais amplo que um projeto de extensão) solicitando dez bolsistas de extensão e juntando as duas vertentes dos projetos de extensão anteriores (Cinedebate e Educação Científica) em um só grande programa intitulado “Cinedebate e atividades de educação científica e cultural”. No início de fevereiro de 2016, este programa de extensão foi o único programa aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão (PRX) e selecionado pelo IFSP para ser executado ao longo do ano. Este programa contou com a participação de 10 bolsistas de extensão que trabalharam nas atividades realizadas. Estes bolsistas pertenceram a diferentes cursos de graduação (licenciatura em matemática, tecnologia em processos gerenciais e tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas) e técnicos do IFSP-Caraguatatuba (técnico em edificações e técnico em informática). Este programa de extensão foi a junção dos dois projetos de extensão que foram implementados em 2015 e tinham basicamente as duas seguintes vertentes: a realização de sessões de cinedebates e a realização de atividades educacionais científicas por meio de apresentações de cunho audiovisual e de demonstrações de experimentos científicos. Com as verbas deste programa de extensão foram adquiridos materiais permanentes (um binóculo e um telescópio para observações do céu noturno) e materiais de consumo de modo a viabilizar a realização das atividades planejadas.

Foram realizadas inúmeras sessões de cinedebates em 2016 (a esmagadora maioria no auditório do próprio IFSP-Caraguatatuba); para todas elas ocorreu um convite prévio para a comunidade interna e externa ao IFSP por meio de um informativo no site do IFSP-Caraguatatuba e após todas elas, foi publicado neste site um texto sobre os conteúdos das atividades realizadas. Basicamente, 27 obras cinematográficas foram apresentadas em 17

sessões de cinedebate realizadas (algumas com apenas um filme, outras com dois filmes e outras ainda com três filmes).

Os bolsistas deste programa de extensão “Cinedebate e atividades de educação científica e cultural” realizaram em 2016 o 2º Minicurso de Astronomia aberto para toda a comunidade interna e externa do IFSP-Caraguatatuba e que ocorreu no auditório da instituição, com duração de 6 horas (duas horas por tarde e três tardes seguidas de abril de 2016), com um total de 87 inscritos.

O programa “Cinedebate e atividades de educação científica e cultural” em 2016 realizou diversas atividades de educação científica e cultural que envolveram estudantes de 12 escolas do litoral norte paulista, bem como grupos de escoteiros, adolescentes do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), detentos de um Centro de Detenção Provisória, idosos da Universidade Aberta para Terceira Idade, alunos do Cursinho Popular implementado no IFSP-Caraguatatuba e interessados em geral da comunidade interna e externa ao IFSP-Caraguatatuba:

Os bolsistas envolvidos nas atividades de extensão participaram de diversas atividades de capacitação (congressos e cursos) em 2016, inclusive assistindo defesas em bancas de mestrado e doutorado; basicamente os resultados das atividades extensionistas realizadas em 2016 foram apresentados nos três congressos do IFSP realizados no ano de 2016 (CEMAC, CONEPT e CONICT).

Muitas das atividades de pesquisa e extensão descritas e propostas procuraram levar em consideração a história da ciência e as ações realizadas acabaram por colaborar na ida ao exterior de alunos do IFSP de Caraguatatuba pelo programa “Ciência sem fronteiras” do governo federal. Dois alunos envolvidos nas ações implementadas por este programa de extensão, do curso de licenciatura em matemática do IFSP-Caraguatatuba, foram selecionados pelo programa Ciência sem Fronteiras para estudarem em Montreal, no Canadá, e em Shangai, na China; eles viajaram em junho e em agosto de 2014 respectivamente. Um terceiro aluno da licenciatura em matemática que foi estudar nos Estados Unidos pelo “Ciência sem Fronteiras”, na volta, em 2015 acabou por se integrar às atividades deste programa de extensão.

É importante ressaltar também que devido aos impactos positivos dos trabalhos realizados em 2016 no âmbito do programa de extensão “Cinedebate e atividades de educação científica e cultural”, o coordenador deste programa de extensão foi convidado para compor a mesa-redonda “Educação, mídia e cultura” que ocorreu em 09/11/2016 durante o III CEMAC (III Congresso de Extensão e III Mostra de Arte e Cultura do IFSP) que ocorreu no IFSP-

Sertãozinho e que foi organizado pela PRX, para expor e debater justamente os resultados das sessões de cinedebate realizadas.

Em 2017 o mesmo programa de extensão “Cinedebate e atividades de educação científica e cultural” foi reapresentado para concorrer ao edital 823 da PRX, e foi aprovado em primeiro lugar, com a nota máxima de avaliação 100. Desta vez foram selecionados 8 bolsistas de extensão (todos eles dos cursos de Licenciatura em Física e em Matemática) que entre abril e novembro de 2017 realizaram uma gama ampla de variedades de atividades de extensão dentro do escopo do programa. Em 2017 foram realizados no total 45 cinedebates no auditório do IFSP-Caraguatatuba ou no auditório da Escola Estadual Colônia dos Pescadores, neste caso em ações de parceria com o “Cursinho Popular do IFSP-Caraguatatuba”, programa desenvolvido com recursos da PRX e que aconteceu nesta instituição parceira. Alguns dos cinedebates que ocorreram no IFSP-Caraguatatuba foram oriundos da parceria com o projeto de extensão Touba, outro projeto financiado com recursos do edital 823 da PRX, com o objetivo de trabalhar com as questões de cidadania de imigrantes africanos (sobretudo senegaleses) que vivem no litoral norte paulista. Todos estes 45 cinedebates foram descritos em textos informativos publicados no site do IFSP-Caraguatatuba. Além disso, ocorreram três mostras de curtas e vídeos sobre temas variados; uma delas ocorreu no auditório da Escola Municipal Presidente Tancredo de Almeida Neves, no município de Ubatuba.

Nos dias 08, 09 e 10 de maio de 2017, foi realizado o 3º Minicurso de Astronomia no auditório do IFSP-Caraguatatuba, com cerca de 100 inscritos de toda a comunidade e carga horária total de 6 horas (duas horas diárias). Por sua vez, no dia 21/08/2017 foi feita uma atividade aberta no período vespertino no pátio do IFSP-Caraguatatuba (em frente à lanchonete) de modo a acompanhar e discutir a respeito do eclipse solar que estava ocorrendo naqueles mesmos momentos nos Estados Unidos, inclusive com a exibição de cenas do eclipse em um grande telão. Em 2017, foram também visitadas 15 escolas e instituições de ensino da região onde foram realizadas palestras de divulgação científica e demonstrações de experimentos de educação científica (Faculdade de São Sebastião – FASS, Centro Universitário Módulo, Escola Estadual Alcides de Castro Galvão no evento “Noite com as estrelas”, Escola Estadual Professora Aurea Moreira Rachou, Escola Estadual Benedita Pinto Ferreira, Escola Estadual Ismael Iglesias, Escola Estadual Doutor Eduardo Correa da Costa Júnior, Escola Estadual Comendador Mário Trombini, Escola Estadual Antônio Alves Bernardino, Escola Estadual Professora Maria José da Penha Frúgoli, Escola Estadual Professora Maria Ester das Neves Dutra Damasio, Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Profa. Maria Aparecida de Carvalho - CIDE Tinga, Escola Municipal de Ensino

Fundamental (EMEF) Prof. Luiz Silvar do Prado - CIDE Casa Branca, Escola Municipal de Ensino Fundamental Euclides Ferreira - CIDE Perequê-Mirim, Escola Municipal de Ensino Fundamental Doutor Carlos de Almeida Rodrigues).

Em 2017, alunos de três instituições (Escola Estadual Benedita Pinto Ferreira, Escola Municipal Professora Doutora Ruth Correia Leite Cardoso, CRAS - Centro de Referência de Assistência Social de Boiçucanga / NAAS - Núcleo de Atendimento de Assistência Social de Maresias) foram recebidos no próprio IFSP-Caraguatatuba para participarem de atividades de educação e divulgação científica.

Em julho de 2017 foi realizado no escopo deste programa de extensão o Minicurso de Inverno de Astrofísica e as 5 aulas ministradas pelo Prof. Dr. Iuda Goldman vel Lejbman, professor titular do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, foram filmadas e estão disponíveis no canal do youtube da instituição. Um trecho mais curto de 14 minutos de uma destas aulas sobre a História da Ciência no Brasil foi editado e disponibilizado no youtube sob o título “Minha História sobre a Ciência Brasileira - Câmara de Wilson”.

Os bolsistas participaram de inúmeras atividades acadêmicas durante o ano de 2017, tais como a palestra do astrônomo Augusto Damineli no Teatro Mario Covas, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT)/1ª Jornada da Licenciatura em Física do IFSP-Caraguatatuba, Seminário de Iniciação Científica do Litoral Norte (SICLN), visita aos laboratórios do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, palestra da Profa. Dra. Renata Plaza Teixeira sobre o tema da “Violência contra a Mulher”, 1ª Jornada do IFSP no IFSP-Cubatão, Arduino Day na cidade de São Paulo, curso sobre Arduino na cidade de Paraty, XII Encontro do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciência (EPIEC) no Instituto de Química da USP na cidade de São Paulo, homenagem ao Prof. Dr. Ernst Hamburger no Instituto de Física da USP na cidade de São Paulo, Encontro de Física do ITA (EFITA) em São José dos Campos, 69ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) na UFMG em Belo Horizonte e XXII Simpósio Nacional de Ensino de Física (SNEF) na USP de São Carlos. Em novembro de 2017, toda a equipe de bolsistas pode participar e apresentar diversos trabalhos acadêmicos na 1ª Jornada do IFSP que ocorreu no IFSP-Cubatão e reuniu simultaneamente os três grandes eventos de ensino, pesquisa e extensão: CONEPT, CONICT e CONEMAC.

Em 2018, o programa de extensão “Cinedebate e atividades de educação científica e cultural” foi novamente aprovado pela PRX do IFSP (pelo edital 901) e implementado no IFSP-Caraguatatuba, com a participação de 8 bolsistas de extensão. Resumidamente, durante o ano de 2018, até o dia 31 de agosto, foram realizados 32 cinedebates no auditório do IFSP-

Caraguatatuba. Além disso, no pátio do IFSP-Caraguatatuba, nos horários dos intervalos dos períodos vespertino e noturno foram realizados dois “flashmobs” com a exibição de curtas contra a homofobia e sobre os cortes de recursos para educação, ciência e cultura. Além disso os bolsistas realizaram palestras de divulgação científica em 3 escolas públicas da região e alunos de outras 3 instituições de ensino de Caraguatatuba visitaram as instalações do IFSP, onde foram recebidos pelos extensionistas deste programa que realizaram atividades de divulgação científica para eles. Em 7 e 8 de maio de 2018, ocorreu o 4º Minicurso de Astronomia do IFSP-Caraguatatuba, para o qual ocorreram mais de 100 inscrições: as duas aulas foram filmadas e estão disponíveis para serem assistidas no canal do youtube deste programa de extensão. Foi realizada uma mesa-redonda de homenagem ao legado do físico Stephen Hawking, após a sua morte, e uma sessão de observação do eclipse lunar que ocorreu em 27/07/2018. Duas ex-bolsistas que continuam apoiando as ações deste programa de extensão participaram do CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária em Natal (RN) em junho de 2018, com a apresentação de dois trabalhos realizados no âmbito deste programa de extensão, intitulados: “Atividades de Extensão sobre popularização da ciência por meio da apresentação de experimentos científicos” e “Experimentos Científicos e Jogos Matemáticos em Atividades de Extensão e Educação Científica”. Um outro ex-bolsista de extensão que continua fazendo parte da equipe, na condição de bolsista de iniciação científica, participou, em julho de 2018, do Curso de Introdução à Astronomia e Astrofísica (CIAA-2018), que ocorreu no INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em São José dos Campos (SP), com o objetivo de colher subsídios para aperfeiçoar as ações de divulgação científica relacionadas à astronomia e astrofísica deste programa de extensão.

Desde 2017, com o início do funcionamento do curso de Licenciatura em Física do IFSP-Caraguatatuba, no período noturno, as atividades deste programa de extensão procuraram se relacionar de modo mais intenso com o universo de interesses dos estudantes deste curso de licenciatura, inclusive com vários extensionistas sendo licenciandos em física. Esta relação pretende ser intensificada com a criação do PIBID da Licenciatura em Física do IFSP-Caraguatatuba, a partir de agosto de 2018, em parceria com duas escolas estaduais de Caraguatatuba.

Uma das parcerias efetivadas nos últimos anos (desde 2015) é com Escola Estadual Alcides de Castro Galvão, por meio da Profª. Ma. Sibeles Schimidtt que uma vez por ano organiza o evento “Noite com as estrelas”, sempre com a participação de bolsistas deste programa: neste evento, 40 alunos passam a noite e a madrugada até o amanhecer na Escola Alcides participando de atividades educacionais relacionadas à astronomia e

realizando observações do céu noturno. Os bolsistas deste programa têm ministrado palestras sobre temas afins durante estes eventos.

Os resultados destes projetos de extensão foram sistematizados na forma de trabalhos acadêmicos que foram selecionados, aprovados e apresentados em 2014 no I CEMAC (Congresso de Extensão e Mostra de Arte e Cultura) no IFSP-Avaré, em 2015 no II CEMAC no IFSP-Catanduva, em 2016 no III CEMAC no IFSP-Sertãozinho e em 2017 no CONEMAC-2017 (Congresso de Extensão e Mostra de Arte e Cultura do IFSP) no IFSP-Cubatão.

Além disso, diversos bolsistas desta equipe apresentaram os resultados de seus projetos de extensão, ensino e pesquisa em outros congressos e eventos acadêmicos: Seminário de Iniciação Científica do Litoral Norte – SICLN, Innovation Day, Jornada de História da Ciência e Ensino (JHCE), Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (FMEPT), Encontro de Física do ITA (EFITA), Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP (CONICT), Congresso de Educação Profissional e Tecnológica do IFSP (CONEPT), Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), Encontro Nacional de Licenciaturas (ENALIC), Encontro do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciência (EPIEC), Simpósio Nacional de Ensino de Física (SNEF). Uma outra decorrência acadêmica de todo este trabalho são os inúmeros colóquios acadêmicos que estão sendo organizados periodicamente pelo coordenador deste programa de extensão desde 2012 no campus de Caraguatatuba do IFSP.

A realização dos cinedebates no auditório do IFSP-Caraguatatuba implicou numa institucionalização destas ações no rol de atividades realizadas sistematicamente neste câmpus do Instituto Federal de São Paulo, o que significou um reconhecimento da sua importância, inclusive por meio de um espaço específico para publicidade dos cinedebates que estão para acontecer no site da instituição (<<https://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/cinedebate>>).

Os trabalhos desenvolvidos pelo programa de extensão “Cinedebate e atividades de educação científica e cultural” são explicados em mais detalhes em dois artigos publicados no número 1 da “Compartilhar” que é a Revista de Extensão do IFSP-Caraguatatuba (intitulados “Cine-Debate: História, Ciência e Cultura” e “Educação científica por meio de atividades experimentais e audiovisuais para alunos de escolas públicas do litoral norte de São Paulo em 2015”), em um artigo publicado no número 2 da revista “Compartilhar” (intitulado “A importância da utilização de experimentos numa perspectiva CTSA nas aulas de ciências naturais”) e em dois artigos aceitos para serem publicados no número 3 da revista

“Compartilhar” (intitulados “Ampliando horizontes e enfrentando preconceitos por meio de cinedebates” e “Uso de experimentos de baixo custo em atividades de extensão de divulgação científica”).

O programa de extensão “Cinedebate e atividades de educação científica e cultural” foi o tema de uma longa entrevista realizada com o seu coordenador e levada ao ar pela Rádio Antena 8 em 27/09/2017. A equipe de bolsistas mantém uma página no “Facebook” intitulada “Cine Debate e Ciência IFSP Caraguatatuba” em que são informadas as atividades que são realizadas no âmbito deste programa de extensão (<<https://www.facebook.com/cinedebateifsp/>>); mantém ainda um canal do “Youtube” intitulado “Educação Científica IFSP-Caraguatatuba”, com vídeos produzidos ou legendados no âmbito deste programa de extensão (<https://www.youtube.com/channel/UCZ1AurjXPjOhiq_9WGg0zXQ>), e uma conta no “Instagram” intitulada “Cinedebate e Ciência IFSP” (<<https://www.instagram.com/cinedebatec/>>). Este programa de extensão também mantém dois sites criados para divulgar as atividades realizadas: <www.cinedebate.com.br> e <www.educacaocientifica.com.br>.

Finalmente, um programa como este pode colaborar para uma melhor interlocução do IFSP-Caraguatatuba com a comunidade da região. Muitas das ações de extensão, ensino e pesquisa realizadas tiveram repercussão na mídia local. Particularmente diversas reportagens a este respeito foram publicadas nos jornais “Noroeste News”, “Expressão Caiçara” e “A Folha do Litoral”, na página de notícias da prefeitura de Caraguatatuba (<<https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/>>) e em diversos sites de divulgação de notícias, tais como <<http://falacaragua.com.br/>>, <<http://radarlitoral.com.br/>>, <<https://caraguablog.blogspot.com.br/>>, <<http://www.novaimprensa.com/>> e <<http://www.tamiosnews.com.br/>>, que são veículos de informação relevantes no litoral norte paulista. A divulgação das ações deste programa de extensão realizada no âmbito do próprio site do IFSP-Caraguatatuba (<<https://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/>>) também colabora bastante para atingir toda a comunidade que vive no litoral norte paulista.

Capítulo 6 – Diagnóstico, Metas e Ações

6.1 - Dimensão: Ensino		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
Os alunos (sobretudo dos cursos técnicos e da modalidade EaD) apontaram que se sentem excluídos, pois suas impressões e demandas não são ouvidas.	<p>Ação 1 - Para que haja uma melhoria nesses processos, os alunos colocam a necessidade de maior transparência da gestão administrativa.</p> <p>Ação 2 - Implementar assembleias que tenham por objetivo viabilizar e ampliar a participação de todos os estudantes, sobretudo no que diz respeito ao processo de tomada de decisões enquanto um mecanismo de gestão democrática.</p>	<p>Responsáveis: Direção Geral, Diretoria Adjunta Educacional, Diretoria Adjunta Administrativa.</p> <p>Prazo: Ação contínua, uma vez que envolve a participação de toda a comunidade nos processos decisórios do câmpus.</p>
Necessidade de diversificação das atividades educativas, métodos avaliativos mais flexíveis, maior incentivo à participação dos alunos nas aulas. Maior relação teórico-prática. Necessidade de que haja, durante as aulas, maior	Ação 1 - Promover e incentivar ações que visam a formação continuada dos professores com o intuito de ampliar as possibilidades didáticas e avaliativas em sala de aula com vistas à melhoria dos processos de	<p>Responsáveis: Comissão de formação continuada, Diretoria Adjunta Educacional, Coordenadoria Sociopedagógica, Reitoria</p> <p>Prazo: Ação contínua, uma vez que envolve a formação permanente dos profissionais</p>

<p>número de exemplificações, exercícios entre outras práticas que auxiliem o aluno no entendimento teórico.</p>	<p>ensino e aprendizagem. Ação 2 - Incentivar os servidores a participarem dos processos de qualificação e capacitação.</p>	<p>da educação.</p>
<p>Promoção de debates com temas atuais bem como a necessidade de construção coletiva de regras de convivência entre alunos e professores.</p>	<p>Ação 1 - Fomentar e incentivar a participação de toda a comunidade em projetos que tenham por objetivo a discussão de questões atuais como o Cine-Debate, a Semana Cultural e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Ação 2 - Implementar na política de formação continuada dos profissionais da educação o debate e a construção de práticas pedagógicas que tenham como cerne a inserção de temas de relevância social, política e econômica na sala de aula, de forma a incentivar a formação crítica dos estudantes com vistas à cidadania. Ação 3 - Implementar assembleias que tenham por objetivo viabilizar e ampliar a participação de toda a comunidade, sobretudo no que diz respeito ao processo de tomada de decisões e construção coletiva de regras de convivência, enquanto um mecanismo de gestão democrática.</p>	<p>Responsáveis: Toda a comunidade do IFSP. Prazo: Ação contínua.</p>
<p>Os alunos colocaram que gostariam de ser consultados quanto à metodologia utilizada e que gostariam de ter seu ritmo de aprendizagem respeitado pelos professores, práticas essas não recorrentes em sala de aula.</p>	<p>Ação 1 - Promoção, por meio de uma política de formação continuada dos docentes, do debate acerca da práxis pedagógica e construção de práticas pedagógicas que tenham como pressuposto o respeito à diversidade em sala de aula. Ação 2 - Incentivar os</p>	<p>Responsáveis: Comissão de formação continuada, Diretoria Adjunta Educacional, Professores. Prazo: Ação contínua.</p>

	professores a buscarem novas metodologias que tenham por objetivo a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem como aulas expositivo-dialogadas, seminários, debates, estudos dirigidos, resolução de exercícios e pesquisas.	
Necessidade de melhor implementação da recuperação paralela. Muitos alunos apontam a defasagem de conteúdos enfrentada ao ingressar nos cursos do IFSP. Necessidade de implementação da recuperação paralela desde o início do curso. Os alunos apontam que essa prática não ocorre de forma contínua, mas que trata pontualmente dos conteúdos sobretudo em época de avaliação.	Ação 1 - Incentivar a política de formação continuada enquanto um meio que leve o professor a refletir sobre a sua prática buscando implementá-la para melhoria do processo de ensino. Ação 2 - Implantar no IFSP um programa de nivelamento de ensino em horário diversificado e à distância com o intuito de promover o acesso dos alunos à instrumentos e metodologias que possam melhorar a aprendizagem de conteúdos que sejam pré-requisito aos conhecimentos necessários aos cursos.	Responsáveis: Comissão de formação continuada, Diretoria Adjunta Educacional, Professores. Prazo: Ação contínua.
Os alunos apontam a necessidade de melhorar a formação para a cidadania.	Ação 1 - Promover palestras e eventos que tenham por objetivo a discussão de temas atuais, ampliando a formação dos estudantes para além dos conhecimentos técnicos e acadêmicos necessários aos exercício profissional. Ação 2 - Fomentar a participação de toda a comunidade nos processos que envolvem a tomada de decisões no câmpus com vistas à promoção de uma gestão democrática.	Responsáveis: Toda a comunidade Prazo: Ação contínua.
Os alunos apontam a necessidade de melhoria da sua formação em direitos humanos, o que pode ser promovido por meio de	Ação 1 - A formação de professores e técnicos administrativos nesse tema também é visto pelos alunos como uma ferramenta na	Responsáveis: Toda a comunidade Prazo: Ação contínua.

<p>palestras e discussões sobre a temática com toda a comunidade escolar.</p>	<p>promoção de ações educativas visando a formação em direitos humanos.</p>	
<p>No que concerne às relações étnico-raciais, os alunos colocam a necessidade de atividades formativas na temática, tanto em sala de aula quanto em momentos de discussão com toda a comunidade. Necessidade de criação de campanhas educativas para o combate ao preconceito e promoção de ações afirmativas em todo o câmpus.</p>	<p>Ação 1 - Promover o debate de temas de relevância política, econômica e social, sob a perspectiva do respeito à diversidade. Essas ações, no que diz respeito às relações étnico-raciais devem levar em consideração a necessidade de construção de representações positivas sobre a história e cultura negra, bem como sobre as contribuições dos povos africanos na construção da identidade, cultura, economia brasileira, dentre tantos aspectos a se considerar. Tal ação poderia ser viabilizada por intermédio da promoção de eventos, palestras e formações que auxiliem toda a comunidade na construção de práticas que visem a valorização da diversidade cultural no câmpus.</p>	<p>Responsáveis: Diretoria Adjunta Educacional, Professores. Prazo: Ação contínua.</p>
<p>Com relação à educação ambiental promovida no câmpus, os alunos colocam a necessidade de uma maior participação em eventos e campanhas sobre a temática. Além disso, apontam a necessidade de melhor divulgação nas atividades que já estão em andamento, uma vez que essas não são conhecidas dentro e fora da instituição.</p>	<p>Ação 1 - Promover palestras sobre educação ambiental; Ação 2 - Elaborar de forma conjunta materiais educativos sobre o tema; Ação 3 - Fomentar a participação da comunidade externa nas atividades propostas pode auxiliar a melhoria da educação ambiental no câmpus.</p>	<p>Responsáveis: Diretoria Adjunta Educacional, Coordenação de Extensão Professores. Prazo: Ação contínua.</p>
<p>Necessidade de maior articulação dos cursos com o mercado de trabalho. Importância dos professores em ressaltar as possibilidades de carreira dentro das áreas.</p>	<p>Ação 1 - Revisar continuamente o perfil profissional do egresso, bem como os projetos pedagógicos de curso a fim de articular a formação</p>	<p>Responsáveis: Diretoria Adjunta Educacional, Coordenação de Extensão Professores. Prazo: Ação contínua.</p>

	<p>acadêmica às necessidades do mundo do trabalho, com foco em uma formação que possa proporcionar capacitação para inovação e empreendedorismo dentro das necessidades atuais.</p> <p>Ação 2 - Promoção e participação em eventos sobre o mundo do trabalho com profissionais gabaritados em diferentes áreas do conhecimento.</p>	
--	---	--

6.2 - Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
<p>Maior incentivo à pesquisa.</p>	<p>Ação 1 - Incentivar a participação de alunos e professores nos editais de fomento à pesquisa internos e externos ao IFSP.</p> <p>Ação 2 - Ampliar, com base na disponibilidade orçamentária, os recursos destinados ao pagamento de bolsas de iniciação científica institucionais, bem como os recursos direcionados à compra de equipamentos e insumos para o desenvolvimento de pesquisas.</p>	<p>Responsáveis: Direção Geral, Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, Diretoria Adjunta Administrativa, Reitoria.</p> <p>Prazo: Ação contínua.</p>
<p>Melhoria da distribuição dos recursos destinados à pesquisa e extensão dentro das áreas, pois ficam concentrados nas mãos de poucos professores.</p>	<p>Ação 1 - Fomentar a participação de toda a comunidade nos projetos de pesquisa e extensão que tenham envolvimento de recursos financeiros.</p> <p>Ação 2 - Pleitear junto à Reitoria e órgãos de fomento externo a ampliação dos recursos destinados à pesquisa e extensão no Câmpus.</p>	<p>Responsáveis: Direção Geral, Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, Coordenadoria de Extensão, Diretoria Adjunta Administrativa, Reitoria.</p> <p>Prazo: Ação contínua.</p>

<u>6.3 - Dimensão: Extensão</u>		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
Os alunos apontam a necessidade de melhorar a formação para a cidadania.	Ação 1 - Promover palestras e eventos que tenham por objetivo a discussão de temas atuais, ampliando a formação dos estudantes para além dos conhecimentos técnicos e acadêmicos necessários aos exercício profissional.	Responsáveis: Coordenadoria Extensão, Diretoria Adjunta Educacional Prazo: Ação contínua.
Necessidade de maior articulação dos cursos com o mercado de trabalho.	Ação - Promover ações que tenham por objetivo ampliar a articulação dos cursos com o mundo do trabalho, de modo a fornecer os subsídios necessários para que os alunos adquiram conhecimentos sobre as possibilidades de atuação na área de formação, empreendedorismo, cooperativismo, dentre outros. Tais ações seriam possíveis por meio de feiras de profissões, palestras com profissionais das áreas de formação dos alunos, workshops, visitas técnicas, dentre outros.	Responsáveis: Coordenadoria de Extensão, Diretoria Adjunta Educacional Prazo: Ação contínua
Promoção de debates com temas atuais bem como a necessidade de construção coletiva de regras de convivência entre alunos e professores.	Ação 1 - Fomentar e incentivar a participação de toda a comunidade em projetos que tenham por objetivo a discussão de questões atuais como o Cine-Debate, a Semana Cultural e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.	Responsáveis: Toda a comunidade do IFSP. Prazo: Ação contínua.
Necessidade de maior divulgação das atividades de extensão	Ação 1 - A comunidade externa poderia ser consultada sobre as temáticas a serem desenvolvidas.	Responsáveis: Direção Geral, Coordenadoria de

em andamento.	Ação 2 - O acesso da comunidade externa aos diversos espaços do câmpus deve ser incentivada.	Extensão. Prazo: Ação contínua.
Os estágios devem ser expandidos e melhor valorizados, sobretudo nos cursos técnicos.	<p>Ação 1 - Dar amplitude ao acompanhamento das atividades de estágio com o intuito de verificar a natureza das atividades desenvolvidas, sobretudo a fim de verificar a adequação dessas atividades aos propósitos formativos dos cursos do IFSP.</p> <p>Ação 2 - Ampliar as parcerias entre órgãos públicos, empresas e IFSP a fim de viabilizar e fomentar a formação dos alunos em ambientes profissionais.</p> <p>Ação 3 - Promoção e participação em eventos sobre o mundo do trabalho com profissionais gabaritados em diferentes áreas do conhecimento.</p>	<p>Responsáveis: Direção Geral, Coordenadoria de Extensão, Professores orientadores de estágio,</p> <p>Prazo: Segundo semestre de 2019.</p>

6.4 - Dimensão: Administrativa		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
Pouco reconhecimento do câmpus pela população.	Para auxiliar no processo de divulgação, os alunos apontam a necessidade de desenvolver projetos que englobem todo o câmpus e a comunidade externa como cursos oferecidos pelo IFSP em parceria com empresas, setores públicos e associações, palestras com calendário regular, entre outros.	Responsáveis: Toda comunidade do IFSP. Prazo: Ação contínua.
Necessidade de melhorias na comunicação dos setores administrativos com a comunidade interna e externa.	Ação 1 - Criar mecanismos que facilitem a comunicação entre os setores como, por exemplo, implantação e manutenção de sistema acadêmico integrado. Ação 2 - Diz respeito à atualização do site institucional enquanto importante instrumento de divulgação e comunicação com as comunidades interna e externa	Responsáveis: CTI, Comunicação Social, Reitoria. Prazo: Ação contínua.
Necessidade de maior acesso às informações administrativas.	Ação 1 - Fomentar a divulgação das informações referentes às rotinas administrativas do câmpus, por meio de um sistema acadêmico e administrativo que funcione de maneira integrada.	Responsáveis: CTI, Diretoria Adjunta Administrativa, Reitoria. Prazo: Até o término do segundo semestre de 2019.
Os alunos apontam a necessidade de melhorar a formação para a cidadania.	Ação 1 - Fomentar a participação de toda a comunidade nos processos que envolvem a tomada de decisões no câmpus com vistas à promoção de uma gestão democrática.	Responsáveis: Toda a comunidade Prazo: Ação contínua.

<p>Promoção de debates com temas atuais bem como a necessidade de construção coletiva de regras de convivência entre alunos e professores.</p>	<p>Ação 1 - Implementar na política de formação continuada dos profissionais da educação o debate e a construção de práticas pedagógicas que tenham como cerne a inserção de temas de relevância social, política e econômica na sala de aula, de forma a incentivar a formação crítica dos estudantes com vistas à cidadania.</p> <p>Ação 2 - Implementar assembleias que tenham por objetivo viabilizar e ampliar a participação de toda a comunidade, sobretudo no que diz respeito ao processo de tomada de decisões e construção coletiva de regras de convivência, enquanto um mecanismo de gestão democrática.</p>	<p>Responsáveis: Direção Geral, Diretoria Adjunta Educacional, Diretoria Adjunta Administrativa. Prazo: Ação contínua.</p>
<p>No que diz respeito à inclusão social, evidenciam a necessidade de melhorias estruturais no campus, sobretudo para promoção de acessibilidade nos diversos espaços da instituição.</p>	<p>Ação 1 - Promover melhorias estruturais no câmpus visando a adequação na acessibilidade.</p>	<p>Responsáveis: Comissão de Infraestrutura, Direção Geral, Diretoria Adjunta Administrativa. Prazo: Segundo semestre de 2019.</p>

Referências:

ARROYO, M. G. **Ciclos de Desenvolvimento Humano e Formação de Educadores**. Educação e Sociedade, Campinas, n. 68, p. 143-162, 1999.

BOLZAN, D. P. V. **Formação de professores: compartilhando e reconstruindo conhecimentos**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

BOTOMÉ, Paulo Silvio. **Pesquisa alienada e ensino alienante o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis/RJ: Vozes, EDUCS, EDUFSCAR, 1996.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF. 1996.

BRASIL. LEI n. 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/cCIVIL_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em 19 set 2018.

BRASIL. Lei 10.639/2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília. Ministério da Educação. 2003.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF. 2007.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília. Ministério da Educação. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica: Concepções e diretrizes.** Brasília, 2010.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CABRAL NETO, A.; ALMEIDA, M. D. Educação e gestão descentralizada: conselho diretor, caixa escolar, projeto político-pedagógico. **Em Aberto**, Brasília, v.17, n.72, p.35-46, fev./jun. 2000.

CAMPOS, Jurandyr Ferraz de. **Santo Antônio de Caraguatatuba: memória e tradições de um povo.** Caraguatatuba: FUNDACC, 2000.

CASTANHO, Sérgio. **Ensino com pesquisa na graduação.** In: _ VEIGA, Ilma Passos Alencastro; NAVES, Marisa Lomônaco de Paula (orgs). Currículo e avaliação da educação superior. Araraquara: Junqueira e Marin, 2005. p. 79-96.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.** In. FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Orgs.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

COLL, C; SOLÉ, I. **A interação professor/aluno no processo ensino e aprendizagem.** In: COLL, C., PALACIOS, J. E MARCHESI, A. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Psicologia e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

DELLORS, J. **Educação um Tesouro a Descobrir.** São Paulo: Cortez, 1999.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas.** 8 ed. São Paulo: Gaia, 2003.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. **Autonomia universitária: necessidades e desafios.** Caderno Cedes. v. 22, p. 7-16, 1988.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na cultura globalizada. *Educação & Sociedade*. Campinas, vol. 25, p. 1227 – 1249.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: Perplexidades, desafios e perspectivas.** In: NOVAES, R e Vanuchi, P. (orgs). *Juventude e sociedade - trabalho, educação, cultura e participação.* São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O Brasil e a política econômico-social: entre o medo e a esperança. **Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, n. 14, p. 95-1004, maio/ago. 2005.

GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional**. In. O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação: a participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração. Conferência Nacional de Educação. 2014. Disponível em : http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti_final.pdf. Acesso em 09 de outubro de 2018.

GOMES, J. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**: o direito como instrumento de transformação social; a experiência dos EUA. Rio de Janeiro; São Paulo: Renovar, 2001.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária**: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

IFSP. **PDI 2009-2013**. São Paulo, 2009.

IFSP. **PDI 2014-2018**. São Paulo, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**/José Carlos Libâneo. 5. ed. revista e ampliada-Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloisa. **Gestão educacional: estratégia para a ação global e coletiva no ensino**. **Rev. Gestão em Rede**, n.3, Curitiba, nov. 1997.

LUCKESI, C. L. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARTINS, Ângela Maria. **Gestão Autônoma da escola Pública**. 2001. Disponível em: <http://anped.org.br/reunioes/24/tp.htm#gt5T0571409100722.doc>. Acesso em 10 de novembro de 2014.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Centauro, 2002.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária e produção do conhecimento**. **Conceitos**. v. 5, n.9, p. 13-19, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal de Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em 09 de outubro de 2018.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução da educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

PAOLI, Niuvenius J. **O princípio da indissociabilidade do ensino e da pesquisa**: elementos para uma discussão. **Caderno Cedes**. v. 22, p. 27-52, 1988.

PIMENTA, Selma G.; ANASTASIOU, Léa das Graças, C. **Docência no ensino superior**. 2ed São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, Marise Nogueira. **O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA (orgs.). Maria. *Ensino médio. Ciência, cultura e trabalho.* Brasília, MEC/SETEC, 2004.

RIBEIRO, M. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 113- 128, jul./dez. 2002.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação Dialógica:** desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1998.

SANTOS FILHO, José Camilo. **Universidade, modernidade e pós-modernidade.** In: _SANTOS FILHO, José Camilo; MORAES, Silvia E (orgs). *Escola e universidade na pós-modernidade.* Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2000. p. 15-60.

SAUVÉ, Lucie. **Educação ambiental:** possibilidades e limitações. *Educação E Pesquisa*, v.31, n. 2, p. 317-322, 2005.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** 30ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SCHMITZ, Egídio F. **Caminhos da universidade brasileira:** filosofia do ensino superior. Porto Alegre: Sagra, 1984.

SILVA, Maria das Graças M. **Extensão:** a face social da universidade? Campo Grande: Editora da UFMS, 2000.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** 1994. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 09 de outubro de 2018.